



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

X Legislatura

Número: 142

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 16 de junho de 2016

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 16 minutos.

Após a chamada às Sras. e aos Srs. Deputados, entrou-se na Agenda da Reunião, tendo sido debatidos os seguintes pontos:

- **[Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 69/X – “Regime jurídico da primeira venda de pescado fresco na Região Autónoma dos Açores”](#)**.

O debate teve início com a intervenção do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Fausto Brito e Abreu*), tendo, de seguida, usado da palavra os Deputados Luís Garcia (*PSD*), José Ávila (*PS*) e Aníbal Pires (*PCP*), a Deputada Zuraida Soares (*BE*), o Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), bem como a Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*).

Usaram da palavra, para um protesto e contraprotesto, respetivamente, a Deputada Zuraida Soares (*BE*) e o Deputado José Ávila (*PS*).

No decorrer do debate, o PSD apresentou um requerimento de baixa do diploma à Comissão, que, após votação, foi rejeitado.

Em votação final global, o diploma supra mencionado foi aprovado.

Para declarações de voto, usaram ainda da palavra o Deputado Luís Garcia (*PSD*), a Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*) e o Deputado José Ávila (*PS*).

- [Anteproposta de Lei n.º 18/X – “Atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS/PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM e [Anteproposta de Lei n.º 20/X – “Atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças e serviços de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

A Deputada Zuraida Soares deu início ao debate conjunto, tendo intervindo no debate os Deputados Manuel Pereira (*PS*), Bruno Belo (*PSD*), José San-Bento (*PS*) e Aníbal Pires (*PCP*), a Deputada Ana Espínola (*CDS-PP*), o Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetidas à votação, a Anteproposta de Lei 18/X foi rejeitada, tendo a Anteproposta de Lei 20/X sido aprovada.

Proferiram declarações de voto os Deputados Bruno Belo (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), a Deputada Zuraida Soares (*BE*), bem como os Deputados Artur Lima (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

- [Projeto de Resolução n.º 142/X – “Requalificação do Porto Novo”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Apresentado o projeto de resolução pelo Deputado Paulo Estêvão, participaram no debate a Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), os Deputados Bruno Belo (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Iasalde Nunes (*PS*), a Deputada Zuraida Soares (*BE*), assim como o Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Fausto Brito e Abreu*) e a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Colocado à votação, o diploma em questão foi aprovado.

Usaram da palavra para declarações de voto os Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Iasalde Nunes (PS).

- **Autorização para que o Deputado Miguel António Moniz da Costa possa prestar depoimento escrito, na qualidade de eventual responsável financeiro, no âmbito da auditoria à falta de prestação de contas consolidadas, relativas a 2014, pelo Município da Madalena (Ação n.º 15-218FS3).**

- **Autorização para que o Deputado José António Vieira da Silva Contente possa prestar depoimento, na qualidade de ex-Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, no âmbito do processo n.º 56.05/2015/1, que decorre na Inspeção Regional da Administração Pública.**

- **Autorização para que o Deputado Duarte Manuel Braga Moreira possa prestar depoimento escrito, na qualidade de eventual responsável financeiro, no âmbito da auditoria à falta de prestação de contas consolidadas, relativas a 2014, pelo Município de Vila do Porto (Ação n.º 15-223FS3).**

Os pedidos de autorização mencionados foram aprovados.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 47 minutos.

Presidente: Bom dia a todos. Vamos começar pela chamada.

(Eram 10 horas e 16 minutos.)

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste **Parreira**

Arlinda Maria Focha **Nunes**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Catarina Paula **Moniz Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz **Costa**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Paula Alexandra Pires Silveiro **Bettencourt**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Jorge da Silva **Ribeiro**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Maria da **Graça** **Silveira**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Conforme informei, ontem, a Câmara, vamos iniciar hoje, de manhã, com a Agenda.

Entramos no ponto 7: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 69/X – “Regime jurídico da primeira venda de pescado fresco na Região Autónoma dos Açores”.**

Para iniciar este debate, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Fausto Brito e Abreu*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

A política comum de pescas em vigor em toda a União Europeia obriga a que a comercialização do pescado, na primeira venda, seja baseada num sistema de leilão. Este sistema tem por objetivo garantir um mecanismo regulador de preços transparente, a concentração da oferta e da procura num mercado ordenado e assegurar que a venda decorre num local com controlo higio-sanitário adequado.

Na RAA, o regime legal da primeira venda de pescado fresco encontra-se, atualmente, regulado através de um diploma nacional, o Decreto-Lei n.º 81/2005 de 20 de abril. O Governo dos Açores, com a proposta que, hoje, discutimos, pretende adaptar o quadro jurídico nacional à realidade das nossas ilhas, fazendo uso das competências que a Região Autónoma tem em matéria de pescas.

Através de uma regulamentação da primeira venda de pescado, que contempla as especificidades da nossa região, pretendemos criar um quadro legislativo próprio. Este quadro permite-nos combater a fuga à lota, assegurar um melhor controlo e promover a valorização do pescado. Pretendemos, ainda, estimular dinâmicas de desenvolvimento local, gerar mais rendimento na produção, diminuir o esforço de pesca e criar novos mercados para o peixe dos Açores.

As principais alterações que este diploma trás ao *status quo* da nossa região são quatro. Permite regulamentar a retribuição em caldeirada, com a definição de limites e regras para a sua atribuição. Em segundo lugar, permite criar regras para a marcação de pescado fresco e penalizações para o seu uso indevido. Em terceiro lugar, permite a regulamentação da venda direta pelo pescador ao consumidor final, que já é possível em toda a União Europeia. E, por último, cria um regime contraordenacional próprio, estabelecendo um valor mínimo de coima inferior ao nacional. Estamos a propor baixar a coima mínima para pessoas singulares de 500 euros para 125 euros.

Entre estes aspetos inovadores, gostaria de salientar a importância da marcação de pescado fresco, nos Açores, sobretudo para as espécies de maior valor comercial, porque, para além de garantir uma maior rastreabilidade e controlo, vai permitir diferenciar o nosso peixe pelas práticas sustentáveis, através das quais é capturado, valorizando-o, como tal, contribuindo para o aumento dos rendimentos dos nossos profissionais da pesca.

A marcação do pescado constitui-se, ainda, como um poderoso instrumento para contrariar a fuga à lota e permite também associar às marcas utilizadas informação diversa, onde se incluem as características da espécie, o local de origem, o estado do *stock*, a arte de pesca utilizada ou até sugestões para a confeção desse pescado, informações que, no seu conjunto, contribuem para a sua valorização.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Uma das principais prioridades políticas do Governo Regional tem sido o aumento do rendimento dos pescadores, que, dentro da cadeia de valor da fileira das pescas, são ainda, muitas vezes, o elo mais fraco.

Com o lema “pescar menos e vender melhor”, temos canalizado os nossos esforços para a conservação dos recursos, para a valorização do pescado e para o aumento dos preços na primeira venda, para a promoção do peixe dos Açores nos mercados interno e externo e para a dignificação da profissão de pescador, através de uma aposta na formação, na busca de fontes de rendimento complementares e de várias campanhas de sensibilização, inclusive para a adoção gradual de contratos de trabalho na pesca.

No ano passado, apresentámos aos parceiros do Conselho Regional das Pescas um documento estratégico intitulado “Melhor pesca, mais rendimento”, que foi discutido amplamente com o setor e que está organizado em cinco eixos de ação.

O seu eixo dois tem como epígrafe “Medidas para aumentar o preço da primeira venda em lota”. O diploma que trazemos, hoje, a esta Assembleia, caso seja aprovado, permite-nos executar três das oito medidas previstas neste eixo dois.

A saber: a medida número 2, “Encontrar alternativas para a primeira venda”, a medida número 6, “Desenvolver a marcação de pescado”, e a medida número 8, “Regulamentação da primeira venda”.

Pedimos, assim, o apoio das Sras. e Srs. Deputados, convencidos de que esta proposta do Governo Regional lança as bases para uma mudança de paradigma, que permitirá envolver mais os pescadores no circuito de comercialização, criar mais rendimento na primeira venda e, desse modo, diminuir a necessidade de ir para o mar, promovendo, simultaneamente, uma melhor gestão dos nossos recursos marinhos e melhores condições de vida para os nossos pescadores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

A Mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário Regional: A proposta de DLR, “Primeira venda de pescado fresco na Região Autónoma dos Açores”, que o Governo, hoje, nos traz aqui, e como também referiu o Sr. Secretário, não é mais do que a adaptação de uma legislação nacional de 2005, portanto, uma legislação nacional que tem 11 anos, com ligeiras adaptações à nossa região.

As anunciadas grandes novidades desta legislação são três ou quatro e eu destacaria, nesta minha primeira intervenção, duas.

Em primeiro lugar, regular a retribuição em espécie, a designada caldeirada, e, em segundo lugar, criar a possibilidade de venda direta ao consumidor final por parte dos nossos pescadores. E a questão que está por esclarecer é como é que isso se faz, como, onde, quando. Nada disto se sabe. Ou seja, tudo o que é designado de novidade nesta legislação, tudo o que é essencial é remetido posteriormente para portaria, que, naturalmente, é uma legislação que já não passa nesta Casa. É, como disse na Comissão, relativamente a essas novidades, Sr. Secretário, uma espécie de cheque em branco ao Governo.

Mas curiosamente também registei na sua intervenção que a grande novidade desta legislação que o Governo andou, durante muitos meses, a apregoar que era a venda direta do pescado ao consumidor final, passou um pouco ao lado da sua intervenção.

Para além de nós não sabermos como é que essa venda direta vai ser feita, foi-nos sempre dito, através dos órgãos de comunicação social, mas também foi dito aos deputados desta Casa, designadamente na Comissão de Economia, que esta medida tinha o acordo da generalidade do setor. E o senhor referiu na Comissão, e passo a citar, “O Sr. Secretário Regional explicou que o documento foi elaborado de acordo com os parceiros do Conselho das Pescas, refletia o sentimento do setor e tinha a concordância genérica de todos os parceiros e, no

essencial, o documento colhia o consentimento do setor”, fim de citação do relatório. Podia também citar um conjunto de declarações suas, ao longo de todo este tempo, que dão nota desse acordo que o senhor diz que tem com o setor relativamente a esta legislação.

Não posso deixar de expressar, nesta primeira intervenção, alguma admiração quando vamos analisar os pareceres desse setor. Da Associação de Comerciantes de Pescado dos Açores, tem um parecer negativo, dizia eu, com algumas objeções compreensíveis a esta legislação, mas a maior surpresa para nós residiu no parecer da Federação de Pescas dos Açores, e surpresa porquê? Em primeiro lugar, porque o senhor disse que tinha havido acordo com as associações relativamente a esta matéria. Em segundo lugar, porque esta é uma medida que foi anunciada como uma medida que ia contribuir para o aumento do rendimento dos nossos pescadores, um aumento tão necessário. Portanto, se é uma medida tão benéfica para o setor, para o rendimento dos nossos pescadores, por que é que a Federação das Pescas não está de acordo com ela? Porque o que a Federação das Pescas, que, infelizmente, não foi possível ouvir presencialmente na Comissão, ao longo destes trabalhos, diz é que genericamente está de acordo com esta legislação, mas desde que se elimine todo o articulado que diz respeito à venda direta ao consumidor final.

Portanto, é uma explicação que o senhor vai ter que dar, porque o senhor anunciou (e é que tem que ficar clara, neste debate, esta primeira questão) que tinha um acordo com o setor relativamente a esta medida. Com que parte do setor é que o senhor tem esse acordo? Porque, pelos pareceres que aqui chegaram, de facto, isso não está acordado. E o que nos dá a entender é que o senhor andou a anunciar e a apregoar um acordo que, afinal, não tinha, portanto, salvo melhor opinião.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, é essencial, numa legislação tão sensível como esta, percebermos que acordo era esse e se, afinal, ele existe ou não existe e se ele existe, por que é que não chegou nos pareceres a esta Casa.

Portanto, o esclarecimento dessas questões são essenciais para continuarmos este debate.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. e Sra. Membros do Governo:

A proposta de DLR que define o regime de primeira venda de pescado fresco na RAA enquadra-se, como já disse o Sr. Secretário, e bem, no documento “Melhor pesca, mais rendimento – Medidas estratégicas para o setor das pescas, nos Açores”, nomeadamente no seu eixo 2.

Deputado Luís Garcia (PSD): Enquadra-se na legislação nacional!

O Orador: Recorde-se que este documento, com 5 eixos e 22 medidas, a grande maioria delas já foi executada ou está em curso, muito embora o limite temporal para a sua execução seja o ano 2020.

Sabemos que há margem para aumentar o valor do pescado, em primeira venda, temos também que preservar os recursos, urge combater a fuga à lota, é preciso promover o registo de todas as descargas e melhorar as condições de higiene e, ao mesmo tempo, temos permanentemente de encontrar novos mercados.

Hoje, estamos aqui para dar mais um contributo para alcançar estes objetivos, que pretendem garantir a sustentabilidade do setor, quer a nível ambiental, a nível económico e também a nível social.

Ao criarmos mais rendimento na produção e uma gestão diferenciada diminuámos a pressão sobre os recursos. Ao diversificar a primeira venda estamos a contribuir para a economia dos produtores. Ao garantir uma distribuição do rendimento mais equitativa contribuímos para a coesão social.

O regime de primeira venda assegura o cumprimento das regras da política comum de pescas e adota a legislação nacional existente, como muito bem referiu o Sr. Deputado Luís Garcia, introduzindo algumas inovações, nomeadamente (e não foram só aquelas que o Sr. Deputado Luís Garcia referiu): permite a regulamentação da retribuição em espécie e a chamada caldeirada; cria regras para a demarcação do pescado fresco; regulamenta a venda direta ao consumidor; cria um regime contraordenacional com o mínimo inferior ao nacional.

No momento em que enfrentamos dificuldades, cujo controlo está fora do nosso alcance, o que mais se espera dos partidos políticos e dos parceiros sociais é o empenho.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): É uma tacada na Federação das Pescas?

Deputado Bruno Belo (PSD): Não estão satisfeitos com eles?!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Sr. Secretário Regional:

Relativamente a esta iniciativa que o Governo nos traz aqui, esta proposta de DLR, o Governo acaba por, em sede de DLR, deixar tudo por resolver.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Aliás, veja-se o seguinte. Este DLR remete para portaria o regulamento da Lotaçor, uma grande parte ou mesmo a maior parte da substância do DLR, fazendo com que isto seja apenas uma proposta de DLR com alguns princípios gerais e tudo o resto vai para portarias e, portanto, não há aqui, efetivamente, uma definição clara e concreta e rigorosa daquilo que V. Ex.^a acabou por anunciar daquela tribuna e sobre o qual se tem feito alguma discussão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Propaganda! É só propaganda!

O Orador: E eu vou dar-lhe alguns exemplos.

Veja-se, por exemplo: circunscrição de desembargos, por portaria; alteração do local de primeira venda, por portaria; marcação do pescado fresco, por portaria; acesso à lota por outras pessoas singulares ou coletivas, decisão da Lotaçor; loja por internet, regulamento da Lotaçor; ordens de compra antecipada, regulamento da Lotaçor; regulamentação da caldeirada (veja-se: regulamentação da caldeirada – ao que nós chegámos!), por portaria;...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é que estamos mesmo a fazer aqui?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Exatamente!

Deputado Francisco César (PS): Caldeirada não é a caldeirada!

O Orador: ... venda direta ao consumidor;...

Eu sei muito bem qual é a caldeirada a que nos estamos a referir.

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

Deputado Francisco César (PS): Não é caldeirada dessa!

O Orador: ... também por portaria, a regulamentação da caldeirada...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Para esclarecimento da Câmara e de quem nos está a ouvir, é a parte que os pescadores retiram ao pescado para sua própria alimentação a bordo.

Venda direta ao consumidor final, por portaria; transferência de pescado para lota diferente, decisão da Lotaçor; taxas de primeira venda, por portaria; taxas pelos serviços de lota, decisão da Lotaçor; regulamento geral de lotas, por portaria.

Bom, isto é quase sim, quer dizer, nem sequer alterna.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é que estamos a fazer aqui?

O Orador: Portanto, V. Ex.^{as} poderiam ter feito um DLR com um artigo único em que dissesse qualquer coisa deste tipo: “Em matéria de venda de pescado, o Governo faz como muito bem entender”. Aliás, Sr. Secretário Regional, eu julgo que V. Ex.^a, logo após a votação, que, eventualmente, julgo que o Partido Socialista irá aprovar, eu já perguntei se o Partido Socialista iria aprovar isto, mas se o Partido Socialista aprovar, V. Ex.^a aquilo que terá de ir fazer rapidamente são estas portarias todas, porque, de facto, tem muito que fazer.

Mas, Sr. Secretário Regional, esta proposta não garante, efetivamente, aquilo que V. Ex.^a disse que era o objetivo principal, com o qual nós concordamos, que é melhores preços ou melhores rendimentos para os pescadores e melhor pesca. Esse desiderato, V. Ex.^a e Governo da RAA, não conseguem atingir com este DLR.

Portanto, há aqui, de facto, um... Estamos aqui a perder uma oportunidade, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e o Governo Regional, de encontrarem aqui, de facto, um mecanismo que garantisse uma proteção aos rendimentos dos pescadores e isto não acontece. Efetivamente, não acontece. E estamos a perder essa oportunidade, o que me parece que, face à situação do setor, designadamente aos poucos rendimentos que são obtidos pelos pescadores, deveríamos ter aqui, designadamente o Governo deveria ter esse

cuidado e, de facto, procurar que no articulado do DLR procurasse atingir aquele que é o objetivo com o qual, certamente, todos nós concordamos,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É como os drones!

O Orador: ... todas as bancadas concordam, que é garantir mais rendimento para os pescadores.

Há, portanto, aqui um conjunto de questões, Sr. Secretário Regional,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Secretário Regional vai responder por portaria!

O Orador: ... que precisavam de ser clarificadas por V. Ex.^a, mas, sobretudo, Sr. Secretário Regional, há uma questão que para nós é fundamental. V. Ex.^a e o Governo Regional procuram, de uma forma, eu, digamos, não queria ser, sequer, muito duro com as palavras, para não ser acusado de,...

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu):
Não vou protestar!

(Burburinho)

O Orador: Nem a pedido, não vou ser muito duro, mas aquilo que me parece, Sr. Secretário Regional, é que V. Ex.^{as}, num ano, no ano em que nós estamos, estão a procurar fazer o seguinte: não têm coragem política de, em sede de DLR, dizerem, efetivamente, o que é que vão fazer, para que isso não levante mais descontentamento...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ontem era cobardia política!

O Orador: ... do que aquele que já há, quer nos produtores, quer nos armadores, e, portanto, estão a remeter isto para portaria e adiar isto *sine die*. Portanto, Sr. Secretário Regional, a questão, no fundo, é essa e V. Ex.^{as} deveriam ter apresentado aqui um projeto de DLR, primeiro, que atingisse o objetivo, o tal desiderato que V. Ex.^a anunciou e que nós estamos, com certeza, todos de acordo, mas não faz isso, o que faz é apenas uma enunciação muito

breve de alguns princípios, remetendo tudo o resto para a discricionariedade do Governo Regional.

Muito obrigado, Sra. Presidente. Para já, fico-me por aqui.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia:

Eu gostava de começar por seguir o conselho do Sr. Deputado José Ávila e dizer-lhe, Sr. Secretário Regional, com todo o empenho de que sou capaz, que esta proposta de DLR é uma grande caldeirada, mas sem peixe, que esse é que é o problema. E é inevitável trazer novamente para a discussão, e agora em Plenário, a troca de impressões que tivemos ocasião de ter em sede de Comissão, aquando da audição do Sr. Secretário.

Se bem se lembra, então, eu disse-lhe que esta proposta de DLR era tão vaga, não nas suas intenções, pescar menos e vender melhor, melhor pesca, mais rendimento, do ponto de vista da intenção, o Bloco de Esquerda subscreve completamente. Agora, como é que se vai alcançar este desiderato, na altura, eu disse ao Sr. Secretário que esta proposta de DLR tinha que trazer o Sr. Secretário atrelado, porque, se não trouxesse o Sr. Secretário atrelado, ninguém sabia ler exatamente o que é que lá estava em termos não só de intenções, mas das tais portarias e regulamentações para que o Sr. Secretário e a própria proposta de DLR atiram as decisões verdadeiramente importantes.

E nesse sentido, Sr. Secretário Regional, dizer-lhe também que aguardo, com interesse, resposta a algumas das perguntas que já aqui foram formuladas por outros deputados, não as vou repetir, e dizer-lhe que também registo, e, de alguma maneira, com pena, com empenho, mas com pena, que, na realidade, a afirmação que o Sr. Secretário Regional fez em sede de Comissão a todos os partidos nela representados de que os parceiros do setor tinham sido ouvidos,

tinha havido até uma discussão animada, se bem se lembra, de grande contraditório, animada, mas que a maioria se inclinava para dar o seu apoio a esta legislação, na realidade não se veio a confirmar.

Portanto, Sr. Secretário, dizer-lhe também e dizer a esta Câmara que o sentido de voto que está registado no relatório da Comissão de Economia do voto favorável, na altura, do Bloco de Esquerda à intenção, à própria postura e à afirmação de que todos os parceiros ou a maioria dos parceiros estava aberta e favorável a esta proposta de DLR, não se confirmando, pois, o Bloco de Esquerda não tem nenhum problema em alterar o seu sentido de voto.

Portanto, eu vou aguardar os esclarecimentos que o Sr. Secretário fará o favor de prestar, para depois também o Bloco de Esquerda decidir em conformidade.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional, pela voz do Sr. Secretário, anunciou uma revolução para este setor, uma autêntica revolução. O senhor disse que iria introduzir justiça, melhorar os rendimentos dos pescadores, e introduzir critérios que permitiriam ao setor melhorar muito significativamente em diversos âmbitos, uma autêntica revolução.

O que o senhor aqui nos traz é uma mão cheia de nada.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Deputado, não é verdade!

O Orador: O senhor o que nos traz aqui é uma mão cheia de nada, porque o seu anúncio, a sua revolução fica por concretizar em absoluto.

Deputado José Ávila (PS): Mas não é isso que está em causa, Sr. Deputado!

O Orador: É como se os revolucionários da Revolução Francesa, depois quando preenchessem a Constituição e os artigos, dissessem, “Remetemos para decisão posterior”. Esta é a sua revolução. A sua revolução não tem qualquer

tipo de consistência. O senhor diz, “Aqui, a venda direta ao consumidor final. Já viram a importância desta decisão? É tão decisiva, é tão importante”, o que é que significa? Oh, Sr. Secretário, ficamo-nos pelo quê? As suas declarações não têm concretização, neste diploma.

Como o Sr. Deputado Aníbal Pires referia,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E muito bem!

O Orador: ... isto, depois, do ponto de vista do articulado, nada se concretiza. O senhor, aqui, o que é que quer? Vem a este Parlamento. Nós, teoricamente, apenas teoricamente, somos um sistema parlamentar. O senhor aquilo que nos vem dizer é: “Deixem lá este assunto todo, não se preocupem, que depois nós fazemos isto no Governo”. Isto não é um sistema parlamentar.

Deputado Francisco César (PS): Não?

O Orador: Não! Isto não é um sistema parlamentar. O senhor tem aqui que concretizar a medida, não lhe pode dar um nome. O senhor tem que concretizar que efeitos é que esta medida terá, definir precisamente os limites e de que forma é que esta medida irá ser concretizada e não vir aqui com *slogans*, que é o que o senhor aqui vem fazer. O senhor vem aqui com um conjunto de *slogans* vazios e isto é absolutamente inadmissível, Sr. Secretário. Isto é absolutamente inadmissível!

Veja bem. Em relação aos seus propósitos, aos seus *slogans*, bom, eu fiquei à espera que o senhor os concretizasse na prática e o que nós temos aqui é uma cedência, Sr. Secretário. O senhor vinha como revolucionário e o senhor, neste momento, rendeu-se aos interesses que fazem com que os pescadores tenham rendimentos baixos, o senhor rendeu-se e o que lhes disse foi, “Eu vou ao Parlamento apresentar uma mão cheia de nada”, que é o que o senhor aqui nos traz.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Já cá faltava!

O Orador: É evidente que não conta com o apoio do PPM para este tipo de políticas, para esta rendição aos interesses estabelecidos e para não fazer e não alterar coisa nenhuma, manter tudo na mesma.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de DLR que é trazida, hoje, aqui, à discussão aquilo que tenta fazer é adaptar à região a legislação que já estava em vigor a nível nacional e que vigorava também na região sobre a primeira venda de pescado fresco. E, portanto, quando há uma adaptação de uma legislação a nível nacional para uma legislação regional, pressupõe-se que existem particularidades nossas que têm de ser valorizadas. São apresentadas como as grandes diferenças para esta legislação, nomeadamente as questões de melhoria de higiene e segurança.

Que eu saiba, e li com toda a atenção, esta legislação regional não altera em uma única vírgula aquilo que a legislação nacional tem. Portanto, eu ainda me questiono, “Mas, afinal, as nossas lotas não estavam a praticar já as boas práticas de higiene? As nossas lotas não estavam com o sistema de autocontrolo implementado? Mas, então, que melhorias de higiene e segurança é que o Sr. Secretário nos traz agora com esta legislação?”. E mais. Uma das questões que é trazida de novo aqui, que é a tal venda direta do pescado, traz-nos problemas agravados das questões de higiene e segurança, porque, Sr. Secretário, imagine um restaurante que compra pescado a um pescador que lhe faz uma venda direta e, no mesmo dia, comprou a um vendedor certificado e, por uma situação de azar, nesse dia, esse restaurante tem um problema com uma intoxicação alimentar. Como é que nós sabemos, como é que nós podemos identificar qual foi o pescado que esteve envolvido nessa intoxicação alimentar? Ou os pescadores, a partir de agora, para fazerem venda direta, também vão ter que estar certificados? Isto são tudo questões muito complexas e que, uma vez mais,

nós não podemos debater sobre elas, porque, como já disse, e muito bem, o Sr. Deputado Aníbal Pires, vai ser regulamentada em portaria.

Portanto, a grande parte da informação sobre esta matéria, que é de enorme importância, os deputados desta Casa tiveram-na via comunicação social, que ia ser um montante máximo de não sei quantos euros ou de não sei quantos quilos, que ia ser assim ou assado, e, depois, olhamos para o documento e não tem rigorosamente informação nenhuma sobre isso, mas informação essa que o Sr. Secretário já tem na sua posse e a qual não partilha com os deputados desta Casa, para que nós possamos saber o que é que afinal estamos aqui a votar ou a aprovar ou a rejeitar, porque o documento é tão genérico que ele pode ser uma compilação tanto de um enorme número de boas intenções, como de más intenções.

Outra das novidades, o Sr. Secretário quer regulamentar a caldeirada. É uma das instituições mais antigas da pesca, que só existe nos Açores, que são os peixes que não são vendidos que os pescadores levam para sua casa para fazer...

Deputado José Ávila (PS): O cherne!

A Oradora: ... a sua caldeirada, o senhor quer regulamentar?

O cherne sim, porque se um pescador não o quiser vender e o quiser comer na sua casa, tem todo o direito, Sr. Deputado. E mais. O Sr. Secretário agora, com a venda direta....

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Mas eu não percebo qual é que é o drama,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O pescador não tem direito a peixe nenhum!

A Oradora: ... porque, com a venda direta, o pescador se não o quiser vender em lota, pode fazê-lo sob a forma de venda direta, não vende o cherne na lota e vai ser o seu...

Deputado José Ávila (PS): Exatamente!

A Oradora: ... quinhão para fazer uma venda direta. Qual é a necessidade de regulamentar a caldeirada?

Portanto, Sr. Secretário, lamento dizer-lhe que é uma pena que tenha trazido uma ou duas coisas verdadeiramente boas, e aí temos que reconhecer. Neste momento, o pescado dos Açores estar a ser marcado para valorizar o peixe que é pescado nas nossas águas é uma boa medida, e aí, sim, está a resolver um problema de rastreabilidade, mas, no mesmo documento, cria um outro problema de rastreabilidade na venda direta de pescado aos restaurantes.

Portanto, um documento destes, que agrega tanto boas soluções como más soluções e que nós não sabemos como é que vai ser concretizado, torna muito difícil o trabalho parlamentar.

Muito obrigada.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu):**

Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Eu constato com agrado de que aparentemente estamos maioritariamente de acordo com as intenções do diploma e com o objetivo último, como, aliás, já tinha sido patente na discussão da Comissão.

Deputado Luís Garcia (PSD): O preâmbulo!

O Orador: Eu vou agregar as críticas que são dirigidas ao diploma em dois grupos, sem prejuízo, depois, de responder às perguntas da Sra. Deputada Graça Silveira, que são mais concretas e de pormenor. E as duas grandes críticas

parecem ser centradas, em primeiro lugar, por uma profusão de portarias, um pedido do Governo para uma espécie de cheque em branco, uma revolução adiada, um desrespeito pelo sistema parlamentar, em que o Governo tenta centralizar em si um conjunto de decisões e pede ao Parlamento um cheque em branco. E a segunda família de críticas com um aparente desacordo dos parceiros do setor em relação a esta proposta de DLR, que o Secretário Regional teria, abusivamente, em sede de Comissão, dito que tinha o acordo genérico do setor para com esta proposta de DLR, e não é esse o caso face aos pareceres recebidos, entretanto. Portanto, espero conseguir esclarecer estas duas questões.

A começar pela primeira e pela questão das portarias. A legislação sobre a primeira venda de pescado, ou melhor, qualquer legislação sobre pesca, para ser boa, tem que se adequar à realidade a que se aplica, para servir os pescadores tem que estar próxima da realidade desses mesmos pescadores, e isto é verdade, seja legislação comunitária, nacional ou regional. E é por isso que os próprios regulamentos comunitários sobre esta matéria, que são de aplicação direta, deixam, eles próprios, um espaço invulgar, para o que é um regulamento comunitário normalmente, aos Estados Membros para poderem adequar essas disposições à realidade dos seus Estados Membros. O mesmo é verdade no que diz respeito à legislação nacional. Portanto, o decreto-lei, hoje, em vigor, se as Sras. e os Srs. Deputados tiverem o cuidado de o ler, verão que não é muito distinto em estrutura e complexidade do que a proposta de DLR que aqui está a ser apresentada. Aliás, segundo o entendimento do Deputado Paulo Estêvão, isto era quase a mesma coisa, havia aqui muito pouco de inovação. Portanto, a crítica era dupla. E a razão por que isto acontece é porque as regiões do país e as realidades de cada porto de pesca carecem, em alguns casos, de alguma flexibilidade. Há uma diversidade geográfica num Estado Membro. A nossa região tem especificidades próprias por ser uma região insular e por isso precisa

de ser capaz de adaptar, quando necessário, a legislação à realidade dos seus pescadores para essa legislação ser boa e cumprir o seu objetivo.

Dá-se outro caso. A nossa região é insular e não é uniforme. Dentro da nossa região há também condições muito distintas em diferentes locais onde se processa para venda direta, descarga de pescado, etc.

Portanto, o que o Governo Regional está a fazer aqui, e se olharem para o decreto-lei que, hoje, está em vigor e que nunca incomodou nenhuma das Sras. e Srs. Deputados, até ao momento, tanto quanto sei, não houve propostas de alteração, desde 2005, é a primeira vez que o Governo Regional dá um passo em frente e apresenta uma proposta de alteração ou de adaptação à região da primeira venda de pescado. Portanto, ninguém se queixou à estrutura, até agora. Se forem ver qual é a estrutura atual, passam para portaria todas as mesmas coisas que estão a ser passadas aqui e, pior, passam para a DGRM algumas disposições, como a venda direta. É por autorização da DGRM. Peço à DGRM e o funcionário público autoriza ou não autoriza, nem sequer é uma portaria do membro do Governo.

Portanto, aqui, entendendo o desconhecimento, o desconforto que poderá causar às Sras. e Srs. Deputados, não há maneira de tornar este DLR um DLR melhor retirando ao Governo a flexibilidade de poder, depois, implementar, em diálogo com o setor, como sempre faz, as regulamentações em cada uma destas disposições.

Há outra dimensão que é importante e que desaconselha fazer o que eu percebo que está subentendido na crítica que nos é dirigida que era pôr mais coisas no DLR, mais detalhes. Por que é que são 30 quilos por dia ou 150 quilos por semana? Se calhar, devia estar em DLR já isto ou deveriam ser embarcações só abaixo de um comprimento de fora a fora de 9 metros é que podiam fazer venda direta. Pareceu-me que estava subentendido na crítica este género de detalhe de ver estar em DLR.

Nós temos uma dimensão temporal também no setor que desaconselha fixarmos num DLR que vai ficar, se calhar, uma década sem alterar ou cinco anos, porque estamos numa fase de transformação do setor.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não!

O Orador: Nós temos, aliás, a economia da região está em transformação, neste momento. Portanto, nós temos um grupo de trabalho que apresentou um relatório, esta semana, com recomendações para ajuste do esforço de pesca aos recursos marinhos que temos, temos um turismo crescente nas nossas ilhas, que traz alterações relevantes em termos de consumo de pescado por ilha, em termos de utilização da pesca de turismo, em termos de interesse em comprar pescado diretamente a pescadores em alguns locais, nós temos as associações de pescadores crescentemente envolvidas na transformação do pescado, na própria comercialização, nós temos, pela primeira vez, mecanismos de desenvolvimento local de base comunitária, com projetos de desenvolvimento local que os próprios pescadores vão poder financiar, tendo acesso direto ao Quadro Comunitário de Apoio, que vão criar dinâmicas locais, pequenas peixarias locais, cozinhas comunitárias, vários projetos que podem beneficiar destas alterações legislativas, nós vamos ter projetos de aquicultura nos Açores, que não sabemos que impacto é que vão ter na venda do pescado. Nós estamos numa realidade em transformação que, daqui a cinco anos, não faz sentido, neste momento, estarmos a cristalizar em DLR uma série de exposições que devemos ter a flexibilidade e o espaço de manobra para avançar.

Segunda família de críticas. Um aparente protesto do setor, que não estaria de acordo com a proposta de DLR.

Na Comissão, tive ocasião de vos dizer que foi amplamente discutida, e foi, houve mais do que uma ronda de discussão do DLR, ainda antes dele chegar à Assembleia Legislativa Regional, com o setor, em que foram postas múltiplas dúvidas sobre o documento. O parecer final da Federação das Pescas dos Açores diz, “Estamos de acordo com a proposta, com a exceção de...” e fazem

uma referência ou uma série de referências à venda direta de pescado, assunto que não teve consenso dentro da Federação. Não tem uma opinião unanime num sentido, não tem consenso, tem desconforto com esta proposta.

Numa proposta de DLR que: 1. Adequa o quadro legislativo nacional à realidade nacional, traz inovações diversas, um regime contraordenacional, o setor está a favor; vendas *online*, que são possíveis, está a favor; marcação de pescado, o setor está a favor. Há um ponto em que têm dúvidas e que, como tal, não está a favor, é legítimo. Dizer que não está de acordo com a generalidade deste diploma, que foi o que disse, julgo que não está, de todo, desadequado dos pareceres que aqui têm.

Mas não é a Federação das Pescas o parceiro que tem mais interesses em causa com esta alteração legislativa e mais receio em relação ao impacto. A Associação de Comerciantes de Pescado dos Açores é um parceiro chave aqui, que tem muitos interesses em jogo e temos que salvaguardar, não estamos aqui a querer tirar rendimento dos compradores de pescado para transferir para os pescadores, porque aqui não estamos a resolver problema nenhum. Queremos trazer rendimento a todos mais.

Portanto, a Associação de Comerciantes de Pescado dos Açores indica que, e estou a citar o parecer...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por que é que a Federação de Pescas não tem interesse?

O Orador: ... da Associação de Comerciantes, “Em primeiro lugar, gostaríamos de deixar bem claro que apraz-nos registar a criação de um regime jurídico para a primeira venda de pescado onde esteja concentrada toda a legislação”. Portanto, não há uma oposição da Associação ao que está a ser feito. Depois, tem uma lista de dúvidas que se centra em dois pontos: 1. Também a venda direta de pescado, que gera grandes dúvidas; 2. O receio do impacto que as vendas *online* terão, vendas *online* que não são uma novidade deste quadro jurídico, se bem que estão aqui previstas.

Se estamos a ler pareceres, também posso referir o parecer da Universidade dos Açores, que refere: “A proposta legislativa em preparação está bem elaborada e cobre todos os aspetos necessários a esta atividade de primeira venda de pescado nos Açores, dando a possibilidade de enquadrar algumas das especificidades relativas a espécies provenientes da apanha”. Portanto, os cientistas, sendo também parceiros e tendo assento no Conselho Regional das Pescas, também concordam com a proposta.

Portanto, não julgo que, de forma alguma, tenha sido abusiva a interpretação de que, na generalidade, o setor está de acordo. De facto, sim, senhor, há a dúvida de como é que serão definidos em portaria detalhes, e o diabo está nos detalhes, muitas vezes,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente: o diabo está nos detalhes!

O Orador: ... e queria aqui referir a acusação do PCP de que haveria aqui alguma forma de cobardia política (não foi o termo usado, mas subentendo), falta de coragem política...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Falta de coragem!

O Orador: ... sobre o ponto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto foi para não ser muito violento!

O Orador: Exatamente! E eu aceito, agradeço a cortesia nas palavras, mas devo dizer, Sr. Deputado, que nós fazemos tenção de regulamentar e promover o debate, imediatamente após a aprovação, se for essa a decisão das Sras. e dos Srs. Deputados, ainda antes das eleições, portanto, como verá, o calendário, brevemente, vai poder dissipar a sua dúvida sobre esta matéria.

Pergunto agora eu aos Srs. Deputados, principalmente do PPM, Bloco de Esquerda e PCP, que criticam que não se conseguem cumprir os objetivos com esta proposta de DLR, que não vamos conseguir aumentar o rendimento dos pescadores, a proposta de DLR é uma mão cheia de nada, qual é a alternativa?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não sabemos!

O Orador: Então, peço desculpa se não entendi. Mas parece-me que é. Estes objetivos não são garantidos com uma proposta tão vaga? Bom, qual era a alternativa para um DLR que pudesse garantir mais do que isto, pergunto eu às Sras. e aos Srs. Deputados?

Respostas rápidas à Sra. Deputada Graça Silveira sobre controlo higiossanitário. O diploma não mexe em nada, a minha referência tinha a ver com o enquadramento. O enquadramento da primeira venda de pescado tem a ver também com o controlo higiossanitário, altera uma coisa. Hoje, sabemos que há venda fora de lota em locais remotos por ser cumprido, ser difícil cumprir as disposições legais e levar o peixe.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso não é melhoria, é proibir, é ilegal!

O Orador: É proibir, sim, senhora, mas facilitando a venda direta em alguns locais onde faz sentido fazê-lo, essa venda direta, que, hoje, é feita ilegalmente, poderá ser feita legalmente, com melhores condições higiossanitárias.

Sobre os restaurantes, não faz sentido, porque a venda direta, como está a ser discutida com o setor, posso já adiantar às Sras. e aos Srs. Deputados que, discussões tidas sobre a matéria, não se vai fazer venda direta aos restaurantes, o pescador vende ao consumidor final. Portanto, o problema que punha de menos rastreabilidade não se põe de qualquer maneira.

Última pergunta sobre a caldeirada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Como é que vamos saber que foi aos restaurantes?

O Orador: A caldeirada é uma forma tradicional de remunerar os pescadores pelo seu trabalho, levando para casa peixe que eles próprios pescaram. Não vamos acabar com a caldeirada, mas temos relatos de haver abusos. Hoje, é perfeitamente legal um pescador levar, não é levar um cherne para casa para comer; eu concordo, o pescador que pescou esse cherne tem tanto direito de comer cherne...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Passam fome os pescador!

O Orador: ... como qualquer cidadão que tenha dinheiro para o comprar no mercado. Não é na lista de espécies que queremos mexer.

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: O que se passa é que, hoje, é legal um pescador levar 30 quilos de cherne para casa como caldeirada. É legal, pode fazê-lo...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Pega nos seus 30 quilos e faz venda direta!

O Orador: ... e não há nenhum limite. Portanto, isto nem as associações de pescadores acham que faz sentido e podemos, agora, regulamentar e pôr algum limite.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Se calhar são 100 quilos, se calhar são 10 quilos, se calhar são 1000 quilos, mas não haver limite, o limite ser infinito, não faz sentido.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Eu começaria exatamente por esta última observação do Sr. Secretário de que há abusos na caldeirada. Oh, Sr. Secretário, se há abusos, a fiscalização que funcione. Agora, o que nós não podemos é penalizar todo um setor, que não está, de maneira nenhuma, rico com todo o cherne que possa ter para vender, bem pelo contrário, não vamos penalizar todo um setor, porque a fiscalização não cumpre o seu trabalho.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Há abusos? Então, a fiscalização que atue sobre esses abusos e que faça aquilo que tem que fazer e que castigue e que multe, etc.. Agora, ser essa a justificação para se impor uma regulamentação à caldeirada, mais safio, mais cherne, mais chicharro, menos... Quer dizer, como é que se vai fazer? Não tarda nada, o Sr. Secretário Regional vai dizer aos pescadores o que...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Secretário também não sabe!

A Oradora: ... é que podem comer, qual é o peixe que podem levar para casa. Há aqui qualquer coisa que, em termos de argumentação, está a falhar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas de que tipo de abusos se está a falar?

A Oradora: Depois, Sr. Secretário Regional, ainda relativamente aos pareceres, porque são uma parte importante, porque são a expressão da avaliação que o setor faz sobre esta proposta de DLR, ainda relativamente aos pareceres, dizer-lhe duas coisas, chamar-lhe a atenção para o seguinte.

O parecer da Federação das Pescas não diz exatamente, ou então eu terei entendido mal o Sr. Secretário, que concorda com uma quantidade de coisas e depois discorda de algumas outras. Não, não! Aquilo que diz é que o parecer favorável fica condicionado, repare bem, à eliminação e retirada dos artigos, dos números e das alíneas que a Federação entende como não aceitáveis. Portanto, não há, digamos, concordância, por um lado, e discordância, pelo outro, há uma absoluta discordância, caso não sejam retiradas as observações e os aspetos negativos da Federação. Aliás, o termo utilizado é “condicionado”, está aqui. “Pelo exposto, emitimos parecer favorável, condicionado à eliminação e retirada dos números e alíneas acima mencionados na redação final deste DLR.” Este relativamente à Federação.

Depois, uma outra pergunta. O Sr. Secretário Regional pediu parecer à APASA, por exemplo, e à Porto de Abrigo? E, se pediu, onde é que estão esses pareceres, porque eles não constam do nosso relatório.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Luís Garcia, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Sr. Secretário Regional:

Sr. Secretário, nós temos aqui duas questões que é bom separá-las. Em primeiro lugar, a questão da adaptação desta legislação nacional, que de adaptação tem pouco, porque limita-se quase a copiar essa legislação a nível nacional, uma legislação que tem 11 anos, e a verdade é que aquelas que foram anunciadas como as grandes novidades, as grandes inovações desta documentação não estão neste documento. Ponto. O Sr. Deputado Aníbal Pires já enumerou uma série de questões que estão remetidas para portaria. Eu, numa leitura rápida que fiz ao documento, há pelo menos 17 matérias essenciais que são remetidas para portaria para posterior regulamentação.

Deputado José Ávila (PS): E porque é?

O Orador: Portanto, ponto número 1: há questões essenciais nesta legislação que não estão aqui e que nós não podemos avaliar.

Há uma segunda questão que eu gostava de abordar. Nós podíamos não ter estas matérias na legislação, mas podíamos perceber, da explicação do Governo, como é que as coisas vão funcionar, mas o Governo até esta altura deste debate, na Comissão, ao setor, foi incapaz de explicar de forma clara como é que essas coisas vão funcionar e o exemplo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem sequer na caldeirada!

O Orador: ... está, por exemplo, na venda direta ao consumidor final, porque se o Governo tivesse explicado ao setor como é que isto ia funcionar, provavelmente teria este acordo. Portanto, a Sra. Deputada Zuraida Soares já disse. A Federação das Pescas não dá parecer favorável a essa legislação, ela condiciona esse parecer à eliminação do articulado relativo à venda direta ao consumidor final, que é uma coisa bem diferente. Portanto, não façamos

interpretações à nossa maneira. O parecer da Federação de Pescas é absolutamente claro neste parecer que dá.

Portanto, se o senhor não tem o acordo do setor, designadamente da Federação, de duas uma, ou não soube explicar devidamente isso ao setor ou, e é isso que eu começo a desconfiar e começamos a desconfiar, o Governo, efetivamente, sobre a maior parte destas matérias, não sabe como é que isto vai funcionar.

Deputado André Bradford (PS): Essa já é velha! É para ver se o Governo diz!

O Orador: Surpresa nesta explicação do Sr. Secretário. Bom, o parecer da Federação de pescas não é importante, porque eles não são os mais interessados. Homessa! Mas os pescadores não são os mais interessados?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Não foi isso que foi dito! Seja rigoroso!

Deputado José Ávila (PS): Não foi isso que ele disse!

O Orador: Esta medida de venda direta de peixe ao consumidor final não foi anunciada como uma grande medida para aumentar o rendimento dos pescadores?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: E agora deixou de ser importante?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: O parecer, porque discorda, deixou de ser importante?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Oh, Luís, estás zangado!

O Orador: Não, não estou zangado, Sr. Deputado!

Deputado Bruno Belo (PSD): Ele é mesmo assim!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, e, depois, há uma questão que eu lhe quero dizer. O senhor diz, “Ah! Os senhores, para avaliarem esta legislação, provavelmente queriam mais detalhes”. Pois, queríamos! Queríamos ou mais detalhes na legislação ou que o senhor fosse capaz de dar esses detalhes. É que os senhores, por exemplo, falar em detalhes, os senhores aqui no articulado, na transferência

de pescado, dizem, a determinada altura, “A guia de transferência é emitida em triplicado, sendo uma das cópias entregues em loja, a outra para determinado fim...”. Portanto, o pormenor da guia de transferência, nós precisamos de saber que ela é em triplicado, para quem ela é; agora, como é que vai regulamentar a caldeirada, isso não é importante ficar aqui, é um detalhe; como é que se faz a venda direta ao consumidor final, “Ah, isto não é importante, é um detalhe”. Oh, Sr. Secretário, não brinquemos com coisas sérias. Nós, que temos a obrigação de analisar e aprovar uma legislação, queremos saber como é que ela vai funcionar. Não lhe podemos dar um cheque em branco, porque uma coisa é não estar aqui o que é essencial e outra coisa é o senhor saber explicar como é que isto vai funcionar e nem uma coisa nem outra. Não está na legislação e o senhor foi incapaz, até esta altura do debate, de explicar como é que isto vai funcionar.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, o que lhe vou dizer é algo que até, nas últimas duas intervenções, antes da minha inscrição, foi referenciado.

Veja bem, nos pareceres que o senhor recebeu, qual é a grande crítica que as entidades lhe fazem? Por exemplo, em relação à Associação de Comerciantes do Pescado, dizem: “O normativo é de tal forma geral que acreditamos que irá gerar dificuldades de controlo e fiscalização”. Eles, o que dizem é que, nestas condições, não sabem o que é que irá acontecer. E nenhum deputado, nesta Casa, pode, depois, dizer aos seus eleitores, com a consciência tranquila, “Bom,

mas eu, quando aprovei...”. Não! O senhor aprovou o quê? O senhor aprovou um conjunto de normas que não tem substância e que deixa à absoluta arbitrariedade, por parte do Governo Regional, a resolução destas questões. E o senhor vem aqui e pede o voto favorável! O voto favorável para algo que é absolutamente... Voto favorável para a sua, e a do Governo Regional, arbitrariedade total. Porque os parceiros do setor o que lhe estão a dizer e o que nos estão a dizer, também, aos deputados desta Casa é, “Não aprovem algo que não tem substância!”.

A segunda questão é uma questão mais geral da parte do PPM e de mim próprio, que tem a ver com o Estado quase estalinista que nós vamos criando na nossa sociedade, em que está tudo regulamentado ao pormenor.

(Aparte inaudível)

O Orador: Sim! Não! A questão é a seguinte. É que eu, às vezes, começo, como professor de história, a perguntar, porque é que se ganhou a Segunda Guerra Mundial, contra regimes que condicionavam a vida das pessoas ao pormenor e é o que eu lhe pergunto e a questão que me coloco constantemente. É que eu, hoje, já só falta regulamentar a apanha do caracol, porque não há qualquer independência para as pessoas, a todos os níveis. Neste momento, as pessoas têm a sua vida absolutamente condicionada e, aqui, o senhor, novamente, como um bom socialista, aqui está a mexer na caldeirada, a regulamentar uma tradição de séculos, mas o senhor tem que ir lá mexer naquilo, não fica descansado, o Partido Socialista não fica descansado enquanto não mexe em tudo...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não manda em tudo!

O Orador: ... o que são tradições e o que são práticas ancestrais, nada, não há qualquer tipo de liberdade na nossa sociedade, há uma intrusão cada vez maior do Estado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Não diga isso que não é verdade!

O Orador: Isto é absolutamente inaceitável e é o que o senhor faz e a caldeirada é um exemplo do ridículo a que isto chega e que ficará para a posteridade, a intrusão em todos os setores.

Deputado André Bradford (PS): Falando em ridículo!

O Orador: Eu vou dizer-lhe o que é que acontece em relação aos pescadores, e é o testemunho que eu tenho, que é uma redução brutal dos rendimentos, um nível de vida cada vez mais baixo, cada vez maiores dificuldades para fornecerem às suas famílias, aos seus filhos até a própria alimentação, para não falar já do apoio aos estudos, do apoio que uma família necessita em todos os âmbitos, e, nesse sentido, o senhor está muito preocupado com algumas irregularidades que possam existir aqui. Eu estava preocupado é com o rendimento miserável que os pescadores têm nos Açores, isso é que devia preocupar V. Ex.^a e o Governo Regional, em vez de estarem a invadir todas as competências, em vez de estarem a invadir todos os pormenores, Sr. Secretário. Aí, o senhor está acompanhado por uma tendência cada vez maior por parte do Governo do Partido Socialista de se intrometer absolutamente em tudo na sociedade dos Açores. Libertem, deem um pouco de oxigénio à nossa sociedade.

Deputado André Bradford (PS): O senhor é a prova viva do oxigénio que os Açores têm!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

(Diálogo inaudível)

Presidente: Sr. Deputado José Ávila, tem agora a palavra.

(*) Deputado José Ávila (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o senhor quer oxigénio, nós queremos rendimento para os pescadores. Ponto final!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Nós o que estamos aqui a assistir é à habitual resistência à mudança, é o normal. Foi feita aqui a pergunta porquê, o que significa a primeira venda? Ora, a primeira venda significa tão só isto: mais rendimento para o pescador, menos fuga à lota.

O que é que significa...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso ainda está por explicar!

O Orador: ... a Federação de Pescas não concordar com todo o documento? É absolutamente normal e eu fico aqui um bocado incomodado quando esta questão é levantada pela Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, que nunca passou, e eu vou dizer isto entre aspas, para não ficar ofendida, cartão aos pareceres da Federação de Pescas dos Açores. Parece-me que agora está mais próxima, mas isto... Sra. Deputada, não é para a Sra. Deputada se ofender,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não me vou ofender, vou protestar!

O Orador: ... nem para defender a honra, é só para constatar uma realidade.

Neste caso, a senhora parece que é sol na eira e chuva no nabal e não é isso que nós pretendemos. O que nós pretendemos é uma melhor legislação para defender os pescadores, e é aqui que está em causa. O que nós queremos defender são os pescadores.

Sobre a questão da legislação remeter para portarias, isto costuma acontecer, normalmente, na nossa legislação e em todas as legislações. Mas eu queria referir aqui o exemplo da questão da Graciosa. Já se dizia que para lá do Marão, mandam os que lá estão. O caso da Graciosa tomou algumas iniciativas relativamente a esta questão das quotas do goraz por si própria e veja-se, por exemplo, aumentaram os tamanhos mínimos do goraz para 35 cm, precisamente para garantir um melhor rendimento aos pescadores daquela ilha. Fizeram outra

coisa: limitaram também as descargas, primeiro, semanais, depois, diárias, para garantir, para se defenderem...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Pelos vistos, o Sr. Deputado sabe explicar melhor do que o Sr. Secretário!

O Orador: ... de uma questão que lhes foi imposta pela União Europeia, que foi a limitação à apanha do goraz.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah! Na Graciosa não temos!

O Orador: O que é que isto quer dizer? Isto quer dizer que o Sr. Secretário, e isso foi dito muito claramente, na Comissão, e, aliás, tem sido dito também na comunicação social, portanto, não é segredo nenhum, está bastante divulgado, o que o Sr. Secretário pretende fazer com isto, e eu vou fazer essa leitura, agora, é precisamente defender os pescadores de cada uma das ilhas. É evidente que, por exemplo, na Graciosa, se calhar não será necessário um posto de recolha de pescado, mas admito que em São Miguel e em São Jorge e no Pico sejam precisos postos para recolha de pescado para cumprir esta legislação.

Portanto, são os pescadores, juntamente com o Governo Regional, que têm de decidir exatamente o que é que querem em cada uma das ilhas. Isto é que é um princípio que nós devemos prosseguir que é uma gestão por ilha.

Portanto, quanto a isso, eu estou perfeitamente à vontade e acho que deve ser assim. Cada uma das ilhas, por exemplo, se todas as ilhas adotassem o que a Graciosa adotou, se calhar não tínhamos problema nenhum com a quota do goraz, porque só poderíamos... Esperemos é que a União Europeia...

Oh, Sr. Deputado, inscreva-se.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estou inscrito para os apartes!

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Ah! Para os apartes! O senhor, então, nisso é o maior especialista! Relativamente à questão da caldeirada, estamos tão só a falar...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... no combate aos abusos. Tem só a ver com isso e os senhores devem perceber, daquilo que eu estou a falar, se costumam ir aos portos de pesca dos Açores.

Na passada semana, tive uma reunião com a Federação de Pescas dos Açores e o Presidente da Federação de Pescas disse uma coisa que eu nunca mais vou esquecer.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Diga! Diga!

O Orador: “Sr. Deputado, vocês, lá, na Assembleia, não nos tratem como pobrezinhos nem desgraçadinhos, nós não gostamos disso”. E eu disse ao Sr. Presidente da Associação em causa, “Comigo eles não contam para isso”.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Zuraída Soares tinha pedido a palavra para?

Deputada Zuraída Soares (BE): Um protesto.

Presidente: Um protesto a?

Deputada Zuraída Soares (BE): Ao “passar cartão”.

Deputado José Ávila (PS): Entre aspas!

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada. Três minutos.

Deputado Berto Messias (PS): Isto é matéria para protesto!?

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Entre aspas, eu não faço a mínima ideia do que é “passar cartão”. Os deputados desta Casa não passam cartão, são capazes de dar um cartão de apresentação à

Federação ou a qualquer outra instituição, agora, passar cartão, entre aspas, eu não faço ideia o que é.

Mas, já agora, aproveito para fazer uma pergunta: Será que o “passar cartão...

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, está a fazer um protesto, não pode fazer nenhuma pergunta.

A Oradora: Então, afirmo. Então, não faço pergunta, faço afirmação, Sra. Presidente. O passar cartão, entre aspas, relativamente à Federação das Pescas, nesta região, pelo Partido Socialista e pelo Governo, também tem dia. Quando a Federação abana com a cabeça e diz que sim a tudo,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... o Partido Socialista e o Governo Regional passam cartão, entre aspas; quando a Federação começa a pôr em causa, o Partido Socialista e o Governo Regional dizem que a Federação está errada, entre aspas.

Deputado Luís Garcia (PSD): Apoiado!

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sra. Presidente, é preciso ter paciência!

A Oradora: Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Ávila, quer usar do direito do contraprotesto?

Tem a palavra. Dois minutos.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Sr. Secretário Regional:

Sra. Deputada, o que eu quis dizer é que sempre que a Federação de Pescas dos Açores diz que sim, a senhora acha que não; sempre que ela diz que não, a senhora também acha que não.

Deputada Zuraida Soares (BE): É melhor do que o contrário!

O Orador: Sra. Deputada, vou emendar, e apesar de ter colocado o “passar cartão” entre aspas, vou passar para outra coisa: a senhora não ligava nenhuma à Federação de Pescas dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos a um quarto para o meio-dia.

Eram 11 horas 22 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos. Está inscrita a Sra. Deputada Graça Silveira.

Eram 11 horas 53 minutos.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, afirmou aqui, hoje, que não haveria qualquer problema nos restaurantes, porque a primeira venda seria apenas para o consumidor final. A 11 de março de 2016, é notícia pública e publicada e diz o seguinte: “Dentro de certos limites, será legal a um pescador vender diretamente algum do seu pescado para restaurantes numa comunidade local onde esteja inserido, afirmou o Secretário Regional do Mar Ciência e Tecnologia, Fausto Brito e Abreu, aos jornalistas”.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ele não sabe o que disse!

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu): Sabe, sabe!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Se é que alguma vez soube!

A Oradora: Não houve nenhum desmentido sobre esta notícia e, portanto, se calhar o Sr. Secretário também foi à cabine telefónica e mudou de vestes e, afinal, agora é outro que está aqui a prestar esclarecimentos aos Srs. Deputados. Mas se assim é, eu pergunto-lhe: Então, qual é a diferença entre venda direta e venda ambulante? Porque a venda ambulante está muito bem regulamentada e

eu não percebo qual é a diferença. E mais. Não percebo qual é a necessidade de regulamentar a caldeirada, porque, se a partir do momento, com a regulamentação da venda direta, cada pescador só pode vender um montante fixo diário da sua caldeirada, só vai poder fazer venda direta desse pescado, independentemente de ser cherne, goraz ou o que for, esse X já está regulamentado, e se vender mais da sua caldeirada e não o comer no seio da sua família, ficará automaticamente penalizado. Portanto, não percebo qual é a necessidade efetivamente de vir fazer a regulamentação da caldeirada.

Quanto ao tal consenso alargado com os parceiros sociais que, afinal, parece que existiu, aquando da Comissão de Economia, diz o relatório o seguinte: “O governante [Sr. Secretário Regional da Ciência e do Mar] afirmou que não teve contacto direto com o sindicato e que pensava que a Associação dos Comerciantes de Pescado dos Açores, por estar diretamente envolvida, não tinha dúvidas, pensava e não tinha dúvidas, que iriam gostar da inovação”. Lamento, Sr. Secretário, as suas dúvidas que não tinha, deveria ter, porque, afinal, não gostaram nada das inovações e, portanto, o senhor disse, em Comissão, que não tinha tido contacto com o Sindicato...

Deputado José Ávila (PS): Mas foi isso que ele disse!

O Orador: ... e que, em relação à Associação de Comerciantes dos Pescadores, não tinha dúvida, pensava que eles iriam gostar. Afinal, não gostaram, Sr. Secretário.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu):**

Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Em primeiro lugar, qual é a necessidade de se regulamentar a caldeirada, que é, de facto, uma instituição tradicional? A fiscalização não chega? Se o pescador levar 30 k de cherne e for vendê-lo ilegalmente, a fiscalização devia captar e, portanto, não há necessidade nenhuma, segundo pareceu ser opinião geral. É preciso, Sra. Deputada Zuraida Soares, porque uma vez entrando em casa um pescador com 100 k de cherne, a venda ilegal de cherne não é um crime. Ou muda o código penal e permite à polícia entrar em casa e inspecionar o que se está a passar na garagem desse pescador ou qualquer cidadão pode entrar, comprar e sair com o cherne num saco de plástico, sem documento nenhum e ninguém o pode abordar. Portanto, não há maneira de fiscalizar a venda ilegal...

Deputada Zuraida Soares (BE): Quantos casos desses é que acontecem? Dois? Três?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... das espécies de caldeirada que uma pessoa leve para casa. É desconhecimento seu, Sra. Deputada, do que é a realidade da fiscalização das pescas e dos abusos que estão relatados pelos próprios pescadores em alguns locais.

Portanto, é necessária a regulamentação por este aspeto.

Segundo aspeto. O Governo está, há um ano, a discutir este diploma com o setor e, portanto, pediu pareceres às entidades todas que considerou relevantes, aos parceiros do Conselho Regional das Pescas, a própria Federação, já trocámos pareceres, várias vezes, portanto não precisa de estar...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nenhuma concorda!

O Orador: ... a ler à lupa o que está no parecer de uma página que foi enviado à Assembleia Legislativa Regional e fazer interpretações literais da frase X ou da frase Y para saber o que é que o setor pensa sobre este diploma.

Consultámos a Federação múltiplas vezes, sabemos exatamente o que é que cada uma das Associações da Federação pensa sobre o assunto,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O setor está contra!

O Orador: ... sabemos exatamente o que é que Associações não federadas, como a Cooperativa Porto de Abrigo, pensam sobre o assunto. Sim, pedimos parecer à Cooperativa Porto de Brigo e à APEDA, não sei a quem é que a Assembleia Legislativa Regional pediu pareceres, tenho todo o gosto de pedir à Mesa que distribua, por favor, às bancadas parlamentares o parecer que o Governo recebeu da APEDA e da Cooperativa Porto de Abrigo.

Sr. Deputado Luís Garcia do PSD, que acusa de nós termos o DLR vazio, uma cópia do Decreto-Lei nacional e depois remete tudo para portaria. Não sei se sabe que o Governo Regional não pode regulamentar por portaria o que está num decreto-lei nacional e, portanto, essa transposição é essencial para nós podermos fazer essa regulamentação. Portanto, isto responde à sua pergunta.

Mas entendo que haja curiosidade e interesse em saber mais detalhes.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Curiosidade e interesse!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é curiosidade, é necessidade!

O Orador: Concordemos que não devem estar no DLR, mas posso levantar a ponta do véu e dar-vos que graus de liberdade em cada um destes assuntos, quais são as variáveis que estão em discussão.

Começando pela venda direta, que é a mais controversa. A nível nacional, é permitida a venda direta. Sabem os Srs. Deputados em quantos sítios se faz venda direta a nível nacional? Num sítio, no Rio Minho. E nos Açores vai ser em dois ou três sítios, vão ser escolhidos locais, com concordância do setor e das Associações dessas ilhas, muito remotos, onde, pela distância à lota e a constituição da frota naquele local e uma conjugação de outros fatores, vai ser identifica por portaria uma lista de embarcações que será negociada com a Associação dessa ilha, que tem direito a fazê-lo. Podíamos escolher outros critérios: em qualquer sítio da região, com uma embarcação com menos, por exemplo, de nove metros de comprimento de fora a fora, poderia fazer venda direta. Essa era uma opção. Não vamos optar por essa via, por algo tão vago,

vamos optar pela lista de embarcações por porto, com o local de recolha bem identificado.

Eu julgo que foi na legislatura anterior que o Bloco de Esquerda fez uma proposta de lei, na Assembleia da República, propondo uma lei que permite a venda direta de pescado a nível nacional, em que propunha o comprimento de fora a fora abaixo de nove metros (era uma opção), proposta essa que teve voto favorável do PCP, salvo erro. Portanto, são a favor da venda direta. Sei que, neste caso, ao contrário do que parecem estar aqui a esgrimir com argumentos de que a Federação tem dúvidas (dúvidas, entendo que tenham), mas sei que não há uma objeção de princípio, com o único ponto que parece trazer discordância por parte da Federação das Pescas dos Açores, que, Sr. Deputado, é muito importante para os pescadores, não foi o que eu disse, eu disse que interesses dos comerciantes são ainda mais afetados, não disse que não era importante o parecer da Federação, mas sei que o Bloco de Esquerda e o PCP concordam com a venda direta de pescado, tinham uma proposta a nível nacional, uma lei para serem todos os barcos com menos de nove metros; nós, aqui, vamos fazer caso a caso, porque pode, amanhã, haver um naufrágio, um armador tem uma embarcação de 9,4 metros e já ficava fora deste regime. Portanto, a nossa especificidade exige que seja feita por portaria.

Segundo aspeto, a caldeirada. Podíamos negociar por número de espécies, podíamos impor um limite máximo, em quilos, por dia, por pescador, podemos limitar por uma percentagem de cada maré, portanto, cada vinda, cada descarga de peixe, uma percentagem, pode ser o limite que é atribuído em caldeirada. Há vários assuntos em discussão. Vão ser os pescadores a dizer o que é que faz sentido fazer-se. O maior agregado familiar que exista para um pescador que vá X vezes para o mar, se o limite foram 200 k, não há problema, tem é que haver um limite, não pode ser zero, como hoje existe.

Marcação de pescado. Não foi aqui levantada e é, porventura, um dos aspetos mais relevantes, vai ser negociado com os comerciantes, tem que ser uma marca

que não danifique o pescado e que não atrase o processo de venda direta. Este é um nível de detalhe, Sr. Deputado Luís Garcia, que vai estar nas portarias e que será decidido com o setor. Não está pronto para ser apresentado a esta Assembleia e não deve, pela sua natureza, estar em DLR.

Vencemos a II Guerra Mundial e temos este estalinismo e uma [*impercetível*]. Nós vencemos a II Guerra Mundial graças ao Estaline, em grande parte, como sabe o Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não percebi!

O Orador: Segundo aspeto. O Governo é o mais possível antirregulamentação excessiva. Nós somos pró autorregulação, temos apoiado o movimento associativo o mais possível. Portanto, é absurdo achar que agora, em sede, Sr. Deputado Paulo Estêvão, de primeira venda de pescado, o Governo se vai tornar estalinista e autocrático. Por portaria, regulamentámos uma distribuição de quota do goraz por ilha, uma negociação complexíssima, um período de defeso para o goraz, por portaria, também nos mínimos mais restritivos por portaria, áreas marinhas protegidas com restrições às pescas, por portaria. Agora, no mais fácil, é que o Governo se vai tornar estalinista e não vai ouvir o setor, Sr. Deputado Paulo Estêvão? Não faz sentido.

Sra. Deputada Graça Silveira, por que é que o Secretário Regional falou de venda direta de pescadores a restaurantes e agora diz que não se pode vender para os restaurantes? A nível nacional, é possível um pescador, no Rio Minho, vender diretamente a um restaurante, a nível nacional. Em discussão com o setor, a nível regional, estão-nos a pedir que não seja assim, para proteger os vendedores ambulantes. Portanto, agora, digo-lhe, provavelmente, não está definido, será definido sem haver venda aos restaurantes.

Último assunto. Qual é a diferença entre venda direta e venda ambulante? A venda ambulante é feita por um comerciante de pescado que está coletado...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Então, quer dizer que o senhor falou com o setor depois da Comissão da Economia? Porque lá o senhor não disse isso!

O Orador: ... e tem uma licença para operar como vendedor, igual a qualquer outro vendedor; a venda direta é feita por um pescador, que pode recorrer ao seu armador para a faturação e fazê-lo num posto de recolha.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que nós estamos aqui a assistir é um Governo que não sabe o que quer e que aponta fronteiras diferentes e objetivos diferentes e dados diferentes em cada intervenção.

Eu vou citar aqui *O Breves, online*, de 27 de abril, e no *Breves, online*, de 27 de abril, o Sr. Secretário aponta cinco locais para instalar...

Deputado José Ávila (PS): Possíveis locais!

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu): São exemplos, Sr. Deputado!

Deputado Luís Garcia (PSD): Agora são exemplos!

O Orador: ... um posto de recolha de venda direta. O senhor é que o disse.

Ora, agora, eu penso que ouvi isto, dois ou três.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Remotos!

O Orador: Há dois meses, eram cinco. Ou seja, cada mês que passa, perde-se um posto de recolha de venda direta.

Deputado José Ávila (PS): Estão a ser negociados!

O Orador: Portanto, eu não sei. Daqui a dois meses, daqui a três meses, não temos nenhum, a este ritmo. Eram cinco, agora, temos dois ou três; em setembro, quantos é que vamos ter? Nenhum! Este é o ritmo do Sr. Secretário. Oiça, o senhor não sabe, não consegue resistir às pressões do setor, não consegue normalizar o seu discurso político e não consegue apresentar a este Parlamento, evidentemente que nós desconfiamos. Então, eu tenho que

desconfiar! Se o senhor me diz, “Não, não! Temos aqui [até os identifica] cinco locais!”. Agora, dois meses depois, diz, “Não, não! São dois ou três.”, o senhor não sabe o que quer, a verdade é esta, e quer que eu vote isto? Quer que eu vote favoravelmente esta iniciativa, com este tipo de arbitrariedade e com este tipo de impossibilidade e com este tipo de dúvidas existenciais que o senhor tem? Não! Isto aqui não é, nesta Câmara, o senhor tem que apresentar um projeto coerente e não está a apresentá-lo.

Em segundo lugar, a referência ao estalinismo. Como se sabe, eu quando falei em vitória foi a vitória da democracia na Europa Ocidental, para cá da Cortina de Ferro. Depois, a segunda fase, que o senhor bem refere, porque Estaline, não lhe quero relembrar o pacto da União Soviética com a Alemanha, de Hitler, e, portanto, era um pacto entre ditadores e de ditaduras de igual significado. O que lhe devo dizer é o seguinte. A liberdade triunfou, para cá da Cortina de Ferro.

O que lhe quero dizer é o seguinte.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor até sabe que não é assim!

O Orador: É assim, Sr. Deputado Aníbal Pires, não ponha essa cara!

Mas o que eu quero aqui referenciar-lhe...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor até sabe que não é assim!

O Orador: É assim, de certeza!

... é o seguinte. Se falar com as pessoas, com os pescadores, os agricultores, em geral,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: É para terminar, já terminou o meu tempo. Certo!

Uma breve referência para dizer o seguinte. Se falar com as pessoas, em geral, está toda a gente farta da forma como V. Ex.^a se intromete em todas as atividades dos agricultores e dos pescadores e todos os pequenos pormenores. É absolutamente exasperante a vossa forma de impor impostos, taxas, regulamentação. Agora, para a caldeirada, os senhores juntam, está lá o peixe, “Olha! Mais estes impostos e mais esta burocracia!”, ficou uma caldeirada

ainda maior e a questão é esta, é que as pessoas estão asfixiadas com a vossa intromissão em tudo, em todos os aspetos e da forma como a liberdade...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Está gasta, Sr. Deputado!

O Orador: ... fica condicionada para quem age...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Não apoiado!

O Orador: ... politicamente desta forma. E esta forma de fazer política, esta forma de intromissão permanente na sociedade,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Está gasta, Sr. Deputado!

O Orador: ... porque, e termino, Sra. Presidente, e dou um exemplo: eu acho que quando sairmos à rua, daqui a pouco, pagamos por respirar.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem!

O Orador: Paga-se, pisa-se o chão da rua, paga-se, e isto é absolutamente insuportável, este é o exercício...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Oradora: ... e o poder que os senhores estão a implementar nos Açores. É asfixiante e eu, da minha parte, não contem com o apoio do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Garcia, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia** (*PSD*): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Há duas conclusões que já podemos tirar deste debate, Sr. Secretário. A primeira delas é que, afinal, o Governo andou a anunciar e apregoar um acordo que tinha com o setor sobre esta legislação, andou a apregoar e a anunciar um acordo que, afinal, não tem. A segunda conclusão é que a grande novidade desta legislação, a grande medida que ia aumentar os rendimentos do setor, a venda direta ao consumidor final, afinal, o setor também não está de acordo

com ela. E não está de acordo, porque o senhor, a cada intervenção, dá-nos razão e dá razão ao setor para não estar de acordo; é porque, a cada intervenção, o senhor diz uma coisa diferente. O Sr. Deputado Paulo Estêvão já aqui explicou, relativamente aos postos de venda, que o senhor já disse imensas vezes, já falou em nomes diferentes, em locais diferentes, em números diferentes e, além disso, a bancada do PS ainda ajuda, porque a bancada do PS vem dizer, dizia o Sr. Deputado José Ávila, no caso da Graciosa, “Se calhar, nesta ilha, não é preciso um posto de vendas”. Oh, Sr. Deputado, mas é que nós não aprovamos legislação baseada em “se calhar”, nós temos que ter uma orientação e uma explicação muito claras sobre aquilo que vamos aprovar.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

O Orador: Não é “se calhar”, Sr. Deputado.

E a verdade é que esta, se for bem implementada e bem operacionalizada, pode ser uma medida importante para o setor e persistem imensas dúvidas: como é que ela vai funcionar, onde, em que ilhas, em que portos? Agora, o senhor acrescentou, “Vamos fazer uma lista de embarcações”. Mas, então, esta medida pode, inclusivamente, ser discriminatória para o setor, a uns ser possível e a outros não ser possível. Como é que isso se explica?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Oh, senhor, os critérios estão lá!

O Orador: Como é que isso contribui para reduzir a fuga à lota? Como é que vai ser feita a rastreabilidade deste peixe? Como é que serão controladas as regras higienossanitárias deste pescado? É que isto ainda fica aqui também patente uma contradição. Ao longo do tempo, Sr. Secretário, a Lotaçor tem realizado imensos encerramentos de postos de recolha de pescado, postos de venda, por todas as ilhas, com o objetivo de concentrar as vendas, com o objetivo de melhor controlar as regras higienossanitárias, com o objetivo de controlar a rastreabilidade do peixe e, agora, invertemos um pouco o processo, andamos para trás e, como todo esse controlo vai ser feito, tudo isso está por

explicar e continua por explicar e a cada intervenção sua nós ficamos ainda mais confusos.

Há uma questão que eu também quero referir neste debate. Já referi que esta legislação é adaptação de uma legislação nacional e não vem mal nenhum ao mundo com isto, mas há um artigo que, curiosamente, os senhores não adaptam à região e era aí que eu lhe queria perguntar. Na legislação nacional, o artigo 14.º, “Comissões consultivas”, diz o seguinte: “Em cada porto de pesca, a entidade que explorar a lota tem obrigatoriamente como órgão de apoio e consulta uma comissão consultiva, que integra representantes dos produtores, de compradores e de outras entidades”. Na região, não é preciso essas comissões consultivas? Na região, não é útil para quem gere os portos e as lotas ouvir a opinião, ter a envolvência das outras entidades envolvidas? Então, adapta-se a legislação toda e esta, que é um mecanismo que permite ouvir o setor, envolver o setor, essa parte, este artigo não é adaptado? Porquê, Sr. Secretário?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Oh, Luís, não é “não foi adaptado”, foi cortado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, há um mês, foi à Comissão de Economia para ser ouvido pelos deputados desta Casa sobre este diploma. Há um mês, o Sr. Secretário continuava a afirmar que a venda direta ia fazer-se em restaurantes. Passado um mês, vem dizer agora, aqui, nesta Casa, que já não se faz, afinal, nos restaurantes, porque o setor não quer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: O senhor disse que este diploma está a ser trabalhado há imenso tempo; como é que se justifica que quando finalmente, depois de todo esse

trabalho, vai ser ouvido, em sede de Comissão, para explicar aos deputados desta Casa como é que isto será implementado, e diz que a venda direta será em restaurantes, e, passado um mês, afinal, porque o setor não quer, voltou atrás. Mas, já agora, que está tão sensível ao setor, eu vou perguntar-lhe: Na questão do leilão *online*, também vai voltar atrás? É porque o setor diz que as fábricas de manipuladores vão deixar de fazer sentido; os postos de trabalho dessas fábricas de manipuladores vão deixar de existir e que os representantes locais também deixam de fazer sentido; que esses postos de trabalho vão deixar de existir. Sr. Secretário, também vai voltar atrás...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Claro que vai!

A Oradora: ... na questão do leilão *online*?

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Claro que vai!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar, o que está aqui em causa é saber se queremos ou não queremos aumentar o rendimento dos pescadores.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não há nada neste diploma que diga isso! Não insista na conversa!

O Orador: Esta é a grande questão que tem que ser colocada neste dia e perante este diploma.

Em segundo lugar, também se sabia que, da parte dos comerciantes, iriam colocar algumas resistências, e é normal, e foi isso que o Sr. Secretário quis dizer, pelo menos foi o que quis dizer, não sei se isso transparece no relatório, na Comissão, porque eram mais resistentes à mudança e porque os afetava mais

diretamente ou pensarem que os poderiam afetar mais diretamente. Mas, também como foi explicado, os comerciantes não vão perder dinheiro com esta nova legislação, aliás, conhecidos que são os compradores de quase todas as ilhas, até poderemos dizer que poderão, efetivamente, aumentar o seu rendimento, porque grande parte dos compradores compram para terceiros e recebem pelo serviço que prestam, pelo serviço de compra, pela embalagem, pelo armazenamento e também pela expedição do pescado. Recebem um determinado valor.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Exatamente as tais fábricas de manipuladores!

O Orador: Se calhar, vão passar a receber também de outros compradores, que irão fazer compra por outra via, nomeadamente por via *online*.

Terceiro. Deixar a regulamentação para negociação posterior com as Associações, para mim, é uma das virtudes deste diploma, porque os pescadores de cada uma das ilhas é que sabem quais são as soluções para cada uma dessas ilhas.

Deputado Luís Garcia (PSD): Então, o senhor não está a fazer nada aqui!

O Orador: E eu peço novamente para olharem para o exemplo da Graciosa. A Graciosa é um bom exemplo de autorregulamentação. Fizeram um bom trabalho nesse aspeto. Se calhar era bom irmos lá mais vezes para tentar perceber o que lá aconteceu perante uma dificuldade imensa, que foi a redução da quota do goraz, que surgiu drasticamente, nos últimos dois anos.

Em quarto lugar, eu acho que isto é uma boa maneira de fazer política, dar a voz aos pescadores. Acho que é uma boa maneira de fazer política e o Partido Socialista tem esta vantagem relativamente a outros, vai lá, vai aos portos, fala com os pescadores, sabe quais são os seus anseios, sabe também quais são as suas dificuldades.

Em quinto lugar, e respondendo ao Sr. Deputado Luís Garcia, eu queria dizer-lhe: Sr. Deputado, e ainda bem que é assim, as soluções não podem ser iguais

para todas as ilhas. O senhor queria que fosse tudo regulamentado no diploma para que as soluções fossem iguais, nós não queremos isso. As ilhas são diferenciadas, precisam de políticas diferenciadoras, por isso é que há coesão, Sr. Deputado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: A solução para a ilha do Faial poderá não ser necessariamente uma boa solução para a Graciosa. Em último lugar, queria dizer que esta solução apresentada, neste diploma, para a primeira venda, é tão só igual a uma solução que foi publicada a 4 de abril de 2005, a nível nacional, que foi assinada por pessoas de que gostam muito: o Pedro Santana Lopes, o Álvaro Barreto, o Paulo Sacadura Cabral Portas, o Daniel Sanches e o Carlos Costa Neves.

Portanto, a de lá se calhar é boa; a de cá se calhar não presta.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Secretário:

Sendo, eventualmente, a última intervenção relativamente a este diploma, porque penso que, à medida que o tempo decorre, as posições estão esclarecidas, digamos assim, e a avaliação que cada bancada faz do mesmo diploma também, eu gostaria de dizer o seguinte.

O Bloco de Esquerda concorda em dar a voz aos pescadores e acha que isso é uma boa política; aquilo com que o Bloco de Esquerda não concorda é dar a voz apenas ao Governo Regional e o poder de decisão discricionária ao Governo Regional, porque acha que isso é uma má política.

Depois, o Sr. Secretário Regional referiu, e bem, que o Bloco de Esquerda não tem nenhuma posição de princípio contra a primeira venda de pescado fresco, bem pelo contrário, como também referiu. Achamos que é uma medida que

pode contribuir para o aumento dos rendimentos dos nossos pescadores, sem dúvida também nenhuma. Agora, permita-me, Sr. Secretário, chamar-lhe a atenção para duas coisas. Falar em aumentar rendimentos já é de si, digamos, uma semântica rebuscada, porque, neste momento, a maior parte da nossa classe piscatória não tem rendimentos, aquilo que auferir não se pode chamar rendimento.

Deputado José Ávila (PS): Exatamente!

A Oradora: Portanto, não é uma questão de os tratar como pobrezinhos ou desgraçadinhos, não, é reconhecer que, numa região que tem mar por tudo o quanto é sítio, a classe piscatória da nossa região atravessa uma crise também. Portanto, já não é só aumentar, é garantir que tenham algum rendimento digno desse nome e levar para casa 100 euros por mês não é um rendimento digno desse nome, não é nada. Isso, sim, é a esmola possível. Portanto, não são coitadinhos nem desgraçadinhos, mas há um longo trabalho a fazer para lhes garantir um rendimento a que qualquer profissão terá direito. E esta iniciativa do Governo pode ser um contributo, não o ponho em causa, mas também, Sr. Secretário Regional, permita-me dizer-lhe: da mesma maneira que o Sr. Secretário tem defendido com convicção, com paixão esta iniciativa do Governo Regional,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sobretudo paixão!

A Oradora: ... e eu compreendo isso, lamento que, em nome do aumento dos rendimentos dos nossos pescadores, o Sr. Secretário Regional não tenha usado da mesma convicção e da mesma paixão quando foi, por exemplo, do período de defeso do goraz, em que os pescadores foram altamente penalizados nos seus rendimentos e não tiveram nenhuma contrapartida e também lamento que a mesma paixão e a mesma convicção num objetivo em que todos estamos irmanados, que é dignificar a classe piscatória e dar-lhe os rendimentos a que eles têm direito, como profissionais que são, o senhor tenha, por exemplo, usado o FUNDOPESCA, da última vez que o acionou, no valor de 278 euros, e

foram mais os pescadores da nossa região que não o receberam do que aqueles que o receberam, por teimosia do Governo e também do Sr. Secretário Regional, que foi dar aos armadores a possibilidade de fazer ou não fazer os seguros dos profissionais dos seus barcos e, no fim, como nós aqui dissemos, Sr. Secretário Regional, não foi por falta de aviso, o Bloco de Esquerda e outras bancadas disseram,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Dissemos e propusemos!

A Oradora: ... quem vai acabar por ser novamente penalizado vão ser os pescadores, porque os armadores ou fazem o seguro e a seguir dão baixa dele ou não o fazem, e o senhor sabe que isto é verdade e aconteceu, e aconteceu ainda há relativamente pouco tempo, há 15 dias, três semanas, aconteceu.

Portanto, vamos aumentar o rendimento, vamos dignificá-lo? Vamos, Sr. Secretário, mas esta proposta, do nosso ponto de vista, precisa de mais esclarecimentos no seu articulado (não é esclarecimentos prestados pelo Sr. Secretário) do que aqueles que aqui estão e precisa de outras...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... medidas adicionais, urgentes, imediatas, que suportem os pescadores e as suas respetivas famílias.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu):**

Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados:

Eu julgo que fica claro deste debate que há uma certa esquizofrenia na oposição. Tão rapidamente é o Governo acusado de ser um alvo móvel e não saber o que quer e estar ao serviço dos interesses do setor e, a seguir, é dito que quer poder autoritário, que quer absorver a capacidade de fazer tudo o que quer por portaria, na mesma crítica, pelas mesmas bancadas.

Portanto, peço aos Srs. Deputados que decidam qual é a crítica.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não percebi!

O Orador: O Governo quer fazer tudo sozinho e tem uma vontade forte e impõe-se ao setor...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é esquizofrénico aqui dentro!?

(Apartes de inaudíveis)

O Orador: ... ou é um escravo dos interesses do setor e não está aqui a fazer nada senão *copy paste* da legislação nacional.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Não entendo, porque já não sei para que lado é que me hei de virar para me defender sobre este assunto.

Em cada intervenção, o Secretário Regional do Mar diz uma coisa diferente. Disse três ou quatro postos de recolha, disse cinco ou seis, não sabe quantos serão. Não sabemos quantos serão, Srs. Deputados. Vai ser decidido com base na discussão ilha a ilha com as Associações.

Disse sempre a mesma coisa, Sr. Deputado Luís Garcia. Não digo uma coisa diferente de cada vez. Em todas as intervenções disse que precisamos de um DLR, que é este que está à discussão aqui, hoje, que permita fazer venda direta na região e é isto que temos, é isso que eu peço às Sras. e aos Srs. Deputados que concordam com a venda direta, que votem a favor.

Depois, como vai ser feito? Vai ser feito com o setor, como todas as portarias que este Governo fez durante esta legislatura. Foi dito sempre a mesma coisa. Quando questionado pelos Srs. Deputados ou pelos Srs. Jornalistas, quantos postos vão ser?

Deputado Luís Garcia (PSD): É o cheque em branco!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esquizofrénico!

O Orador: Dê, por favor, alguns exemplos de sítios que, por ventura, poderia fazer sentido na região ter e o Secretário Regional responde e dá exemplos. “Ah, mas disse diferentes! A última vez que lhe perguntámos, não falou do porto dos Mosteiros ou disse três ou quatro em vez de cinco.” Não é um debate sério, Srs. Deputados.

Deputado Luís Garcia (PSD): É conforme a plateia que está à frente!

O Orador: Não, não é conforme a porta, é conforme a pergunta que é feita.

O artigo 14.º do Decreto-Lei surpreende os Srs. Deputados do CDS e do PSD de por que é que não transpusemos, por que é que não há comissões consultivas por porto de pesca, porque, na realidade, a região é tal que não se justifica.

Deputado Luís Garcia (PSD): Pois não!

O Orador: Temos um Conselho Regional das Pescas, que reúne periodicamente e que cumpre essas funções. Numa região com nove ilhas, não precisamos de estar a fazer mais comissões para cada um dos portos de pesca.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ouvir não é convosco!

O Orador: Os restaurantes podem ou não podem vender? Já respondi. Não faz sentido, na nossa região, depois de debate com o setor, fazê-lo, porque poderia pôr em causa os interesses dos vendedores ambulantes. A nível nacional é possível. Se amanhã chegássemos à conclusão que foi mal informado este parecer e que há um interesse louco dos comerciantes em que haja venda direta para os restaurantes, o Governo Regional não tem uma posição dogmática nesta matéria.

Bloco de Esquerda não tem uma posição de princípio à primeira venda; sei que o PCP também não tem. Pergunto eu, então, o que é que gostava de ver mais aqui, Sra. Deputada? Faça propostas de alteração.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tudo! (*Risos*)

O Orador: O que é que faz falta aqui? Portanto, não acho aceitável que o Bloco de Esquerda e o PCP votem contra uma proposta com estas características, é uma desculpa esfarrapada dizer que estamos a remeter demasiadas coisas para

portaria. O quadro nacional, que nunca foi objeto de nenhuma proposta de alteração de nenhum destes partidos foi aceite, até agora, sem nenhum tipo de reação.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário!

O Orador: Obrigado, Sra. Presidente. Vou terminar já.

Não tendo tempo, também não me interessa discutir agora outros assuntos que não têm a ver com a primeira venda, como o FUNDOPESCA, mas não posso deixar de reagir ao que disse a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Um Secretário Regional que, em ano de eleições, faz um período de defeso de um mês e meio, é por paixão em aumentar os rendimentos dos pescadores,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque esse período de defeso guarda quota para esses pescadores venderem esse goraz quando os preços estão mais altos.

Muito obrigado.

Deputado Zuraida Soares (BE): E agora? Antes das eleições comem o quê, Sr. Secretário?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E agora?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila, uma questão que o senhor colocou se os partidos da oposição e, designadamente, o PSD estão ou não interessados em aumentar os rendimentos dos pescadores. Ao longo de toda a legislatura, nós temos feito propostas, temos reivindicado, temos defendido estas medidas para aumentar o rendimento dos nossos pescadores: aumentar o rendimento, o controlo à fuga à lota, a sustentabilidade dos recursos, que são os objetivos que o Sr. Secretário veio, hoje, aqui, trazer. Agora, uma coisa que é preciso lembrar, Sr. Deputado e

Sr. Secretário, é que este Governo não está no início de uma legislatura; esta governação, este regime tem 20 anos...

Deputado André Bradford (PS): Este regime chama-se regime democrático!

O Orador: ... e vir, agora, ao final de 20 anos, anunciar um plano de ação para o setor é o maior reconhecimento do falhanço das vossas políticas para este setor.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Ficou provado neste debate que o Sr. Secretário andou a anunciar e a apregoar um acordo que tinha com o setor, que, afinal, não tem. Ficou provado neste debate que a Federação das Pescas é contra a venda direta de pescado ao consumidor final e que...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Federação Socialista das Pescas!

O Orador: ... no parecer que envia a esta Assembleia não fundamenta essa posição, ou seja, não explica por que é que é contra esta medida.

Considerando que importa perceber as razões do setor para esta objeção e que não foi possível ouvir a Federação de Pescas em sede de Comissão; considerando aquilo que o Sr. Secretário disse neste debate, que a política das pescas é boa quando se adequa à realidade e, portanto, para se adaptá-la à realidade é preciso perceber quais são as razões do setor pelas quais estão contra esta medida; considerando aquilo que o Sr. Deputado José Ávila disse neste debate, que é uma boa maneira de fazer política dar a voz aos pescadores, o PSD requiere, nos termos regimentais, para dar a voz ao setor, para esclarecermos quais são as razões pelas quais a Federação das Pescas esteve contra esta legislação, requer, Sra. Presidente, a baixa deste diploma novamente à Comissão.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

Presidente: Fico, então, a aguardar que o requerimento dê entrada na Mesa.

A Mesa, de momento, não tem mais inscrições.

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado Luís Garcia, vou começar por si.

Eu, de facto, reconheço que o Sr. Deputado, ao longo desta legislatura, tem feito um esforço para tentar colar o seu partido também a estas políticas desenvolvidas para as pescas, nestes últimos tempos.

Eu tenho que reconhecer que o senhor tem feito um esforço para isso, lamento, no entanto, que o vosso documento base para o programa eleitoral,...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Artur Lima)

O Orador: ... que é ou que foi coordenado...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Há aqui uma novidade!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Vai haver aqui uma novidade!

O vosso documento orientador não refere nada sobre as pescas. Eu pedi ao Sr. Deputado Luís Garcia para fazer mais um esforço ainda, porque o senhor, de facto, é uma pessoa esforçada, para, junto do seu partido, conseguir que isso se faça, já que o vosso coordenador e o vosso cabeça de lista pela ilha Terceira...

Deputado Catarina Moniz Furtado (PS): Já não é!

O Orador: Ah! Já não é? Já não é!

... foi incapaz de incluir as pescas no vosso documento base.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Oh, José, estás a ser mauzinho. Eu já te expliquei!

O Orador: Sra. Deputada Zuraída Soares, de facto, não é a primeira vez que eu digo isto: de facto, concordo consigo quando diz que este diploma é um contributo para aumentar o rendimento dos pescadores. Portanto, tenho que dizer que concordo consigo e também vou reconhecer que não é a primeira vez. Já quando levantou a questão do FUNDOPESCA, e eu digo isto com alguma sinceridade, ainda bem que a senhora não leu o seu voto de protesto que tinha preparado para ontem, porque o seu voto de protesto contém algumas coisas que não são verdade.

Presidente: Sr. Deputado José Ávila, não pode fazer referências a algo que não foi apresentado na Casa! Agradeço que não faça referências sobre isso!

O Orador: Sra. Presidente, eu estou a falar neste assunto, porque o pagamento do FUNDOPESCA foi trazido a debate pela Sra. Deputada e eu, parece-me que também poderei, nos mesmos termos, fazer-lhe uma resposta.

Presidente: Sim, mas eu não me referia à questão do FUNDOPESCA, apenas me referia à questão do voto de protesto a que o Sr. Deputado estava a aludir e, portanto, em relação a esse não poderei permitir que faça nenhuma intervenção.

O Orador: Exatamente!

Obrigado, Sra. Presidente, pelo reparo.

Mas, relativamente à questão do FUNDOPESCA, é preciso fazer uma resenha e é preciso também respeitar aquilo que aconteceu na Comissão de Economia e também no grupo de trabalho que construiu, digamos assim, o documento que está a regulamentar agora a atribuição do FUNDOPESCA.

Em 2013, com base numa proposta da Federação de Pescas dos Açores, procedeu-se a uma negociação entre os seis partidos que compõem esta Assembleia para encontrar uma boa proposta que fosse ao encontro das necessidades dos profissionais da pesca, em primeiro lugar, e que se conseguisse o maior apoio parlamentar possível.

Deputado Luís Garcia (PSD): Já estamos a discutir o FUNDOPESCA! Já vamos para lá também!

O Orador: Fechamos um acordo, estas negociações levaram-nos a um acordo e, nesse acordo, com certeza que houve cedências de todas as partes, o que é normal acontecer numa negociação deste tipo.

É verdade que aqui, em sede parlamentar, houve novas propostas de alteração, como é referido por alguns partidos quando se discute este assunto, mas uma coisa é certa, normalmente quando se fecha uma negociação a negociação está fechada. Mas, mesmo assim, em sede de discussão parlamentar, houve propostas de alteração, apresentadas por outros partidos, sobre uma proposta que já estava negociada e fechada. Viemos até aqui, tivemos o voto favorável do PS, do PSD, do PPM e tivemos as abstenções do CDS, Bloco de Esquerda e do PCP.

A proposta, que depois tomou o número 5/2016, foi concebida para defender os pescadores e não percebo como poderíamos defender os pescadores se não exigíssemos a obrigatoriedade dos seguros de acidentes de trabalho e também o de acidentes pessoais.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não, não é isso!

O Orador: Não é possível sol na eira, chuva no nabal, Sra. Deputada.

Em segundo lugar, e é uma questão que aqui é referida, aliás, foi referida pela Sra. Deputada, houve duas ativações do FUNDOPESCA, este ano; a Sra. Deputada só referiu uma.

Deputada Zuraída Soares (BE): A última!

O Orador: Mas, de facto, houve duas ativações e a Sra. Deputada estava muito indignada porque o Sr. Secretário tinha anunciado 1300 candidaturas, aliás, tinham sido beneficiados 1300 pescadores...

Deputada Zuraída Soares (BE): Eu não falei em 1300!

O Orador: ... e que só tinham sido pagos metade, mas não é verdade.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não disse nada disso!

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso era ontem no voto de protesto!

O Orador: Não é verdade. Foram pagas, na primeira ativação, 1300 candidaturas, o que teve um investimento elevado, como também é conhecido.

Agora, Sra. Deputada, há uma segunda ativação e essa segunda ativação, de facto, era preciso, essa candidatura, para ser aprovada, teria que ter alguns documentos e um deles era o seguro de acidentes de trabalho. Mas o seguro de acidentes de trabalho, nós estamos aqui a proteger o pescador.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não estão nada! Estão a retirar a competitividade!

O Orador: Eu sei que isto é difícil, Sra. Deputada, e o caminho faz-se caminhando.

Portanto, também queria dizer-lhe, Sra. Deputada, que esta segunda ativação, de facto, foram 1300 candidaturas e só foram aprovadas 651, como a senhora bem disse, mas também é verdade...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não disse nada, Sr. Deputado. O senhor está a pôr na minha boca o que eu não disse!

Deputado André Bradford (PS): Não disse, mas pensou!

(Risos)

O Orador: Oh, Sra. Deputada, a senhora tornou um documento público, agora vai ter que responder por ele.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não, não!

O Orador: Ah, tornou-o público!

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, para um protesto!

O Orador: Todos esperávamos, de facto, que houvesse uma redução de beneficiários, mas é preciso combater situações em que os trabalhadores não estão devidamente protegidos e este diploma, que nós negociamos todos e que consagrou propostas de todos os partidos, vem pôr alguma justiça neste sistema;

só tenho é pena que a Sra. Deputada tenha posto um pé dentro da negociação e, no fim, tenha posto um outro fora. Isso é pena.

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): O que foi aprovado foi o que nós chegámos a acordo! Haviam muitas outras propostas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu terei que dar seguimento ao requerimento, que já entrou na Mesa. Ao abrigo do artigo 87.º, também deverei colocá-lo...

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas eu já tinha pedido o protesto!

Presidente: Mas a entrada do requerimento já deu entrada... Sra. Deputada, mas já tinha dado entrada o requerimento, na Mesa, e regimentalmente é o que terei de fazer, colocá-lo de imediato à votação, ao abrigo do artigo 87.º.

Deputada Zuraída Soares (BE): Foi uma coincidência!

Presidente: Está então à votação o requerimento de baixa à Comissão, ao abrigo do artigo 134.º, apresentado pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O requerimento de baixa à Comissão foi rejeitado com 30 votos contra do PS; 20 a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretária.

Sra. Deputada Zuraída Soares, pediu a palavra para?

Deputada Zuraída Soares (BE): Um protesto.

Presidente: Um protesto a?

Deputada Zuraída Soares (BE): Um protesto a algumas afirmações feitas pelo Sr. Deputado José Ávila, que não correspondem à verdade.

Presidente: Eu vou dar-lhe a palavra, porque penso que a Sra. Deputada está a querer aludir às questões referidas relativamente ao seu voto de protesto, e, como tal, vou dar-lhe a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Dizer o seguinte. Quando uma iniciativa não é lida, debatida, votada nesta Casa, ela é pública para fora desta Casa? Primeira pergunta.

É que o Sr. Deputado José Ávila referiu, vezes sem conta, um voto de protesto entregue na Mesa, ontem, durante o período de PTAP, que não foi lido nem debatido nem votado. Portanto, se quem propõe o voto não tem possibilidade de o referir, não é admissível que qualquer deputado desta Casa o faça em diferido.

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

A Oradora: Primeira questão. Em diferido.

Segunda questão. É lamentável também que o Sr. Deputado traga para aqui uma negociação da última alteração ao FUNDOPESCA, quando o Sr. Deputado sabe...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): A senhora é que falou no FUNDOPESCA!

A Oradora: ... melhor do que ninguém que, em sede de Comissão, todos os partidos acordaram que, embora houvesse um consenso...

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, já está fora do âmbito do protesto!

A Oradora: ... generalizado...

Está dentro do âmbito!

Presidente: Não está, Sra. Deputada!

A Oradora: Foi isto que o Sr. Deputado...

Presidente: Sim, mas, Sra. Deputada, o protesto não serve para continuar o debate.

A Oradora: Não, mas eu não vou continuar o debate, eu só estou a dizer, Sra. Presidente, e, se me permite, vou repetir, uma negociação que foi feita, e o Sr. Deputado sabe-o, na condição de que cada partido trouxesse a este Plenário as propostas de alteração que entendesse.

Portanto, não é sério vir agora aqui, dizer...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): O que não é sério é usar a figura do protesto para fazer o que a senhora está a fazer! Isso é que não é sério!

A Oradora: ... exatamente o contrário daquilo que foi acordado em sede de Comissão, entre todos, inclusive com o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e do Mar, ou ao contrário.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para um contraprotesto, tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila** (*PS*): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Sr. Secretário Regional:

Eu não contava merecer da sua parte, duas vezes, um protesto nesta figura, durante o dia de hoje. Mas é evidente, Sra. Deputada, que, ontem, foi-me colocado aqui, à minha frente, um voto de protesto, que acabou por não ser lido, e eu confesso que esse voto de protesto influenciou o meu pensamento, hoje, porque era um voto de protesto que estava assente em dois equívocos enormes, um deles...

Presidente: Sr. Deputado José Ávila! Eu peço-lhe, já, há pouco, o interpelei. Aqui é uma questão de decisão da Mesa, peço-lhe que, efetivamente, não repita considerações do voto de protesto, porque a Mesa considera que, de facto, ele não foi apresentado nesta Casa. Peço-lhe que no seu contraprotesto possa proceder à sua argumentação sem fazer referência alguma ao voto de protesto.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Vou buscar o voto e vou lê-lo!

O Orador: Pois, a Sra. Deputada, quanto a mim, não tinha razão nenhuma para fazer o protesto, mas, pronto, a responsabilidade é dela, como é evidente,...

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Pois é!

O Orador: ... mas quero que fique aqui registado que, de facto, aquilo que me foi apresentado, ontem, influenciou o meu pensamento durante a discussão anterior, não queria deixar passar uma oportunidade para explicar à Sra. Deputada que aquilo que ela ia trazer aqui, de facto, era baseado em dois equívocos, que, tenho pena, quando se trata destes assuntos, as coisas sejam feitas desta maneira. Acho que deviam ser melhor ponderadas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem mais inscrições.

Julgo que não há mais inscrições.

Vamos então passar à votação desta proposta de decreto legislativo regional.

Vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de decreto legislativo regional apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS; 1 contra do PCP; 1 do PPM; 20 abstenções do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE.

Presidente: Vamos então entrar agora na fase de debate e votação na especialidade.

São 26 os artigos que constituem esta proposta de DRL. Pergunto se há oposição em colocá-los todos à votação.

Há oposição.

Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, para informar que o artigo 4.º, por parte do CDS, o artigo 5.º, o 9.º e o 10.º, se pudessem ser votados separadamente.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, tem muitos? Então, vamos fazer votação artigo a artigo; é mais fácil, para depois não nos complicarmos.

Está à votação o artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 4.º.

Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, se podia pôr à votação separadamente o ponto 1.

Presidente: Vamos então votar o número 1 do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O número 1 do artigo 4.º foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 1 do PCP; 1 voto contra do BE; 1 do PPM; 20 abstenções do PSD; 3 do CDS-PP.

Presidente: Estão agora à votação o número 2 e o número 3 do artigo 4.º.

Sr. Deputado Luís Garcia. Não.

Então, estão à votação os restantes números que compõem o artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os pontos do artigo anunciado foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigo 5.º.

Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Era para pedir se pudesse ser votado em dois blocos: 1 e 2 e depois os restantes noutro bloco, por parte do PSD.

Presidente: Não havendo oposição, serão assim colocados à votação, numa primeira fase, os n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Os n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º foram aprovados com 30 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE, 1 voto contra do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Estão então agora à votação os restantes números que compõem este artigo, nomeadamente o 3, o 4 e o 5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Os números anunciados do artigo 5.º foram aprovados com 30 votos a favor do PS; 1 voto contra do BE; 1 do PCP; 1 do PPM; 20 abstenções do PSD; 3 do CDS-PP.

Presidente: Passamos agora ao artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 voto contra do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 voto contra do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 voto contra do BE; 1 do PPM; 1 abstenção do PCP.

Presidente: Artigo 9.º.

Vamos repetir a votação, relativamente ao artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 voto contra do PCP; 1 do PPM; 1 abstenção do BE.

Presidente: Artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 20 contra do PSD; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM; 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 voto contra do PCP; 1 do PPM; 1 abstenção do BE.

Presidente: Artigo 11.º.

As Sras. e os Srs....

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O décimo?

Presidente: O décimo acabámos de votar.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Peço desculpa!

Presidente: Tem que se repetir a votação?

Vamos repetir a votação do artigo 10.º.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Votar em separado a alínea d)!

Presidente: A alínea d) separadamente?

Então, vamos votar, neste momento, as alíneas a), b) e c) do artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Estamos a votar as alíneas a), b) e c) do artigo 10.º.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: As alíneas do artigo anunciado foram aprovadas com 30 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 voto contra do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a alínea d) do artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A alínea d) do artigo 10.º foi aprovada com 30 votos a favor do PS; 3 contra do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM, 20 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos então votar o artigo 11.º.

(Aparte inaudível)

Presidente: Como votámos todos os seus componentes, é escusado voltarmos a votar.

Vamos então votar o artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos então agora à votação do artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 voto contra do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Artigo 14.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 15.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 16.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 voto contra do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Artigo 17.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 18.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 voto contra do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Artigo 19.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 20.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do PCP; 1 voto contra do BE; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 21.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do PCP; 1 voto contra do BE; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 22.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 23.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 24.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 25.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor de PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do PCP; 1 abstenção do BE; 1 do PPM.

Presidente: Artigo 26.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do PCP; 1 voto contra do PPM; 1 abstenção do BE.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Votação final global. A proposta de DLR apresentada foi aprovada com 31 votos a favor do PS; 1 voto contra do PCP; 1 do PPM; 20 abstenções do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE.

Presidente: Sr. Deputado Luís Garcia, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD optou pela abstenção nesta legislação, pois tem matérias com as quais, algumas delas concorda. Porém, tem outras que, apesar do PSD concordar com os seus princípios, desconhece a forma como serão implementadas. Essa forma (como serão implementadas essas medidas) não consta desta legislação nem o Governo foi capaz de explicar devidamente essa forma de implementação, nem aos deputados nem ao setor.

Por considerarmos que esta matéria é uma matéria sensível, propusemos que este diploma baixasse novamente à Comissão, para ouvir o setor e perceber as razões pelas quais ele discorda de algumas das medidas. Infelizmente, o Partido Socialista não quis ouvir o setor.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este diploma que nos foi trazido, hoje, aqui, para analisar e votar não pode ter, por parte do CDS, outra posição se não a abstenção, a abstenção pela simples razão de que não sabemos o que é que estamos efetivamente a aprovar.

Depois do Sr. Secretário ter afirmado, nesta Casa, hoje, que, afinal, a venda não ia ser feita a restaurantes, porque o setor não queria, acabámos de aprovar, neste diploma, e leia-se, no artigo 6.º: “Os produtores, organizações de produtores, grossistas, retalhistas, indústria hoteleira e restauração, bem como associações representativas de produtores dos comerciantes têm acesso à primeira venda, desde que devidamente registados”.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Fausto Brito e Abreu*):

Na lota!

A Oradora: Portanto, Srs. Deputados, o CDS não pode fazer outra coisa se não abster-se.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Ávila, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado José Ávila** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Sr. Secretário Regional:

Ao votarmos favoravelmente esta proposta de DLR estarmos a dar um sinal de que é preciso agir perante a redução de rendimentos dos pescadores, nos últimos tempos.

Este regime, agora aprovado, vai contribuir para o aumento do rendimento dos profissionais da pesca, com a venda direta,...

Deputado Artur Lima (*CSD-PP*): Sim, sim!

O Orador: ... disciplinar a chamada caldeirada...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Disciplinar?!

Deputado Artur Lima (*CSD-PP*): Caldeirada é o que se passa aqui!

O Orador: ... e dar um passo em frente na marcação do pescado, que, por sua vez, irá contribuir para reduzir a fuga à lota.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Os momentos de dificuldade por que passam alguns pescadores são preocupação do Governo Regional e do partido que o sustenta, mas podem também ser momentos de oportunidade.

Esta é mais uma peça legislativa que comporá uma série de medidas que vão ao encontro da necessidade que temos de...

Oh, Sr. Deputado, o senhor quando fala eu costumo estar atentamente a ouvi-lo,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi um aparte!

O Orador: ... agradecia que fizesse a mesma coisa comigo. Muito obrigado.

O Orador: ... que com o mesmo esforço de pesca possamos conseguir melhores rendimentos.

O caminho faz-se caminhando.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Devagarinho!

Deputado Luís Garcia (PSD): Agora é que vai ser!

O Orador: Estas medidas e as anunciadas pelo Governo,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sabe de quem é essa frase?

O Orador: ... aquando da receção dos contributos de um grupo de trabalho criado para este efeito, podem não resolver todos os problemas, mas, certamente, que vão contribuir para melhorar a vida dos profissionais do mar, que merecem ter as melhores condições para desempenharem uma tarefa dura, mas que se quer tão compensadora como digna.

Estamos aqui, efetivamente, para melhorar o rendimento dos pescadores...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... e também aqui fica registado que, apesar de tudo, não apareceu nenhuma proposta de alteração.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford e Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos encerrar os nossos trabalhos.

Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 05 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos. Vamos então continuar com os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 16 minutos.

Entramos agora nos pontos 8 e 9 da nossa Agenda. O ponto 8 é a **Anteproposta de Lei n.º 18/X – “Atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores”**, apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS/PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM; e o ponto 9 é a **Anteproposta de Lei n.º 20/X – “Atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças e serviços de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Considerando que as iniciativas são de idêntico teor, a Conferência de Líderes deliberou que o debate seria feito em conjunto e, como tal, acresce dez minutos a cada bancada aos tempos que habitualmente utilizamos.

Informar ainda que a Anteproposta de Lei, como é subscrita por mais do que um partido, também cada um deles dispõe de mais cinco minutos.

As apresentações são feitas em separado, pergunto, por parte... É a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Sendo assim, tem a palavra para apresentar a iniciativa.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É publicamente conhecida a falta de elementos das forças de segurança na Região Autónoma dos Açores, na senda daquela que é a dificuldade acrescida em estabelecer serviços públicos de proximidade nas regiões ultraperiféricas,

tão mais difícil quanto a descontinuidade do território da Região, fator propiciador de diversos níveis de ultraperiferia numa região já de si ultraperiférica.

Os serviços prestados pelas forças de segurança são uma garantia constitucional da exclusiva competência da República e um direito de todos os cidadãos portugueses, inclusive, e obviamente, dos cidadãos com residência na Região Autónoma dos Açores.

Os custos subjacentes à condição insular são unanimemente reconhecidos e justificam medidas compensadoras para quem garante serviços públicos, da competência do Estado, nas Regiões Autónomas, bem como, no caso da Região Autónoma dos Açores, de um complemento regional ao salário mínimo que abrange o setor privado e a Administração Pública Autónoma.

Sem o reconhecimento destes custos acrescidos associados à condição de insularidade, não haveria lugar à respetiva compensação, por via do subsídio de insularidade, e colocar-se-ia em causa uma verdadeira abrangência nacional de todos os serviços públicos, com consequências perversas relativamente à condição de igualdade de todos os cidadãos e cidadãs perante os seus direitos e deveres.

Todos os cidadãos e cidadãs com residência na Região Autónoma dos Açores gozam de medidas compensatórias que atenuam os sobrecustos da insularidade. Assim, além da universalidade do complemento regional ao salário mínimo, a Região usufruiu de um sistema fiscal condizente com a sua realidade económica e do subsídio de insularidade para todos os funcionários públicos que garantem serviços públicos que são da competência do Estado, numa interligação e complementaridade entre competências autonómicas e constitucionais.

É pois incompreensível que nem todas as forças de segurança na Região usufruam de subsídio de insularidade, assistindo-se a uma desigualdade de tratamento que deve ser corrigida. Se por um lado, elementos dos Serviços de Estrangeiro e Fronteiras e da Polícia Judiciária têm, e bem, acesso ao subsídio

de insularidade, por outro lado, é inaceitável que os elementos da Polícia de Segurança Pública, militares da Guarda Nacional Republicana e elementos da Polícia Marítima continuem sem direito a aceder a tal subsídio.

A desigualdade de tratamento entre elementos das forças de segurança na Região Autónoma dos Açores é ainda mais inexplicável e insustentada, se tivermos também em consideração que de entre elementos da Polícia de Segurança Pública, só se garantiu o acesso ao subsídio de insularidade àqueles que estão colocados na ilha de Santa Maria e que só os elementos da Polícia Judiciária, em regime de comissão de serviço, têm direito a tal subsídio. Portanto, sem o reconhecimento da condição de insularidade a todos os elementos das forças de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores, independentemente da ilha onde se encontrem colocados ou o caráter dessa colocação, favorece-se um sistema discricionário.

Face ao sentimento de insegurança - decorrente de um aumento da criminalidade, muito por culpa das políticas de austeridade que trouxeram o aumento do desemprego e da precariedade laboral, assim como o desinvestimento na educação e em medidas que possibilitassem o aumento do investimento público, capaz de impulsionar o investimento privado e o consumo, com a conseqüente criação de postos de trabalho e aumento de salários - urge incentivar a fixação de elementos das forças de segurança na Região para persuadir a prática criminosa e, quando for necessário, na ação direta contra o crime, para garantir a segurança pública.

É crucial que se reconheça o esforço feito pelos elementos das forças de segurança, a sua dedicação e espírito de entrega à causa pública, incluindo riscos para a sua própria segurança, ao ponto de prestarem serviços para os quais não são pagos, ou pagos tardiamente (como a prestação de horas extraordinárias), sem que lhes sejam pagos subsídios de turnos, apesar de trabalharem por turnos, de serem agredidos e desprovidos de infraestruturas e recursos para a prossecução da sua missão.

A urgência da atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores ficou bem patente aquando do anúncio do reforço de colocação de 24 agentes na Região, para serem distribuídos pelas 35 esquadras. Esse reforço, para além de insuficiente, tarda em fazer-se cumprir, pois só cerca de metade dos agentes aceitaram a colocação na Região, independentemente da ilha ou do concelho, pois se é difícil atrair e fixar elementos das forças de segurança em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, ainda mais difícil é fixar operacionais na periferia da ultraperiferia.

Assim, o acesso ao subsídio de insularidade não garante, só por si, a fixação de elementos das forças de segurança na Região, mas não deixa de ser um contributo importante, e um primeiro passo num processo de melhoramento das condições oferecidas às forças de segurança na Região Autónoma dos Açores.

Por todas estas razões, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, o Grupo Parlamentar do PSD e do CDS, a Representação Parlamentar do PCP e do PPM apresentam a esta Casa, em conjunto, uma anteproposta de lei que visa garantir a atribuição do referido subsídio de insularidade aos elementos da Polícia de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana e da Polícia Marítima que prestam serviço na RAA, bem como para os elementos da Polícia Judiciária que não auferem de qualquer complemento remuneratório deste tipo.

Ressalva esta anteproposta de lei também que os elementos das forças de segurança do Estado que prestam serviço na RAA e que já recebem um acréscimo remuneratório relativo a insularidade podem optar pelo regime que lhes for mais favorável, mediante um requerimento dirigido ao competente superior hierárquico.

O montante deste subsídio será fixado em 150 euros mensais e será majorado em 20% para todos os elementos que prestem serviço na RAA, com a exceção dos elementos que prestem serviço na ilha de São Miguel e na ilha Terceira.

O montante a que me referi será atualizado no mesmo momento e percentagem que se verificar a atualização salarial anual fixada pelo Estado português e o pagamento deste subsídio de insularidade será acompanhado ou acoplará à remuneração mensal durante 12 meses no ano.

Finalmente, têm direito a este subsídio de insularidade, mais uma vez e repito, todos os elementos das forças de segurança que prestam serviço na RAA, designadamente elementos das Polícias de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Polícia Marítima e Polícia Judiciária.

Finalmente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, sobretudo, clarificar junto dos açorianos e das açorianas que os montantes relativos à atribuição deste subsídio sairão do Orçamento de Estado e não do Orçamento da Região, porque estes elementos são funcionários da Administração Central e não funcionários da Administração Regional.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Agora, para a iniciativa Anteproposta de Lei n.º 20/X, apresentada pelo PS, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Por uma questão de economia de tempo, não farei a leitura da nossa proposta, apenas algumas referências a ela e assim como à anteproposta subscrita pelos restantes partidos presentes nesta sala.

Começava por realçar o espírito de diálogo que existiu entre todas as forças na tentativa de se alcançar um entendimento e apresentarmos uma anteproposta única para a atribuição de um subsídio de insularidade a todos os elementos das forças de segurança em serviço na RAA.

Apesar de não ser possível o consenso desejado, mas porque todos reconhecemos os custos inerentes a vivermos numa região ultraperiférica, estamos perante duas antepropostas que são substancialmente diferentes.

Analisando os pressupostos da anteproposta subscrita pelo PSD, CDS-PP e pelas Representações Parlamentares do PPM, Bloco de Esquerda e PCP, refiro que são exatamente as mesmas da proposta inicialmente apresentada pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda. Encontrámos nelas alguns aspetos com os quais não estamos de acordo e pontos que nenhum subsídio de insularidade resolverá. Refiro-me, por exemplo, à reivindicação do chamado subsídio de turno para os agentes da PSP; este só será solucionado mediante a revisão do seu estatuto.

Também não se percebe a referência a medidas compensatórias que gozam todos os residentes na região, e aqui deixo uma pergunta: Então, os elementos das forças de segurança não beneficiam das mesmas regalias? Parece-me que sim, uma vez que para tal basta adquirir o estatuto de residente.

Ainda no âmbito do preâmbulo, referem que o aumento da insegurança resultante do aumento da criminalidade, que, segundo os proponentes, resulta de políticas de austeridade que aumentaram o desemprego, a precariedade, bem como a redução do desenvolvimento na educação e em investimentos públicos, não posso deixar de saudar o PSD e o CDS-PP por terem agora reconhecido aquilo que nós, durante esta legislatura, afirmámos e que eles fingiram e ignoraram.

Relativamente ao objeto, abrangência e valores das duas antepropostas, constata-se que são bastante diferentes. Enquanto a anteproposta dos restantes partidos propõe a atribuição de um subsídio aos elementos da PSP, GNR, Polícia Marítima e Polícia Judiciária, que não auferem qualquer complemento, a anteproposta do PS é manifestamente mais abrangente e justa, uma vez que, para além daquelas forças, propõe que o subsídio seja extensivo a todas as forças e serviços de segurança em serviço na região, como é o caso do corpo de Guardas Prisionais e o pessoal civil de que delas fazem parte.

Relativamente aos montantes, também existem diferenças significativas. Enquanto a anteproposta dos partidos da oposição apresenta valores mais

elevados e, conseqüentemente, mais do agrado dos diversos sindicatos representativos dos trabalhadores, a nossa propõe os mesmos valores do complemento regional de que têm beneficiado os trabalhadores da Administração Pública Regional e Local.

Não posso deixar de referir, desde já, que, para além da maior abrangência da nossa anteproposta, existe ainda um fator de enorme importância que é não aumentarmos as desigualdades entre trabalhadores da Administração Pública, fator muito importante para a manutenção da paz social em que vivemos e para este objetivo, claramente, só a nossa anteproposta contribuiu.

Pelo exposto e conforme já transmitimos nas reuniões da Comissão de Política Geral, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não poderá dar o voto favorável à proposta subscrita pelos restantes partidos e votará favoravelmente aquela que apresentámos.

Disse.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor também subscreveu!

Deputada Graça Silva (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por dizer que esta anteproposta de lei, que hoje é subscrita também pelo PSD, é, em primeiro lugar e desde logo, o assumir de um compromisso, o formalizar de um compromisso assumido, em 2009, já materializado, em 2010, e reapresentado agora por iniciativa do Bloco de Esquerda, a mesma iniciativa que o PSD apresentou, em 2010.

Ora, não é pelo facto de ter sido o Bloco de Esquerda a reapresentar a iniciativa que o PSD passa a pensar de forma diferente. O PSD continua a ter a mesma coerência que tinha, em 2010, o PSD continua a reconhecer que os agentes das forças de segurança têm direito ao subsídio de insularidade,...

Deputado Berto Messias (PS): E entre 2011 e 2015? Era interessante que o senhor nos explicasse o que se passou entre 2011 e 2015!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Berto Messias (PS): É uma pergunta em aparte: o que é que se passou entre 2012 e 2015?

O Orador: Pergunte ao Sr. Eng.º José Sócrates, que ele, melhor do que ninguém, lhe explica.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): É melhor mudar de disco!

O Orador: É difícil e ainda hoje custa muito a ouvir!

E vou dizer-lhe mais uma coisa, Sra. Secretária.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E vai custar muito mais ainda!

O Orador: Eu voltei a votar em Passos Coelho e voltaria a votar em Passos Coelho!

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Eu não sei se os senhores voltariam a votar em Sócrates! Talvez, talvez!

O Orador: Voltariam! Muito bem!

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Mas há várias razões substanciais que nos levam também a subscrever esta proposta, desde logo,...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Esta questão é completamente paralela àquilo que nos traz aqui, esta tarde.

Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado José Ávila (PS): Oh, Jorge, tens orgulho no Passos Coelho?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito orgulho!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vocês têm orgulho no Sócrates?

Deputado Luís Garcia (PSD): Endireitou o país que vocês levaram à bancarrota!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já não podes dizer o mesmo de Sócrates!

Deputado Luís Garcia (PSD): Credibilizou o país!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já não podes dizer o mesmo de Sócrates!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): É, Jorge, eu vou arranjar um capacete para ti!

Deputada Graça Silva (PS): Nem dizemos o mesmo do Passos Coelho!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E o mesmo não se pode dizer do PP!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu não sou do PP! Eu sou do CDS! Não é nada de novo!

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Quando entenderem que o Sr. Deputado Bruno Belo pode continuar a sua intervenção... Muito obrigada.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Deputado Berto Messias.

Deputada Graça Silva (PS): Agradeça!

O Orador: Já lhe disse, Sr. Deputado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O n.º 33 de Évora!

Presidente: Sr. Deputado Bruno Belo, faça o favor de continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Mas existem várias razões substanciais que nos levam a continuar a subscrever essa proposta e a defender aquilo que defendíamos já em 2010.

Deputada Graça Silva (PS): E então por que é que não fizeram essa proposta?

O Orador: Desde logo, a preocupação com a segurança de bens e pessoas. Por outro lado, também o facto de um dos indicadores mais importantes que avaliam uma sociedade desenvolvida ser os níveis de segurança e obviamente que os Açores, hoje, têm uma responsabilidade acrescida no que diz respeito ao turismo e é evidente que um dos ativos muito valorizados no turismo é, sem dúvida nenhuma, a segurança.

Por outro lado, a estabilidade dos corpos das forças de segurança, nos Açores, e essa estabilidade consegue-se dando condições a que os agentes de segurança estejam...

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é o subsídio de insularidade! Já lhe expliquei várias vezes!

O Orador: ... nas nossas esquadras, nos nossos postos das forças de segurança, na região. Estima-se, por exemplo, e a título de exemplo, que a PSP deveria ter 1300 agentes, na região; neste momento, tem 895.

Deputado Francisco César (PS): Só agora é que o senhor se lembra disso?

O Orador: Não.

Neste momento, temos 895. Por outro lado, uma questão de justiça. Já temos agentes das forças de segurança, nos Açores, que já recebem um subsídio de

insularidade. Uma parte dos agentes que estão nos Açores, nomeadamente os que estão em Santa Maria, já recebem o subsídio de insularidade. Ora, é totalmente injusto que as restantes ilhas dos Açores, os agentes que prestam serviço nas restantes ilhas dos Açores não sejam tratados da mesma forma.

Por outro lado, eu ouvi o Sr. Deputado Manuel Pereira, há bocadinho, fazer referência a que a proposta do Partido Socialista era mais abrangente.

Deputada Graça Silva (PS): E ouviu muito bem!

O Orador: Pois, mas realmente é muito mau, porque eu não percebo como é que se consegue classificar uma proposta de mais abrangente quando exclui 70% dos agentes da PSP, por exemplo.

Eu vou só ler-lhe aqui um parágrafo do parecer que nos foi enviado por um dos sindicatos: “A remuneração base de um agente da PSP, no primeiro índice remuneratório, é de 978, 49 euros, pelo que consideramos que a proposta do PS, estes agentes iriam receber 55% do subsídio, ou seja, 31,81 euros mensais, sendo que nos Açores...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é que é o subsídio de insularidade!

O Orador: ... o número de agentes nesta situação representa cerca de 15%, o efetivo total dos Açores, no valor aproximado. Por outro lado, e devido ao envelhecimento dos elementos que compõem as forças de segurança nos Açores, nomeadamente os da PSP, o vencimento médio destes profissionais é de 1472,82 euros, o que significa que ficariam fora do âmbito da proposta de lei, ou seja, iriam receber zero euros, com a agravante de que a percentagem dos profissionais nesta condição ronda os 70%”. Ora, isto é que é uma proposta mais abrangente, quando exclui 70% dos elementos da PSP, na região?

Deputado José San-Bento (PS): Não exclui 70%!

O Orador: Pronto!

Por outro lado, há aqui uma questão de coerência. Em 2010, e Sr. Deputado Berto Messias,...

Deputado Berto Messias (PS): Diga, diga!

O Orador: ... perguntava o que é que mudou de 2010 para cá.

Deputado Berto Messias (PS): 2011! Governo da República PSD e CDS!

O Orador: Em 2010, o Partido Socialista aprovou a anteproposta de lei que foi apresentada nesta Casa e tinha um elemento que é substancialmente diferente, é que o valor que, na altura, estava em causa era o valor percentual diretamente aplicado aos vencimentos dos agentes das forças de segurança. Ora, nesta altura, os senhores aprovaram este montante, mas ainda lhe quero dizer mais.

Deputado José San-Bento (PS): E foi em 2010! Vamos falar deste ano!

O Orador: Nesta altura, quando os senhores aprovaram um montante diretamente proporcional ao vencimento estava bem e o Partido Socialista aprovou; hoje, o Partido Socialista tem uma proposta que aplica uma percentagem inversamente proporcional ao vencimento.

Eu gostaria de perguntar ao Partido Socialista quantas pessoas, quantos agentes os senhores pensam trazer para a região ou aumentar o efetivo na região com um apoio de 14,46 euros.

Deputado José San-Bento (PS): Mas o objetivo não é esse! O que o senhor quer é um subsídio à fixação!

O Orador: É esta a finalidade de um objetivo de insularidade. O objetivo do subsídio de insularidade é também a fixação de agentes na região. Foi a nós, na Comissão, referido textualmente, por um dos sindicatos, que o aumento dos 24 agentes que recentemente chegaram à região vieram porque tiveram os 60 dias de ajudas de custo, abonados dos 60 dias de ajudas de custo. Portanto, é claramente um incentivo à fixação de agentes na região, Sr. Deputado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado José San-Bento (PS): Então não lhe chame subsídio de insularidade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento, a Mesa não tem mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que me lava a pedir o uso da palavra nesta fase do debate tem a ver com a intervenção do Sr. Deputado Bruno Belo, em que comete algumas imprecisões...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... e algumas incoerências, que eu vou tentar explicar.

Deputado Luís Garcia (PSD): Incoerências!? No vosso caso não é incoerência, é cambalhota!

O Orador: Sim, sim, incoerências.

Oh, Sr. Deputado, eu espero que a gente possa ter, nesta Casa, um debate sem grandes exaltações, sobre uma matéria que é realmente importante e que mereceu abordagens diferentes, perfeitamente legítimas, de dois setores distintos. O Partido Socialista tem a sua proposta e a oposição, em conjunto, tem outra proposta. Isso é natural, isso até é saudável, o que interessa é nós explicarmos e definirmos bem o que é que está em causa.

Portanto, estas propostas, tendo a mesma designação e sendo discutidas, e muito bem, como decidiu a Sra. Presidente, em conjunto, são, de facto, distintas e o que o PS propõe, e o meu colega Manuel Pereira já teve oportunidade de explicar isso, creio que de uma forma muito clara, é realmente um subsídio de insularidade, ou seja, uma prestação pecuniária para fazer face aos sobrecustos de viver nas ilhas dos Açores. Não temos a pretensão de termos a melhor proposta do mundo, uma proposta absolutamente perfeita, achamos que é uma proposta boa, como é óbvio, meritória e que, a ser aprovada, institui um princípio muito importante para as forças de segurança colocadas na região, e

daí o nosso empenho e o nosso trabalho, ao longo de vários meses, na preparação e no debate destes temas.

Aquilo que a oposição faz é, e isso ficou muito claro na intervenção do Sr. Deputado Bruno Belo, que tem todo o direito de a fazer, eu percebi a lógica da sua intervenção, só que assinalei a incoerência nos termos que eu vou passar a referir.

O senhor o que está, no fundo, a defender, e a proposta é conjunta, eu não quero tirar os méritos ao Bloco de Esquerda, que foi a primeira força a apresentar uma proposta, o senhor o que quer é um subsídio de fixação para os agentes, um acréscimo salarial e outros incentivos. Desculpe, mas é isso. Se o senhor reparar na intervenção que acabou de fazer, foi isso que, no fundo, o senhor defende, só que lhe chama subsídio de insularidade. Em nosso entender, esta perspetiva não é correta, Sr. Deputado, não é correta. O PS defende um subsídio de insularidade que é efetivamente um subsídio de insularidade. E mais, é um subsídio atribuído nos exatos termos daquilo que já vigora para a Administração Pública Regional e também para a Administração Local, nos Açores. Portanto, uma tabela com uns escalões, um subsídio que é regressivo, ou seja, quem mais recebe de vencimento menos tem de apoio de subsídio de insularidade, parece-nos ser a forma de nós não promovermos uma discriminação entre aquilo que a Administração Regional faz para os seus funcionários e aquilo que nós propomos que a Administração Central faça para os seus funcionários também nos Açores.

Portanto, por isso é que nós achamos que é uma proposta que não promove discriminações, é uma proposta justa, é uma proposta transparente e é uma proposta com equidade e isso é da maior importância, porque, como já referi, nós estamos a tratar de forma distinta situações que são diferentes, e isso, para nós, é que é equidade.

Aquilo que os partidos da oposição aqui propõem é uma medida de igualdade absoluta, uma medida que, desculpem que vos diga, é inspirada na extrema-esquerda.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado, vem falar de extrema-esquerda para aqui? Fale da geringonça!

O Orador: É 150 para todos, seja para quem ganha...

Oh, Sr. Deputado, acompanhe o meu raciocínio, que vai concordar. Não tem nada a ver com geringonça. Sr. Deputado, não tente desvirtuar as minhas palavras. Preste atenção e vai ver que concorda com o raciocínio.

Portanto, a proposta da oposição é uma proposta que não tem equidade e por isso mesmo está ferida de injustiça, porque é uma proposta que se inspira, e eu não acho que isso seja ofensivo para ninguém, numa lógica da extrema-esquerda: igualdade absoluta, 150 euros para todos, para os agentes que ganham 1000, que ganham 2000, que ganham 3000, que ganham 4000, é 150 para todos.

(Aparte inaudível da Deputada Zúrida Soares)

O Orador: Oh, Sra. Deputada, deixe-me terminar!

Nós não concordamos com essa abordagem, os senhores são perfeitamente legítimos. Aliás, Sra. Deputada, isto vindo do Bloco de Esquerda e vindo do PCP, sinceramente, não admira ninguém nesta bancada. Agora, ser acompanhado pelo CDS-PP e pelo PSD, é uma questão que nos parece, no mínimo, estranha e incoerente e que, de facto, surpreendeu-nos, mas foi o caminho que os senhores seguiram.

Portanto, estas são as grandes diferenças, e termino. Acho que ficou muito clara a posição do PS e a proposta do PS, com uma conclusão óbvia. O PS quer atribuir um subsídio de insularidade às forças de segurança colocadas na região que obedeça a critérios de justiça, proporcionalidade e equidade; a oposição

quer um subsídio de igualdade absoluta para todos, sem ponderar, sem discriminar e isso não nos parece a forma justa de tratar esse problema e não nos parece, aliás, a forma correta desta matéria ter vencimento na Assembleia da República, como sabem,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e isso a Sra. Deputada Zuraida Soares explicou muito bem, esta proposta, sendo aprovada aqui, é remetida para a Assembleia da República e só então, se for aprovada lá, é que entrará em vigor.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): Em 2010 também foi assim!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 16 horas.

Eram 15 horas e 47 minutos.

Presidente: Vamos então dar continuidade ao debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Manuel Pereira.

Eram 16 horas e 08 minutos.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados:

Para rebater algumas das afirmações que o Sr. Deputado Bruno Belo aqui fez, naturalmente, por falta de informação, e corrijam-me também se a minha estiver errada, o que acontece é que em Santa Maria o que recebem não é um subsídio

de insularidade, mas, sim, é atribuído um subsídio de residência, através de um decreto-lei de 1951.

Deputado José San-Bento (PS): Ele sabe! Estava era a fazer-se distraído!

O Orador: Portanto, é esse, é, de facto...

Depois, relativamente também à questão dos valores da nossa proposta praticamente não abrangerem ninguém, eu posso e poderei fazer chegar uma cópia do balanço social da PSP, de 2014, em que refere, por exemplo, salários até 1000 euros, há uma percentagem a nível nacional de 23,37%. Portanto, as suas contas e as contas do sindicato que referiu, naturalmente, de boa-fé, mas não correspondem à realidade, de acordo com o balanço social que foi publicado.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, quando se fala em segurança e falta de efetivos, com os dados que constam do processo e foram fornecidos, quer pelo Comando da GNR, quer pelo Comando da PSP, o Sr. Deputado, se calhar, terá feito as mesmas contas do que eu e, por exemplo, relativamente à ilha das Flores, entre elementos da PSP e GNR, temos para cada 97 habitantes, tendo por base os censos de 2011, um agente da autoridade. Parece-me que é até talvez excessivo. Em contrapartida, posso dizer que há outras ilhas em que efetivamente esses números sobem, mas também não para números muito alarmantes. O caso mais flagrante, que apenas tem um soldado da GNR, será o Corvo, para 430 habitantes, mas é São Miguel, com um elemento para cada 265 habitantes.

Portanto, no que toca a falta de efetivos, é certo que o Comando reconhece que existe falta, como existe falta em muitas outras áreas e, naturalmente, seria o ideal, deveria ter mais e, se calhar, atingirmos os rácios que estão para a ilha das Flores.

Portanto, penso que estar a argumentar que a anteproposta do Partido Socialista de aplicar exatamente a mesma tabela que é aplicada aos funcionários da Administração Local e da Administração Regional não se aplica a quase

ninguém parece-me falsa e é, efetivamente, uma proposta, a nossa anteproposta, muito mais justa, porque não cria, como aqui já foi dito, desigualdades entre trabalhadores da Administração, seja ela central, local ou regional.

Portanto, é esse o princípio que nós seguimos, o princípio da justiça, porque ninguém compreenderia por que é que um comandante da GNR ou da PSP auferiria 150 euros/mês quando um trabalhador da Administração Pública recebe, no máximo, os 57 euros/mês. Portanto, a proposta que o PSD subscreve criaria desigualdades e é isso que nós não queremos fazer e não queremos criar.

Disse.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Piões.

(*) **Deputado Aníbal Piões (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Começar esta intervenção apenas para fazer aqui um esclarecimento relativamente a uma interpretação que considero não ser muito rigorosa, até porque labora num erro e que foi proferida pelo Deputado José San-Bento e que tem a ver com o facto de considerar que o PCP (o Bloco de Esquerda responderá por si) considera que o melhor é ser igual para todos.

Deputado José San-Bento (PS): É o que está na proposta!

O Orador: É o que está na proposta, mas V. Ex.^a diz uma outra coisa e generalizou. Portanto, de facto, não é assim, o PCP não quer igual para todos.

Deputado José San-Bento (PS): Quer, quer!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma interpretação excessiva!

O Orador: Eu vou explicar-lhe! Eu vou explicar-lhe dando-lhe um exemplo, portanto, V. Ex.^a labora efetivamente num erro e que tem a ver com o seguinte.

O que nós consideramos que deve ser igual para todos é, por exemplo, o acesso à saúde, que deve ser igual para todos, e porquê? Por que é que não deve haver

uma dupla tributação, por exemplo, nas taxas moderadoras? Porquê? Porque a diferenciação se fez exatamente em sede de tributação fiscal. Portanto, é bom que V. Ex.^a não generalize a sua apreciação sobre a questão do igualitarismo proposto pelo PCP.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, estamos a falar de uma proposta que o PCP subscreve!

O Orador: Portanto, V. Ex.^a está a laborar num erro e corrigido que está o erro, vamos então a algumas considerações sobre as duas propostas aqui em análise, sendo que uma delas é subscrita pelo PCP.

Há uma questão que me parece que todos concordamos que é a necessidade de garantir aos trabalhadores do Estado, e sendo essa uma responsabilidade do Estado, e esta iniciativa, quer uma, quer outra, remete exatamente para o Estado...

Deputado José San-Bento (PS): Tem a sua assinatura aqui!

O Orador: ... os encargos com a atribuição do chamado subsídio de insularidade, que, hoje, de uma forma ou outra, será criado para as forças de segurança na RAA, importa, logo, dizer que se trata de uma questão de justiça. Aliás, outros serviços do Estado, e durante muito tempo, estes complementos salariais ou outros tipos de apoios foram concedidos pelo Estado aos seus funcionários na RAA, porque o Estado considerava exatamente, e considera, que viver na RAA tem custos acrescidos. Há, portanto, associado ao viver na RAA aquilo que se chama e que vulgarmente é dito como custos de insularidade, que, infelizmente, tem sido um conceito um pouco abandonado no discurso político, mas que importa recuperar, porque, efetivamente, existem custos de insularidade. Viver na RAA não é exatamente a mesma coisa que viver no território continental. E isso foi reconhecido pelo Estado quando encontrou soluções de apoio aos funcionários, desde o Ministério da Justiça ao Ministério da Defesa, ao Ministério da Administração Interna, etc., e, portanto,

não podemos é deixar que alguns trabalhadores do Estado, na RAA, não beneficiem de apoios, pelo facto de haver custos de insularidade efetivos.

Aliás, isso serviu também de base para que, na RAA, a partir do fim da década de 90, se tivesse criado, para os trabalhadores da Administração Pública Local, um conjunto de complementos remuneratórios e também apoios por via da tributação fiscal, deduzindo o valor da tributação fiscal para todos os açorianos.

Há aqui uma questão que, entretanto, vem, emerge aqui nesta discussão e que tem a ver com o seguinte. O PCP até nem se importaria de subscrever a proposta que foi apresentada pelo PS. A questão é a seguinte e quando nós analisamos a proposta do Partido Socialista há uma questão que fica logo evidenciada que é o valor exíguo,...

Deputado José San-Bento (PS): Exíguo?!

O Orador: ... miserável,...

Deputado José San-Bento (PS): Miserável?!

O Orador: ... da base da remuneração complementar, porque, como nós todos já percebemos, a proposta do Partido Socialista encosta à atribuição deste subsídio de insularidade ao...

Deputado André Bradford (PS): Indexa!

O Orador: Eu vou aproveitar os apartes sempre muito oportunos do Deputado André Bradford para retirar “encosta” e indexar.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Indexa à renumeração completar na Administração Pública Regional a atribuição do subsídio de insularidade.

Mas como muito bem demonstrou o Deputado Bruno Belo, há pouco, na sua intervenção,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor parece que está a fazer uma acostagem!

O Orador: ... aquilo que será efetivamente o pagamento de um subsídio de insularidade a um agente, por exemplo, da PSP, no início de carreira, é uma coisa que dá para aí 1 euro por dia.

Deputado José San-Bento (PS): É por aí!

Deputado Bruno Belo (PSD): Não é “é por aí”, é mesmo!

O Orador: Portanto, não me parece que enquanto o valor da renumeração complementar não atingir um valor aceitável, não contem com o PCP para a subscrição de uma iniciativa deste tipo. Porque se, de facto, a renumeração complementar tivesse um valor, fizesse alguma diferença em termos do apoio aos custos de insularidade, aí estaríamos perfeitamente de acordo, agora, assim não. E daí o facto de o PCP ter subscrito esta proposta que tem este mérito de atribuir um valor que, sendo igual para todos, mas, de qualquer forma, é um valor substantivo e que pode, efetivamente, contribuir não só para a vinda de elementos de segurança, mas, sobretudo (e não quero chamar a isto um subsídio de fixação), para fixar agentes das diferentes forças de segurança na RAA, independentemente de outras figuras que o Estado possa encontrar para a fixação de agentes de segurança e de outros funcionários do Estado na RAA. Agora, não me parece é que 1 euro por dia sirva de alguma coisa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor fez 30 cêntimos para as pensões, o seu partido!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Sendo assim, passo a palavra ao Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero dizer que relativamente ao consenso que foi procurado e o diálogo que foi estabelecido, nós podemos falar nisso quando os senhores quiserem. Não fomos nós que abandonamos a mesa das negociações.

Em primeiro lugar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Segunda questão. Sr. Deputado San-Bento, eu vou explicar-lhe o que é que o PSD quer.

Deputado José San-Bento (PS): Sem ser confuso!

O Orador: O PSD subscreveu uma proposta com um subsídio de insularidade que pretende que seja um subsídio digno, que atenua a insularidade e que seja justo e equitativo. Simplesmente isso.

Deputado José San-Bento (PS): Não é equitativo, Sr. Deputado. Não diga isso! O senhor não conhece o significado das palavras!

O Orador: Por outro lado, Sr. Deputado San-Bento, o Partido Socialista quer atribuir um subsídio que eu não quero exagerar na palavra, mas é uma esmola, é uma esmola de 1 euro por dia a quem começa a sua carreira nas forças de segurança e é uma esmola de 50 cêntimos por dia no último escalão. Portanto, realmente, eu acho que é ridículo propor isso a alguém que vem para os Açores prestar serviço. Em primeiro lugar.

Mais do que isso, Sr. Deputado San-Bento, aquilo que os senhores aprovaram, que inicialmente tinham aprovado, em 2010, se fosse hoje,...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor é que falou do passado. Eu tentei resistir!

O Orador: ... (eu só lhe quero dizer isso para lhe explicar a sua equitatividade e a sua justiça) um agente, no início de carreira, receberia 78,90 euros, o que o senhor, hoje, quer dar são 31,80 euros. Ok? Se fossem chefes, eram 130 euros, se fosse um oficial, eram 151 euros. Portanto, àqueles que o senhor, hoje, quer dar 14,46 euros, percebe? É por isso é que a vossa proposta é incoerente, injusta...

Deputado José San-Bento (PS): Não é, não!

O Orador: ... e ridícula.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Francisco César (PS): Também não é preciso insultar!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Espínola, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP também é subscritor desta iniciativa conjunta dos partidos da oposição que visa repor a justiça ao atribuir um subsídio de insularidade aos elementos das forças de segurança colocadas na região no montante de 150 euros.

O PS tem um entendimento diferente, que é legítimo, e apresenta uma iniciativa própria, que, certamente, irá ser aprovada, uma vez que tem a maioria. Só que, ao analisar-se a iniciativa do PS, o que se verifica é que a maioria dos agentes irá receber a redonda e generosa quantia de zero euros.

Deputado José San-Bento (PS): O Sr. Deputado Manuel Pereira já explicou isso!

Deputado Bruno Belo (PSD): Ninguém entendeu!

A Oradora: Para o CDS, o que entendemos é que esta é uma questão de justiça social e de se repor a equidade entre os agentes e elementos das forças de segurança em vez da atual discricionariedade existente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, obrigado. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruno Belo, eu já tentei explicar que a proposta que nós apoiamos no passado era uma proposta, a nossa proposta hoje, passados cerca de sete anos, é outra proposta diferente. Portanto, o PS lida bem com isso, isso para nós não é incoerência, aliás, no essencial, os princípios mantêm-se, uma discriminação positiva como fator de igualdade...

Deputado Bruno Belo (PSD): Nós sabemos qual é a sua incoerência!

O Orador: ... através da atribuição de uma prestação pecuniária, um subsídio de insularidade para fazer face aos sobrecustos da insularidade da insularidade. Lamento muito a forma como o senhor caracterizou essa prestação, mas já lá vamos. Agora, queria dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado. O senhor insiste muito na questão do passado.

Eu, como lhe disse, tentei resistir a falar aqui do passado, mas o que eu me lembro do passado, em matéria do subsídio de insularidade, sabe o que é? Foi este Parlamento ter aprovado, em 91, um subsídio de insularidade que foi a primeira coisa que o PSD revogou depois de vencer as eleições regionais de 92. É disso que eu me lembro do passado e era por isso que eu estava a resistir referir-me a isso,...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... porque parece-me que não faz grande sentido nós estarmos permanentemente a falar do passado e do que fizemos, há 10, há 20 anos, acho que o registo deveria ser outro, mas, como lhe disse, eu tentei resistir duas vezes, o senhor insiste em falar do passado. Muito bem.

Quanto à abrangência da nossa medida.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Só no passado de José Sócrates!

O Orador: O meu colega Manuel Pereira já foi muito claro em relação a isso. É uma proposta que, obviamente, tem alcance, tem muita abrangência, os senhores estão a basear os vossos cálculos naquilo que os sindicatos indicaram e, como disse o meu Deputado Manuel Pereira, e muito bem, obviamente que nós compreendemos que os sindicatos tenham agido de boa-fé, mas, de facto, os dados oficiais da PSP são diferentes e, aliás, o meu colega, e muito bem, convidou-vos para, não só, tomarem conhecimento desse documento, como, inclusivamente, ele está na disponibilidade de vos enviar esses dados.

Portanto, o que é fundamental aqui é que os cinco partidos da oposição expliquem, mas expliquem de uma forma absolutamente clara, por que é que defendem que o Estado central deva pagar aos seus funcionários das forças de segurança colocados nos Açores um subsídio de insularidade que é muito superior e completamente diferente e com uma ponderação distinta daquilo que a Administração Regional paga...

Deputada Zuraida Soares (BE): Essa é uma boa pergunta! Muito bem!

O Orador: ... como remuneração complementar aos funcionários da Administração Pública Regional.

A Sra. Deputada Zuraida Soares está disposta a explicar isso aos 21 mil funcionários públicos açorianos?

Deputada Zuraida Soares (BE): Estou, sim senhora!

O Orador: Era isso que eu gostava de saber.

Deputada Zuraida Soares (BE): A começar por si!

Deputado Berto Messias (PS): Explique-nos, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que era a minha vez que é para não perder muito tempo a responder à pergunta do Sr. Deputado José San-Bento e, ao mesmo tempo, assim, à pergunta dos tais 21 mil elementos que estão à espera da resposta.

Sras. e Srs. Deputados, aquilo que o Partido Socialista está a tentar fazer baseia-se numa falácia,...

Deputado André Bradford (PS): Isso é com o Sr. Deputado Joaquim Machado!

A Oradora: ... com a qual quer convencer esta Casa e os açorianos e açorianas de que renumeração complementar e subsídio de insularidade são uma e a mesma coisa.

Deputado José San-Bento (PS): Eu vou abrir-lhe o diploma!

A Oradora: E não são, Sras. e Srs. Deputados. A remuneração complementar foi instituída levando em consideração os baixos salários auferidos na nossa região, portanto, trazer alguma justiça a esses baixos salários e, depois, também, para compensar os cortes a que eles foram sujeitos no anterior Governo.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Oh, senhora, que grande confusão!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que grande confusão que os senhores fizeram!

A Oradora: O subsídio de insularidade reza assim: “Este subsídio de insularidade tem a sua origem, no que se refere às regiões autónomas, relativamente aos funcionários que eram deslocados do continente para serviços desconcentrados da administração nas regiões autónomas. Ora, para incentivar a deslocação destes cidadãos para as regiões autónomas, foi criado um subsídio de insularidade, de forma a compensá-los das despesas acrescidas que tinham ao deslocar-se do seu local de residência e a terem de suportar o custo de vida superior àquele que suportavam no território continental”. E é por isso, Sras. e Srs. Deputados, que os juizes colocados nesta região autónoma e dependentes do Ministério da Justiça recebem, e bem, o subsídio de insularidade e é por isso

que os notários recebem, e bem, o subsídio de insularidade, e é por isso que os funcionários das Finanças recebem, e bem, o subsídio de insularidade, e é por isso que a PSP de Santa Maria, sendo que aí temos que remontar aos anos de 1950 e pouco, mas recebe, e bem, o subsídio de insularidade, e é por isso que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras recebe, e bem, o subsídio de insularidade, e é por isso que a Polícia Judiciária recebe, e bem, o subsídio de insularidade. E agora, Sras. e Srs. Deputados, é exatamente por isso que a PSP não recebe, e mal, o subsídio de insularidade, a GNR não recebe, e mal, o subsídio de insularidade, a Polícia Marítima não recebe, e mal, o subsídio de insularidade.

Ou seja, aquilo que está mal não são os que recebem, é aqueles que não recebem, e o subsídio de insularidade não é a remuneração complementar, o subsídio de insularidade é uma forma de atrair para a região, sempre foi, desde a sua criação, e continua a ser, quadros e profissões que faltam e o nosso ponto de partida, Sras. e Srs. Deputados, é que faltam agentes de segurança pública nesta região. É exatamente pela mesma razão que o Governo Regional criou, e bem, um *apport* aos médicos que se deslocam para esta região. Os médicos não recebem subsídio de insularidade, nem remuneração complementar, mas recebem, e bem, um prémio, uma forma de atração, uma majoração que não receberiam no continente, mas recebem na região autónoma para virem para cá, para ser atrativo vir para cá e porque na realidade viver numa região autónoma, sobretudo numa região autónoma como a dos Açores, com nove ilhas, tem sobrecustos acrescentados, é a tal periferia da ultraperiferia.

Portanto, querer convencer os açorianos e açorianas que subsídio de insularidade e remuneração complementar têm o mesmo objetivo, não colhe, porque não têm o mesmo objetivo.

Deputado José San-Bento (PS): Mas quem é que está a dizer isso? Sabe que isso não é verdade! Leia a proposta!

A Oradora: Seguidamente, o subsídio de insularidade tem para todos o mesmo preço e o mesmo custo, porque quando as pessoas se deslocam do continente,

sejam juízes, notários, SEF, PSP, Polícia Marítima, GNR, quando se deslocam do continente para a RAA, comem nos mesmos restaurantes,...

Deputado José San-Bento (PS): Não comem, não!

A Oradora: ... compram no mesmo supermercado, vestem nas mesmas lojas, pagam o mesmo preço pelos transportes, e isso é que são os custos da insularidade.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso são os deslocados!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): O subsídio de insularidade é igual para todos, independentemente do seu rendimento!

A Oradora: Portanto, é absolutamente caricato que o Partido Socialista pense que é possível encontrar um argumento que diga qualquer coisa como isto: há uns polícias especiais, há uns elementos da segurança pública especiais no SEF, na Polícia Judiciária, por exemplo, que têm direito ao subsídio de insularidade, quando outros colegas seus, que trabalham nas mesmas ilhas, que fazem a mesma coisa, no sentido de velar pela segurança pública, que comem exatamente os mesmos preços dos alimentos, esses não têm direito.

Portanto, vir o Partido Socialista falar de equidade e de igualdade e tratar diferente...

Deputado José San-Bento (PS): De igualdade sabem os senhores!

A Oradora: ... aquilo que é diferente, é uma coisa perfeitamente, volto a repetir, caricata, porque não há elementos dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras diferentes entre si, fazem a mesma coisa; não há elementos da PSP diferentes. Um elemento da PSP em Santa Maria não é diferente daquele que está em São Miguel.

Deputado José San-Bento (PS): Oh, senhora, isso são outras carreiras!

A Oradora: Então, por que é que o de Santa Maria recebe, e bem, o subsídio de insularidade e os outros não recebem?

Portanto, não vamos confundir mais as coisas,...

Deputado José San-Bento (PS): A senhora é que está a confundir tudo!

A Oradora: ... tudo se resume a isto, Sras. e Srs. Deputados.

Feitas as contas, trazer equidade e justiça para os elementos da segurança pública na RAA tinha custos para a República, tinha custos para o Orçamento de Estado e obrigava o Estado a cumprir uma obrigação constitucional que tem para com esta região que é a sua segurança. E o Partido Socialista não quer onerar o Orçamento de Estado e por isso está a dar uma quantia ridícula que continua e autoriza que a desigualdade, a falta de equidade, a discriminação continuem nas forças de segurança pública na nossa região. Esta é que é a verdade. Não altera coisa nenhuma.

Deputado José San-Bento (PS): Não é, não senhora!

A Oradora: Finalmente, dizer também o seguinte, para terminar esta intervenção. O Bloco de Esquerda dá o seu apoio parlamentar ao Governo da República, mas o Bloco de Esquerda Açores defende os Açores em primeiro lugar e não tem o mínimo problema em dizer daqui, desta bancada e deste Parlamento, desta Câmara, que é do Orçamento de Estado que tem de sair o dinheiro necessário para garantir...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é demagogia, Sra. Deputada, e a senhora sabe que é!

A Oradora: ... as obrigações constitucionais do Estado na RAA, com apoio parlamentar ou sem apoio parlamentar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho aqui este cartão da Associação Socioprofissional da Polícia que integrei...

Deputado José Ávila (PS): Bem me parecia!

O Orador: ... entre 90 e 95.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então, o senhor foi agente de autoridade?

Deputado André Bradford (PS): Perdeu-se um grande polícia!

O Orador: Exatamente! Com todo o orgulho.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso explica muita coisa!

O Orador: E eu quero dizer que esta luta sindical é uma luta que acompanho há muitos anos, a luta pela dignificação dos agentes de segurança, das forças de segurança. É uma luta que eu acho que, na sociedade portuguesa, se tem vindo a impor, se tem vindo a reconhecer o mérito dos profissionais que zelam pela segurança dos bens, que zelam pela segurança das pessoas. Ocupam um papel fundamental na sociedade portuguesa, ocupam um papel fundamental na sociedade açoriana. Está aqui o cartão. Poderá verificar.

Eu devo dizer-vos que assisti com muita tristeza alguns discursos que aqui foram pronunciados no sentido de “guetizar”, de diferenciar os elementos da força de segurança pública em relação a outros profissionais e o que eu pergunto, a questão é esta: há pouco, a crítica era, “Bom, o tratamento igualitário, os senhores defendem o tratamento igualitário”. Exatamente! A igualdade e a democracia são fundamentais em qualquer sociedade e a igualdade é esta. Eu considero que não se dignifica as forças de segurança quando se acha que em relação aos magistrados tem que existir um determinado patamar de remuneração e em que os polícias de segurança pública se encontram numa posição inferior, que as forças de segurança se encontram numa posição inferior. Não, para nós, devem ser dignificados de igual forma, de forma igualitária, se quiser igualdade.

Quando diz que os oficiais de justiça devem estar num plano superior e que as forças de segurança e os elementos de segurança devem estar num plano inferior,...

Deputado André Bradford (PS): Ninguém disse isso!

O Orador: ... o que eu lhe quero dizer, Sr. Deputado José San-Bento é que eu defendo a igualdade de dignidade entre as forças de segurança e quem, por exemplo, trabalha como oficial de justiça.

Deputado André Bradford (PS): Ninguém disse isso!

Deputado José San-Bento (PS): Não seja demagogo!

O Orador: Ou quem trabalha nas Finanças e diz-me o senhor, “Mas eu não estou a favor, porque eu estou a favor da “guetização” e da diferenciação e da inferiorização das forças de segurança pública na RAA”,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que é o que os senhores têm estado aí a defender.

Deputado André Bradford (PS): Tenha calma!

O Orador: Estão a dizer, “Tenha calma”, eu não posso ter calma quando vejo esta desigualdade a ser criada aqui, neste Parlamento, porque é evidente que para nós é absolutamente fundamental que estes profissionais tenham condições para exercer as suas funções na região, para que tenham todas as condições para exercer as suas funções aqui e que fiquem cá, contribuindo para a prosperidade da sociedade açoriana, contribuindo para a segurança das pessoas, contribuindo para a segurança de bens e de propriedades. Isto, para nós, é uma prioridade.

E meus senhores, eu não posso aceitar uma proposta em que 70% dos profissionais recebem zero (zero!) do suplemento remuneratório, de subsídio de insularidade que os senhores estão aqui a criar; 70% não recebe nada. Portanto, meus senhores, eu não posso, de forma alguma, aceitar que a vossa proposta seja apresentada como uma proposta que é superior ao conjunto dos partidos da oposição. O que nos une a todos nós, da esquerda à direita, é um sentimento de justiça, é um sentimento de prioridade que nós colocamos do ponto de vista de garantir, dignificar os profissionais que trabalham nas forças de segurança, de os dignificar. Isto é o que nos une a todos nós, porque o que nos une é uma sociedade civilizada, em que a segurança é fundamental, mas também a justiça e a justiça não tem estado garantida. E nesse sentido é evidente que tenho muita

honra em participar com os restantes partidos nesta proposta e espero que o Partido Socialista nos acompanhe, ainda está a tempo, numa proposta que é justa.

Deputada Zuraida Soares (BE): Pode esperar sentado!

Deputado André Bradford (PS): Temos uma proposta!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Na vossa abandonam!

Deputado André Bradford (PS): Não abandonamos nada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, há, na sua intervenção, várias imprecisões que eu gostava, aqui, de deixar claras. A senhora citou um documento de uma forma descontextualizada e eu gostava de deixar claro, à Câmara, tenho aqui a cópia, o DLR 8/2002/A justifica claramente essa prestação como sendo “Atenuar a diferença do nível do custo de vida nos Açores...”

Deputada Zuraida Soares (BE): Não, não! Leia o título primeiro!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Leia o título!

O Orador: ... em relação ao continente...”

Sra. Deputada, mas é preciso ver a lógica que está na fundamentação...

Deputada Zuraida Soares (BE): É a lógica!

O Orador: Não tem a ver com o título, tem a ver, o objetivo da prestação é “Atenuar a diferença do nível do custo de vida nos Açores em relação ao continente, designadamente os derivados dos custos da insularidade”.

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso é o acréscimo regional!

O Orador: Não é, não!

Portanto, isso que fique muito claro.

Além disso, a senhora continua a confundir igualdade com equidade, também confunde os subsídios de fixação de Santa Maria com o subsídio de

insularidade, o que também não é correto, também ignora o facto de existirem carreiras diferentes, vencimentos diferentes, escalões diferentes, portanto, eu não me vou repetir, mas já deixei aqui claro que a nossa proposta é uma proposta que tem uma abordagem distinta da vossa,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Lá isso tem!

O Orador: ... nós achamos que é uma abordagem equitativa, é justa, é transparente e há uma coisa, Sra. Deputada, que não pode dizer, a senhora não pode dizer que nós não queremos onerar o Orçamento de Estado, como se o PS tivesse medo de onerar o Orçamento de Estado; o que nós não queremos é perder os bons argumentos para defendermos a necessidade de onerar o Orçamento de Estado, Sra. Deputada, porque a nossa proposta, como é óbvio, onera o Orçamento de Estado e, portanto, isso é óbvio, por isso a sua referência é demagógica, não faz qualquer sentido, o Partido Socialista obviamente que, através da proposta que apresenta, irá onerar, pelas nossas contas, em cerca de meio milhão de euros o Orçamento de Estado.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Sendo assim, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Vice-Presidente:

Então, vamos ao DLR n.º8/2002/A, de 10 de abril, para o contextualizarmos de uma forma perfeita e o DLR tem como epígrafe o seguinte: “Estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”.

Deputado José San-Bento (PS): A senhora já tinha lido isso antes, por isso eu não li!

A Oradora: É a epígrafe...

Pois, faltou-lhe dizer muita coisa, Sr. Deputado, e eu vou explicar-lhe o quê.

A criação destes regimes, de quais regimes? Do regime de atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional consta dos DLR n.º1/2000, n.º2/2000 e n.º3/2000, todos de 12 de janeiro, e “visa, por um lado, atenuar a diferença do nível do custo de vida nos Açores em relação ao continente, designadamente os derivados dos custos da insularidade,...”.

Deputado José San-Bento (PS): Foi isso que eu citei!

A Oradora: Está a referir-se a quê, Sras. e Srs. Deputados? Ao regime jurídico da atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo. E depois continua, “... e, por outro lado, diminuir as desigualdades resultantes do baixo valor das remunerações ou pensões auferidas por uma taxa da população residente nos Açores, traduzindo-se numa medida de justiça social”. Está a referir-se a quê? Está a referir-se ao complemento regional de pensão e à remuneração complementar regional. Isto é que é contextualizar o documento, Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Mas estamos a falar de custos de insularidade ou não estamos?

A Oradora: E depois vamos falar de uma medida e de uma proposta equitativa, justa e transparente, que o Sr. Deputado José San-Bento reclama para a sua bancada e eu faço a seguinte pergunta: há guardas prisionais nesta região que, quando são chamados para cá, recebem, e bem, subsídio de insularidade. Para virem, para aceitarem vir.

Deputado José San-Bento (PS): Não é para isso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É, é!

A Oradora: Aqueles que cá estão, Sras. e Srs. Deputados, não recebem subsídio nenhum. Portanto, quanto a equidade, transparência e justiça, para já, penso que posso dizer *I rest my case*.

Deputado José San-Bento (PS): Não pode, não!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária:

O Partido Socialista tem estado a fazer uma tentativa de confusão das coisas,...

Deputado José San-Bento (PS): Não estamos a fazer confusão nenhuma!

O Orador: ... propositadamente, mas é evidente que a gente não se vai deixar confundir,...

Deputado José San-Bento (PS): Agente já é da PSP!

O Orador: Pronto! Seja do que for!

... mas quero dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado San-Bento. Há bocadinho, quando o senhor disse que lidava bem com as suas incoerências, realmente isto mostra bem a forma séria com que o Partido Socialista encara esta anteproposta de lei. E eu deixava aqui uma pergunta (ainda bem que V. Ex.^a fez esse aparte): Sr. Deputado André Bradford, onde estão os socialistas sensatos desta região?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Onde estão?

Também ficamos a saber que o Partido Socialista defende que os outros funcionários da Administração Pública Central, na região, e que recebem subsídio de insularidade de valor fixo, passem a receber um subsídio de insularidade gradual e inversamente gradual, ou seja, por causa da equidade.

Então, não sei se o Partido Socialista irá propor que os funcionários das Finanças, do Ministério da Justiça passem a receber um subsídio,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: ... 50 cêntimos por dia ou outra coisa parecida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Dra. Arlinda Nunes!

O Orador: Por outro lado, também ficamos a saber que a insularidade nas Flores ou na Graciosa, para o Partido Socialista, é a mesma que em São Miguel,

e obviamente que não é. Nós temos assimetrias e esta majoração que este diploma contempla visa atenuar essas assimetrias.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo, tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Muito rapidamente, em primeiro lugar, isso é uma matéria que, como foi aqui já referido, não tem impacto no Orçamento da Região, portanto, nós estamos a falar, e é bom situar, numa anteproposta de lei, que tem impacto no Orçamento de Estado e, portanto, não é uma matéria que diretamente tenha impacto no Orçamento da Região ou que tem a ver diretamente com essa matéria, mas tem um aspeto que eu penso que é fundamental,...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): É ilegal!

O Orador: ... que é o aspeto da coerência.

Eu não consigo identificar por que é que um funcionário público da Administração Regional,...

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... funcionário público da região tenha menos compensação com a insularidade do que um funcionário público que é pago pelo Estado, ou seja, por que é que se distingue os funcionários em função da entidade para o qual são.

Deputado José San-Bento (*PS*): Exatamente!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Então, proponha para mudar!

Deputado João Bruto da Costa (*PSDS*): Proponha para as Finanças e para os magistrados para mudar!

O Orador: Segunda questão essencial. O argumento da Sra. Deputada Zuraida Soares é um argumento extremamente perigoso, porque a Sra. Deputada fala em subsídio de fixação ao falar em apoio à fixação.

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu?

O Orador: Ao falar em apoio à fixação, a Sra. Deputada referiu que isto é um incentivo à fixação. Ora bem, ser um incentivo à fixação exclui,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Está aqui subsídio à insularidade!

O Orador: ... pela sua definição, os residentes da RAA e cria ainda uma discrepância e injustiça maiores.

Mas não é por aí que eu quero ir.

Deputada Zuraida Soares (BE): É melhor!

O Orador: A minha questão é muito simples, Srs. Deputados. Nós estamos a falar de uma anteposta de lei que será votada na Assembleia da República e será decidida pela Assembleia da República, esta discussão aqui é inócua, porque já chegámos à conclusão que o PCP, o Bloco de Esquerda, o PP e o PSD têm maioria na Assembleia da República. Portanto, independentemente de qualquer proposta que seja aqui aprovada, esta maioria fará vingar, na Assembleia da República, se tiverem coerência, aquilo que estão a defender na região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Prescinda.

Passo então a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário:

Oh, Sr. Vice-Presidente, eu agora apetecia-me dizer, e? Quer dizer, e o Partido Socialista o que é que vai fazer na República? Vai votar contra, para ser coerente. Vamos lá a ver se nos entendemos.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Vai manter!

A Oradora: Coerência por coerência, o Partido Socialista vai ter que votar contra, na Assembleia da República, e os açorianos e açorianas vão ficar...

Deputado André Bradford (*PS*): A proposta que vai para a Assembleia República é a nossa! Não vamos votar contra a nossa!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Vai manter a sua!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Portanto, quanto a coerência, Sr. Vice-Presidente, também estamos conversados.

Agora, aquilo que o Sr. Vice-Presidente fez é que é muito perigoso, porque é dividir para reinar, que é uma política conhecida, desde há muitos séculos, dividir para reinar. Aquilo que o senhor fez não se faz aos funcionários públicos desta região, aquilo que o Sr. Vice-Presidente fez foi dizer assim: “Cuidado, funcionários públicos da RAA! Há aqui uns que são de primeira, que são aqueles que dependem da Administração Central, e depois há os outros que são de segunda, que são aqueles que dependem da Administração Regional”. Isso é muito feio, Sr. Vice-Presidente, porque esta região...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Foi o que a senhora fez!

Deputado Manuel Pereira (*PS*): Mas é a realidade!

A Oradora: ... precisa dos funcionários públicos da Administração Central, Sr. Vice-Presidente, precisa dos notários, precisa das Finanças, precisa da Justiça, precisa do SEF, precisa da Polícia Judiciária, precisa deles todos, e a maior parte deles recebe o subsídio de insularidade, que o senhor atira à cara dos outros que dependem da sua administração. E isso não se faz, por isso é morder na mão que nos ajuda.

Portanto, essa tentativa de dividir para reinar também não pega, Sr. Vice-Presidente. Aquilo que o senhor devia dizer como Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores era assim: “Quem me dera a mim, Vice-Presidente do

Governo Regional dos Açores, poder pagar aos meus funcionários da Administração Regional, que eu tutelo, o mesmo que recebem os funcionários da Administração Central, com o subsídio de insularidade”. Se o senhor dissesse isto, era de extrema-esquerda, Sr. Vice-Presidente, era daquela esquerda caviar que tanta impressão faz ao Sr. Presidente do Governo Regional.

Deputado José San-Bento (PS): A senhora é que defendeu a honra ontem!

A Oradora: E pelos vistos também a outros deputados, nomeadamente ao Sr. Deputado José San-Bento. Mas como o senhor se limitou a fazer aquilo que o senso comum faz, que é invejzinha, uns têm e os outros não têm e, portanto, como há aqueles que não têm, ninguém pode ter, isto chama-se nivelar por baixo, o senhor defende e pertence a uma esquerda muito pequenina, Sr. Vice-Presidente.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu fico contente porque o Sr. Vice-Presidente acabou de recomendar à bancada do Partido Socialista que aprovassem a proposta subscrita pelo PSD.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Deputado Manuel Pereira (PS): Do PSD ou conjunta!?

O Orador: Acho que é sensato, é sensato, Sr. Vice-Presidente. Afinal, é sensato.

A proposta subscrita pelo PSD.

Por outro lado, Sr. Vice-Presidente, também foi a confirmação de que o Partido Socialista quer mesmo reduzir os subsídios já pagos aos outros funcionários da República na região. E isto é redistribuir a pobreza, não é aumentar as condições de vida, é redistribuir a pobreza.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, dividir é o que existe agora. Agora, os funcionários públicos da região têm um apoio, os funcionários da República, até hoje, passados 40 anos, não tiveram apoio nenhum.

Deputado Buno Belo (*PSD*): Antes uma miséria do que nada!

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): José Sócrates não resolveu isso?

O Orador: Até ao dia de hoje, a injustiça que existe e a divisão que existe foi tratar de forma diferente os funcionários públicos que exercem atividade nos Açores, fazendo com que os funcionários do Estado não beneficiem deste apoio para compensar os custos de insularidade.

Passaram-se 40 anos e isso nunca foi feito; agora, há a possibilidade de ser feito e há dois caminhos para ser feito: o caminho que a proposta do Partido Socialista defende, ao contrário do que a Sra. Deputada diz, é tratar todos os funcionários por igual e considerar que a insularidade, os custos da insularidade são iguais para todos e, logo, o apoio a atribuir de subsídio é igual para todos, independentemente de ser um funcionário público do Estado ou da região,...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Então vai tirar aos funcionários de Santa Maria ...

O Orador: ... que é a proposta que o Governo dos Açores concorda, ou fazer uma outra proposta que é dizer que há, isso, sim, funcionários de primeira e funcionários de segunda e que os funcionários por serem funcionários do

Estado, que até agora recebiam zero, vão receber mais do que os funcionários da região. Também não concordamos. A proposta justa e equilibrada é tratar todos os funcionários públicos, independentemente de quem é a sua entidade de tutela, por igual. Isto para mim é que é justiça, isto para mim é que era unir,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Então, e a Universidade dos Açores, Sr. Vice-Presidente?

O Orador: ... mas não é a dividir.

Agora, a segunda questão, nesta matéria, que a Sra. Deputada não respondeu e que ficou um pouco nervosa, é que nós estamos sobre uma anteproposta de lei, independentemente de ser aprovada a do Partido Socialista ou a subscrita pelos outros partidos, entra na Assembleia da República e pode ser alterada na Assembleia da República.

Deputado José San-Bento (PS): Exatamente!

O Orador: Ou seja, independentemente de ser aqui, nesta Casa, aprovada a do PS ou a dos outros partidos, há algo que muda no Plenário onde esta proposta será aprovada, é que se aqui a proposta do Partido Socialista tem a maioria do Plenário, a vossa proposta tem a maioria na Assembleia da República e se todos forem coerentes e continuarem a defender o que defendem aqui, na Assembleia da República, têm todo o poder, depois de aprovada aqui uma anteproposta para alterar, para que a maioria, na opinião, que para mim é errada, porque essa, sim, divide os açorianos, distingue os açorianos e os diferencia,...

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... seja aprovada em versão final a proposta com a maioria do PCP, Bloco de Esquerda, PP e PSD. Por isso, basta que todos sejam coerentes com aquilo que defenderem na Assembleia da República, daí dizer que há aqui um debate que não é o debate essencial. O debate essencial, na minha opinião, é ver uma anteproposta de lei, pela primeira vez, que é aprovada nesta Casa, que chega à Assembleia da República e que diz, “Acabou a diferenciação entre funcionários públicos; os funcionários do Estado têm o mesmo direito à mesma

compensação que os funcionários que são da Administração Regional, independentemente da entidade em que prestam serviço”. Isso, sim, é uma grande conquista que se pode conseguir nesta Assembleia Regional.

Depois, a intensidade dessa diferenciação depende não desta maioria, mas de uma maioria na Assembleia da República, e aí estarei à espera de ver qual é a posição de coerência de todos os partidos nesta matéria.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, a questão aqui, o senhor, com este discurso, acaba de prestar um mau serviço à autonomia dos partidos políticos, nos Açores, porque o Sr. Vice-Presidente já aqui defendeu, ao longo de muitos anos, que muitas vezes tem uma posição diferente da estrutura nacional e o senhor acaba de fazer, neste momento, um discurso que as posições dos diversos partidos políticos têm de ser as mesmas aqui ou lá, em Lisboa ou nos Açores. E eu pergunto: “Então, e onde é que fica a autonomia dos partidos, que está reconhecida nos estatutos dos diversos partidos, nos Açores?”. Todos eles reconhecem que as suas organizações territoriais, nos Açores, são autónomas, têm órgãos próprios e têm deliberações próprias, são autónomas para decidir e muitas vezes têm posições diferentes, como, muitas vezes, no passado, o Partido Socialista nos Açores já teve uma posição diferente do que teve o Partido Socialista a nível nacional. A menos que o senhor me esteja a dizer, Sr.

Vice-Presidente, que, neste momento, a estrutura regional do Partido Socialista não tem autonomia em relação à estrutura nacional do vosso partido.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

O Orador: Se assim for, se, neste momento, existe uma identidade total e absoluta e uma falta de autonomia do PS em relação à estrutura nacional, esse é um problema do Partido Socialista Açores, não é um problema das restantes forças políticas.

Segunda questão. A segunda questão tem a ver com misturar situações que são completamente diferentes. Nós aqui o que estamos a fazer é a não segregar as forças de segurança em relação àqueles que já usufruem destes subsídios, como, por exemplo, os magistrados, os oficiais de justiça, nas Finanças, ou outros apoios de outro índole, por exemplo, os médicos, que também são atraídos para aqui, para a RAA, criando um conjunto de incentivos e, portanto, o senhor está a querer comparar aqueles que são funcionários do Estado, menos este último exemplo que eu dei, com funcionários da região. E eu penso que, neste momento, o que aqui existe é um debate a nível dos funcionários do Estado e o que eu lhe pergunto é o seguinte: existe alguma razão objetiva para diferenciarmos um juiz de um elemento das forças de segurança? Existe menos dignidade, menos importância no desempenho profissional de um polícia em relação ao que é o desempenho profissional de um outro funcionário do Estado que é um juiz? Há alguma razão objetiva para existir essa diferenciação entre estes dois funcionários do Estado ou os polícias têm que ser minorizados no âmbito da sua função, ou seja, no âmbito em que nós temos que comparar dentro do funcionalismo do Estado? E o que eu lhe pergunto é o seguinte: se está em desacordo com, neste momento, os subsídios que recebe, por exemplo, um juiz, o Partido Socialista pode aqui propor, também através de uma anteposta, para a reduzir, para lhe retirar esse incentivo. Também pode dizer a mesma coisa em relação aos oficiais de justiça. Então, se é injusto, que se proponha que se retire também. Esse é o raciocínio, é a conclusão lógica, Sr.

Vice-Presidente, a que nós podemos chegar através da sua argumentação, da sua intervenção.

Deputado José San-Bento (PS): Passos Coelho já resolveu isso!

O Orador: Para concluir, o seguinte.

A força de uma anteposta, na minha opinião, não está nos partidos que a subscrevem, se é o Partido A, B ou C; a força de uma anteposta está no facto de ser decidido neste Parlamento, nesta Assembleia. A força de uma anteposta, quando chega à Assembleia da República, tem a ver com a força da autonomia, tem a ver com a força e o prestígio do Parlamento dos Açores. Não chega lá a dizem, “Proposta do PSD, proposta do PS”, proposta do Parlamento dos Açores e é isso que dá força a uma anteposta na Assembleia da República.

Para terminar, meus senhores, dizer-vos o seguinte. Os senhores continuam a insistir na discriminação das forças de segurança. Eu não posso aceitar que os senhores continuem neste discurso, tentando discriminar, minorizar as forças de segurança, os elementos das forças de segurança, diferenciando-os de todos os outros funcionários do Estado. Eu não posso aceitar esse tipo de argumento e esse argumento é algo que desprestigia claramente muitos homens e mulheres que prestam um serviço absolutamente essencial nos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento, tem agora a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os argumentos estão quase todos expendidos, portanto, do ponto de vista do Partido Socialista, a abordagem está a caminho da sua conclusão. Eu queria só deixar muito claro que se falou aqui de discriminação. A nossa proposta o que visa é precisamente que não haja discriminação entre os funcionários da Administração do Estado,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A vossa discrimina!

O Orador: ... que estão nas forças de segurança da região, e os funcionários da Administração Regional. Portanto, o nosso objetivo é precisamente esse, é que não exista discriminação.

E queria também reafirmar que a nossa proposta é fundamentada com critérios de justiça, de transparência e de equidade, que também nos parecem essenciais para esse diploma vencer na Assembleia da República.

Nós vamos propor e a nossa proposta é tratar de forma diferente aquilo que são situações distintas e é isso que a nossa proposta consagra.

E mesmo para terminar, não resisto. O Sr. Deputado Bruno Belo, num esforço enorme para se manter à tona de água neste debate, não resistiu a dizer, numa interpretação que me parece entrar já quase no domínio da alucinação, não se ofenda com isso, mas, enfim, quando o senhor refere que nós queremos reduzir os rendimentos e as prestações aos funcionários. Sr. Deputado, o Governo que o senhor apoiou, entre 2011 e 2015, foi um Governo que, aliás, resolveu praticamente todas as questões que tanto preocupam o Deputado do PPM. Portanto, o senhor sabe perfeitamente que não é verdade o que procurou afirmar e sabe também que, nesta matéria, infelizmente, o passado do PSD é negro e o senhor não devia falar nisso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não fale do seu passado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, dispõe de apenas dois minutos.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário:

Na realidade, há duas maneiras de igualizar: é igualizar por baixo ou igualizar por cima.

Aquilo que o Partido Socialista está a fazer ao ufanar-se por estar a fazer com que os funcionários da Administração Central e da Administração Regional deixem de ter qualquer diferenciação tem que ter uma consequência, e a

consequência, Sras. e Srs. Deputados e Sr. Vice-Presidente, só pode ser ir a Santa Maria e retirar o subsídio de insularidade...

Deputado José San-Bento (PS): Sabe que não é isso!

A Oradora: ... que aqueles elementos recebem; ir à Polícia Judiciária e retirar; ir ao SEF e retirar; ir aos juízes e aos magistrados e retirar; ir aos funcionários dos tribunais e retirar. E, portanto, Sr. Vice-Presidente, o Partido Socialista escolheu igualizar por baixo, todos muito contentinhos com 14 euros.

Deputado José San-Bento (PS): Equidade!

A Oradora: Esqueceu-se é que há outros que têm mais do que isso, e bem, mas a igualização foi feita por baixo.

Deputado José San-Bento (PS): Equidade!

A Oradora: E falam em coerência, é isto a coerência?

Deputado José San-Bento (PS): Equidade! Não sabe a diferença entre igualdade e equidade?

A Oradora: Todos iguais, mas uns acima e outros abaixo? É isto a vossa coerência e sentido de... Pronto, então, na realidade não há mais nada a dizer.

Deputado José San-Bento (PS): Equidade! Já disse isso três vezes!

A Oradora: Eu estou perfeitamente esclarecida. Mais! Tenho a certeza que todos os elementos da segurança pública, nesta região, estão esclarecidos,...

Deputado José San-Bento (PS): Nisso concordo consigo!

A Oradora: ... todos os açorianos e açorianas estão esclarecidos e ficam a temer que haja uma anteproposta de lei apresentada nesta Câmara que venha dizer que se deve retirar todos os subsídios de insularidade que os funcionários da Administração Central recebem, nesta região,...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada!

A Oradora: ... para ficarem todos iguaizinhos à Administração Regional. Cuidado, açorianos e açorianas.

Deputado José San-Bento (PS): O papão!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que os açorianos sabem é que foi por iniciativa do Partido Socialista que os açorianos têm, neste momento, um complemento às suas remunerações, têm, neste momento, um imposto sobre o rendimento do seu trabalho mais baixo do que a nível nacional.

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Foi por quem?

O Orador: Que têm um complemento que tem, neste momento (estou a referir-me à última alteração que houve sobre esta matéria)...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Ontem, de manhã!

O Orador: Eu sei exatamente as palavras que estou a dizer.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): A gente não duvida!

O Orador: Ou seja, o património que o Partido Socialista e este Governo têm é os açorianos saberem que se nas mesmas condições têm o seu rendimento disponível mais 270 milhões de euros do que se vivessem ou trabalhassem em igualdade de circunstância no continente e na Madeira. É esse o património que têm.

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem lembrado!

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): E a Universidade? Os funcionários públicos da Universidade?

O Orador: Agora, havia uma situação de injustiça que, até agora, havia, Sra. Deputada. Há 40 anos que os funcionários do Estado não tinham direito a esta compensação pela insularidade. Os senhores acham que é mais, até acham que é mais aqueles que quando estiveram no poder achavam que não devia haver.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Não somos nós! É o Estado!

O Orador: Mas isso, estamos habituados àqueles que quando estão no Governo cortam e quando estão na oposição querem dar sempre mais daquilo que se propõe. Mas faz parte da história.

Deputada Zuraída Soares (BE): Está a falar do Partido Socialista!

O Orador: Agora, o que sabiam, o que sabem as forças de segurança, até hoje, é que nunca lhes foi atribuído qualquer apoio pelo simples facto de terem uma compensação pelos custos superiores que existem nos Açores, ao contrário do que havia com os funcionários públicos da região.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas não têm todos, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: O que aqui se propõe é tratar todos por igual. Pela primeira vez, tratar todos por igual.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mentira!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas 70% não recebe nada!

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade sim!

O Orador: Atribuir aos funcionários públicos do Estado exatamente o mesmo apoio que os funcionários públicos da região.

E é isso que nos distingue: é tratar todos por igual. Ao contrário do que a Sra. Deputada diz, sem retirar nada a ninguém, mas tratando, a partir de agora, todos por igual, independentemente de serem do Estado ou da região. Isto é que é justiça, isto é que é sentido de equilíbrio, na minha opinião.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Esta é a minha última intervenção sobre esta matéria. Há pouco não referenciei o seguinte.

Como o Sr. Vice-Presidente acabou de reconhecer, durante muitos anos, estes funcionários tiveram as carreiras congeladas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E têm!

O Orador: ... estes funcionários também tiveram (e têm!) um aumento de impostos que ocorreu, nos Açores,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não! Mantêm o que têm!

O Orador: ... como todos os outros funcionários e a verdade é que as entidades autonómicas não os protegeram e, durante vários anos, eles tiveram o aumento dos impostos da região, tiveram a política de congelamento das carreiras do país e não tiveram acesso a nenhum complemento salarial que os protegesse, nem que fosse, do ponto de vista histórico, de fazer justiça, esta proposta que nós estamos aqui a apresentar já seria uma proposta eticamente de valor muito...

Mas eu considero que além desta questão há uma segunda questão que o Sr. Vice-Presidente aqui referenciou e que o Sr. Vice-Presidente sabe que não é verdade. O que eu lhe pergunto é o seguinte. Os funcionários do SEF, que já recebem verbas muito superiores em relação ao subsídio de insularidade, estes funcionários vão passar a receber menos?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não!

Deputada Zuraída Soares (BE): Então, onde é que está a igualdade?

O Orador: Então, onde é que está a igualdade? O senhor continua a manter as diferenças entre os funcionários do Estado.

Portanto, esse argumento, Sr. Vice-Presidente, acabo de lhe demonstrar que esse argumento não é verdadeiro.

(Burburinho da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Vou dar-lhe outro exemplo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores é que deveriam retirar!

O Orador: Um juiz vai passar a receber um subsídio de insularidade mais baixo? É evidente que não vai. Cá temos. Então, onde é que está, Sr. Vice-Presidente, a igualdade que o senhor está a apregoar? Não há igualdade absolutamente nenhuma. Os senhores mantêm a diferença, os senhores estão a aprovar uma proposta que não atinge 70% dos elementos da segurança pública.

Deputado Manuel Pereira (PS): Isso é falso!

O Orador: Não é falso, são os documentos que aqui tenho, não tenho nenhuma razão para colocar em causa a idoneidade das instituições e dos sindicatos da Polícia de Segurança Pública. São tão idóneos como qualquer outra instituição. Portanto, não diga isso, não coloque em causa a palavra das pessoas e das instituições.

Portanto, neste momento, há aqui uma proposta que, ao contrário do que é afirmado por parte do Partido Socialista, mantém a desigualdade, é injusta e não resolve o problema da maioria esmagadora dos homens e mulheres que trabalham nas forças de segurança que servem os Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Oh, senhor, estamos a fazer uma proposta para as forças de segurança!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Uma pergunta muito simples. Um agente das forças de segurança, segundo a proposta do Partido Socialista, que aufera a retribuição mínima mensal garantida recebe 57,83 euros; aquele que ficar entre o escalão de 1216 e 1304,99 euros receberá 14,46 euros. Sr. Vice-Presidente, para que fiquemos esclarecidos em relação a equidade, queria que o senhor me dissesse qual é o valor do subsídio de insularidade de um magistrado, qual é o valor de subsídio de insularidade de

um funcionário judicial, qual é o valor do subsídio de insularidade de um notário ou de um funcionário da conservatória.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Faça um requerimento!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Secretário:

Oh, Sr. Deputado, eu acho que se há alguém, se há um partido que não devia debater estas matérias é o PSD.

Deputado Luís Garcia (PSD): Porquê?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vamos debater as matérias que os senhores quiserem!

O Orador: É o partido que aplicou uma sobretaxa de IRS a todos os funcionários públicos; que cortou nos vencimentos; que retirou o subsídio de férias e o subsídio de Natal...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Para pagar a bancarrota do Partido Socialista!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é que cortou o abono de família agora, Sr. Vice-Presidente?

O Orador: ... e que, inclusivamente, nos Açores, em relação aos notários, retirou as compensações que tinham e vem agora falar? Mas mais grave, que teve quatro anos maioria absoluta,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é que retirou o abono de família?

O Orador: ... na Assembleia da República,...

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor não queria dizer isso!

O Orador: ... e sobre estas mesmas pessoas, funcionários na região, que agora vem discutir que 50, 60 é pouco, quando tiveram maioria absoluta o que é que deram? Zero! Deram zero! E agora acham que 50 ou 40 é pouco. Para quem deu zero, 40 ou 50 é muito! Mas não se trata de ser muito ou pouco,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque já percebemos que quando estão na oposição acham sempre pouco, quando estão no Governo acham sempre de mais. Isso, os açorianos já os conhecem perfeitamente, portanto, não vale a pena perder muito tempo sobre esta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A si também! Cada vez mais!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Agora, há uma coisa que é certa. O que esta proposta faz é tratar todos os funcionários públicos por igual, ou seja, não há insularidade de primeira e insularidade de segunda,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Todos não!

O Orador: ... não há insularidade maior...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor deixou a Universidade de fora!

O Orador: ... para quem é funcionário do Estado ou insularidade menor para quem é funcionário da região. Passam todos, aqueles que não tinham subsídio de insularidade, a ter,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ah, é? Vou informar a Universidade!

O Orador: ... mas passam a ter exatamente nos mesmo montantes que os funcionários da Administração Regional. É este, e na minha opinião,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Então não fica tudo igual!

O Orador: ... o conceito de justiça.

Mas como disse no princípio, e termino, esta é uma anteproposta de lei,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sr. Vice-Presidente, fui aumentada e não sabia!

O Orador: ... caberá à Assembleia da República e à maioria que se estabelecer na Assembleia da República estabelecer a dimensão dessa compensação desta injustiça.

Se forem todos coerentes, não com o passado, porque a maioria, no passado, na Assembleia da República, o que fez foi dizer que era zero, mas, se quiserem ser coerentes, agora, com certeza, terão as respostas que acham mais justas e que eu não é a que defendo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando é que o senhor propôs isso?

O Orador: Sobre esta matéria, vamos ser claros. A Assembleia da República tem, agora, desta Assembleia, uma proposta para corrigir uma injustiça,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Desta Assembleia? Não é desta Assembleia!

O Orador: ... e que tratará de forma igual todos os funcionários públicos das forças de segurança...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não se meta por atalhos!

O Orador: ... com os funcionários públicos da região. Ou seja, para igual rendimento, igual compensação, porque, para nós, os custos de insularidade são iguais para todos e devem ser compensados da mesma forma por todos, independentemente de serem funcionários do Estado ou funcionários da região. Isto, para nós, é que é igualdade, para nós é que é justiça social, para nós não há funcionários de primeira e funcionários de segunda, são todos funcionários e existia uma injustiça até agora, que era os funcionários das forças de segurança do Estado não tinham direito a um subsídio de insularidade que os funcionários da Administração Pública da região tinham e houve a coragem de assumir uma maioria nesta Assembleia, que espero que se transforme numa maioria na Assembleia da República, para compensar esta injustiça e para que esses funcionários do Estado tenham o mesmo direito que têm os funcionários da

Administração Pública Regional. É isto que está em questão e é esta mais uma imagem...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Fico feliz em saber, Sr. Vice-Presidente. Sou funcionária da Universidade e já estou em igualdade de circunstâncias!

O Orador: ... e é mais um património que consolida todo o esforço que fazemos para, por um lado, tratar todos os que trabalham nos Açores por igual e, particularmente, para compensar por igual os custos de insularidade, o que é um património, sem dúvida, que este Governo muito se orgulha.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

É com tristeza que ouço as palavras do Sr. Vice-Presidente e tristeza porquê?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu fiquei muito feliz!

O Orador: Pela falta de respeito do esforço dos açorianos e dos portugueses em pagar a bancarrota do Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em 2011, fomos de chapéu na mão pedir dinheiro,...

Deputado Francisco César (PS): Olha a cassete!

O Orador: ... pedir que nos emprestassem dinheiro, em 2015, tínhamos credibilidade. Sr. Vice-Presidente, continuo à espera que o senhor me diga qual é o subsídio de insularidade de um magistrado, qual o subsídio de insularidade de um conservador e qual é o subsídio de insularidade de um funcionário judicial.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(* **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, era só para deixar registado que o Sr. Vice-Presidente continua sem responder às perguntas do PSD e não responder às perguntas do PSD não é só não responder às perguntas do PSD, é não responder aos açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não queria fazer passar o Sr. Deputado Bruno Belo por esta resposta que lhe vou dar. Eu não respondi a primeira vez por consideração por si. Oh, Sr. Deputado Bruno Belo, os apoios atribuídos pelo Governo da República e pela legislação nacional que referiu são, primeiro, públicos, segundo, são da competência da República e não de competência do Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o senhor não sabe!

O Orador: Portanto, o Sr. Deputado não pode perguntar ao Governo Regional que responda um valor de alguém que é uma obrigação o Sr. Deputado conhecer para se quiser debater esta matéria e que não é uma informação do Governo Regional, porque não é uma competência da região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas o senhor sabe ou não sabe?

O Orador: E o Governo está aqui para responder no âmbito das suas competências à informação que é da região. Essa é uma informação comum de qualquer cidadão, não uma informação do Governo dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Fica registado que o senhor não sabe!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Vice-Presidente Sérgio Ávila, com todo o respeito institucional que V. Ex.^a merece, eu também não esperava vir aqui dizer isso...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Com todo o respeito que V. Ex.^a me merece, enquanto Vice-Presidente do Governo dos Açores, Sérgio Ávila, não esperava dizer-lhe isso: os apoios são públicos e o senhor não nos disse, para não ficar com a vergonha das diferenças que existem entre esses subsídios de insularidade e os que os senhores, hoje, propõem.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é que é!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

Julgo não haver inscrições.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, não havendo inscrições, vamos então passar à votação.

Votaremos, em primeiro lugar, a **Anteproposta de Lei n.º 18/X**, uma vez que é a ordem que temos na nossa Agenda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A Anteproposta de Lei apresentada foi rejeitada com 31 votos contra do PS; 19 votos a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação, na generalidade, da **Anteproposta de Lei n.º 20/X**.

Na generalidade, a outra foi recusada, pelo que não se avança para a especialidade.

Sendo assim, vamos votar a outra Anteproposta de Lei, a n.º 20/X.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A Anteproposta de Lei apresentada foi aprovada com 31 votos a favor do PS; 19 contra do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM, 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos entrar agora no debate e votação na especialidade.

Vamos colocar à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 1.º.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

A proposta de alteração que apresentamos relativamente ao artigo 1.º, n.º 1, por indicação de que o termo técnico dos funcionários da Polícia Judiciária, para englobar todos os funcionários, incluindo os civis, portanto, é para esse efeito;

e, no segundo, a introdução de “ou de idêntica natureza” é para que não exista confusão com, designadamente, o subsídio de residência que está, neste momento, em vigor para os agentes da PSP e GNR da ilha de Santa Maria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação desta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 31 votos a favor do PS; 1 do PCP; 18 votos contra do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 1.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS; 1 do PCP; 19 votos contra do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar os restantes artigos do diploma à votação conjunta. Não.

Há algum que tenha que ser votado em separado, para facilitar...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O 3.º, Sra. Presidente!

Presidente: O 3.º. Pois, então, sempre ajuda um pouco.

Vamos votar o artigo 2.º. Está à votação agora.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS; 1 do PCP; 19 votos contra do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado...

(Burburinho nas bancadas)

Secretária: Não sei se posso continuar?

Deputado António Marinho (PSD): O Sr. Vice-Presidente está bem sentado?

Deputado Luís Garcia (PSD): Nós podemos-nos ir sentar na bancada do Governo?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor queria sentar-se na bancada do Governo?

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS; 18 contra do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Coloco então agora à votação os restantes artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 31 votos a favor do PS; 1 do PCP; 18 votos contra do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: Votação final global: a Anteproposta de Lei apresentada foi aprovada com 31 votos a favor do PS; 19 votos contra do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM; 1 abstenção do PCP.

Presidente: Terminámos, assim, estes dois pontos da nossa Agenda. Vamos fazer um intervalo.

Sr. Deputado Bruno Belo, pede a palavra para? Uma declaração de voto? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito brevemente, uma declaração de voto com um sentimento de satisfação e um lamento. Sentimento de satisfação, porque, realmente, foi reconhecido que existe uma insularidade em todos os agentes das forças de segurança que prestam serviço na região; um lamento, porque o Partido Socialista preferiu aprovar uma proposta que não dignifica as forças de segurança, que não é justa, não é equitativa, em troca de uma proposta do PSD, do Bloco de Esquerda, do PP, do PPM e do PCP, que atribuía justiça, equidade, equilíbrio e dignificava as carreiras das forças de segurança, na região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Este é um dia importante, um momento de afirmação da autonomia,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É exatamente isso!

O Orador: ... através de uma proposta que dignifica as forças de segurança do Estado colocadas nos Açores.

O Partido Socialista votou a favor da sua própria proposta,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Era sua!

O Orador: ... porque, como é evidente, considera que esta proposta se fundamenta no fim...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... da discriminação entre funcionários da Administração Central e funcionários da Administração Regional e que também se alicerça em critérios de justiça, de transparência e de equidade.

É com muito orgulho que o PS votou a favor desta proposta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma falta de respeito!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

O Orador: Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é que é uma falta de respeito!

O Orador: Hoje, esta Assembleia, independentemente do facto de não ter aprovado a proposta que o PCP tinha subscrito, a verdade é que a ALRAA acaba por criar ou enviar para a Assembleia da República uma indicação, através de uma anteproposta de lei, reconhecendo uma coisa que deveria ter sido o próprio Estado a reconhecer, há muito tempo. Esta iniciativa deveria ter partido do Estado e não da ALRAA.

Mas também é para isso que nós temos esta competência e, não tendo sido subscrita a proposta do PCP, o PCP não pode deixar de se congratular pelo facto de ter sido criado ou de estar a ser proposta à Assembleia da República a criação de um subsídio de insularidade para as forças de segurança.

O PCP absteve-se nesta proposta do Partido Socialista, porquê? Porque considera que o valor da renumeração complementar ao qual esta iniciativa está indexada é um valor tão baixo que acaba por não ter nenhuma repercussão

relativamente ao chamado subsídio de insularidade. Mas o PCP não vai deixar de lutar para aumentar o valor da remuneração complementar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma intervenção ou uma declaração de voto?

O Orador: E estando o subsídio de insularidade indexado ao valor da remuneração complementar, esse subsídio de insularidade irá subir, certamente, quando for atualizado o valor da remuneração complementar.

Aliás, gostava de lembrar ao Plenário que está a tramitar uma iniciativa do PCP que propõe um aumento do valor base da remuneração complementar de 10%.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretários:

Afirmar a autonomia não pode ser, nem hoje, nem nunca, trocar os interesses e os direitos dos Açores pelas boas relações e pela calma com o Governo da República.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Afirmar a autonomia não pode ser sonegar aos funcionários públicos que prestam o seu empenho e o seu trabalho em favor desta região um direito que lhes assiste e é da total responsabilidade da República. Afirmar a autonomia não pode ser dizer que à Assembleia da República chegará uma anteposta de lei desta Casa quando cinco partidos desta Casa estão fora da causa subscrita pelo Partido Socialista. Porque a autonomia também é feita pelo Partido Social Democrata,...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é uma interpretação sua!

A Oradora: ... pelo PPM, pelo CDS, pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP. E afirmar a autonomia é defender a democracia; ignorar e banir esta verdade é pôr em causa a própria democracia.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Assistimos, hoje, ao nascimento de um novo conceito de socialismo, um conceito de socialismo que exclui 70% e atribui privilégios a 30%.

Deputado José San-Bento (PS): Não é nada disso!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É esse o novo conceito de socialismo aqui apregoado pelo Sr. Deputado José San-Bento e pelos seus deputados, como ele gosta de referir.

Deputado José San-Bento (PS): É pena que o senhor não tenha entrado no debate!

O Orador: Pena é que os senhores não tenham querido e tenham andado a fazer o que fizeram em Comissão, quando os senhores apenas...

Deputado Miguel Costa (PS): Pena é os senhores não terem resolvido isto quando estiveram no Governo da República!

O Orador: Sr. Deputado Miguel, é falta de respeito agora ou não é? Não se pronuncia?

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: Portanto, quando a equidade e quando se vem falar aqui em dupla insularidade, a dupla insularidade? Existe, mas os senhores nunca a conseguiram resolver nos Açores e quando é necessário que se dê um contributo para resolvê-la de fora, o Sr. Deputado José San-Bento argumenta...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor esteve no Governo entre 2011 e 2015, porque não resolveu isso?

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, no âmbito da declaração de voto, não deve interpelar outros colegas.

Deputado José San-Bento (PS): Pode interpelar!

O Orador: A bancada do Partido Socialista...

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Artur Lima possa fazer a sua declaração de voto.

Sr. Deputado.

O Orador: A pobreza de espírito...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, por favor, faça o favor de continuar.

O Orador: ...Sr. Deputado José San-Bento...

Vou iniciar a minha declaração de voto.

A bancada do Partido Socialista inaugurou, hoje,...

Deputado Berto Messias (PS): Porque é que entre 2011 e 2015 não resolveram isto?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores estão no Governo há 20 anos!

O Orador: ... aqui, uma nova forma de socialismo, é que exclui 70% e acham que é equitativa, exclui 70% e acham que é igualdade. Portanto, temos aqui uma subserviência completa e total...

Deputado Berto Messias (PS): Entre 2011 e 2015 excluíram toda a gente!

O Orador: ... ao Governo da República. Não aprovaram a proposta, porque acham que iam onerar o Orçamento de Estado em 500 mil euros. É essa a atitude. Hipoteca-se a autonomia,...

Deputado Berto Messias (PS): Mas estamos à espera que apresente na Assembleia da República!

O Orador: ... hipoteca-se os interesses, hipoteca-se a necessidade de quem serve os Açores a bem do Partido Socialista e a pedido dos camaradas da República.

Por isso, a proposta do Partido Socialista é discriminatória, por isso votamos contra. É uma proposta que atenta contra os direitos, é uma proposta que não corrige, é uma proposta que cria desigualdades e é uma proposta que envergonha este Parlamento e envergonha a autonomia.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(Diálogo entre os Deputados Berto Messias e Artur Lima)

Presidente: Srs. Deputados, apesar de não se terem apercebido, o Sr. Deputado Paulo Estêvão irá usar da palavra para fazer a sua declaração de voto.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente,...

Presidente: Srs. Deputados!

(Diálogo inaudível)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, pode começar.

O Orador: Sra. Presidente, em democracia temos que ter a capacidade de ouvir.

Sr. Deputado Berto Messias, faço-lhe um apelo direto para me deixar fazer a minha intervenção. Está a interromper constantemente, portanto, eu peço-lhe, para poder concluir, com educação. Está bem? Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado José San-Bento (PS): São apartes!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor está farto de fazer apartes!

O Orador: Sim, são apartes, mas são continuados e impedem a intervenção do interlocutor.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, por favor, não entre em diálogo! Faça o favor de continuar!

O Orador: Portanto, aqui temos, evidentemente, todos que nos comportar com civilidade. Portanto, da minha parte, que tenho cometido excessos, estou agora a pedir-vos para que me deixem fazer a minha intervenção nesta matéria.

A questão aqui é essencialmente a seguinte. Eu votei contra esta iniciativa, que foi agora votada, do Partido Socialista, porque não resolve o problema. De

facto, mantém desigualdades gritantes em relação a outros funcionários do Estado, como, por exemplo, em relação aos funcionários do SEF, em relação aos juízes, em relação aos funcionários das finanças e muitos outros funcionários do Estado. Portanto, mantém uma desigualdade enorme. Depois, tal como está escalonada, esta proposta deixa 70% dos elementos das forças de segurança de fora. Portanto, nesse sentido, estamos todos a perceber que mantem essencialmente a injustiça, não resolve o problema e, mais do que isso, e isto, para mim, é que é absolutamente fundamental e que é muito negativo: há aqui uma minorização das forças de segurança, nesta proposta, como se os homens das forças de segurança ficassem contentes com migalhas, com 20 ou 30 euros, sabendo perfeitamente que este tipo de propostas minoriza estes funcionários.

É evidente que a resposta deles será de se considerarem desconsiderados com esta proposta, vão considerar-se minorizados, porque eles sabem que exercem uma função importante para a sociedade, uma função que a sociedade reconhece e valoriza e uma função que não merece ser diferenciada em relação aos outros funcionários do Estado.

Portanto, não há nenhuma correção, nenhuma injustiça, pelo contrário, há uma minorização destes homens. E por isso, neste sentido, isto é uma luta que não termina aqui. É preciso reiterar, é preciso que, de facto, se dê a estes homens um estatuto como aqui, há pouco, foi referenciado, um estatuto igualitário, e a igualdade é absolutamente fundamental quando falamos de sistemas democráticos. Não existe democracia se não existir igualdade, se não existir justiça. E nesta proposta do Partido Socialista não se faz justiça a tantos e tantos homens e mulheres que participam, que trabalham nas forças de segurança pública, na RAA, e que garantem o bem-estar das pessoas, garantem a sua segurança e garantem que aqui se possa trabalhar em segurança na nossa sociedade. E isto é uma função absolutamente fundamental que deve ser valorizada e esta proposta não a valoriza.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então fazer um breve intervalo. Regressamos às 18h10m.

Eram 17 horas e 49 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar na nossa Agenda.

Eram 18 horas e 24 minutos.

Entramos agora no ponto 10: Projeto de Resolução n.º 142/X – “Requalificação do Porto Novo”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O projeto de resolução que agora apresento diz respeito à requalificação do Porto Novo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que está o Secretário das infraestruturas?

O Orador: Em primeiro lugar, deixem-me aqui fazer uma precisão. Eu sei que, na altura em que apresentei este projeto de resolução, a primeira reação...

Sra. Presidente,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É Presidente ou Presidenta?

O Orador: ... eu pedia-lhe alguma... Para se criar um ambiente para ser possível apresentar, a partir desta hora, eu já estou muito cansado, confesso,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tão sensível que estamos hoje!

O Orador: ... e com este barulho todo é impossível.

Bom, vamos recomeçar.

A questão é a seguinte.

Deputado José Ávila (PS): O Sr. Deputado então compreende-me!

O Orador: O projeto de resolução do PPM diz respeito à requalificação do Porto Novo.

Eu sei que, quando chegou à Comissão, toda a gente começou a dizer, “Bom, o Paulo Estêvão quer um porto novo para o Corvo,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é um porto novo para o Corvo!

O Orador: ... já não lhe chega o Porto da Casa, agora também quer um porto novo”. Não é nada disso. O porto chama-se Porto Novo, mas é velho.

Deputado André Bradford (PS): Não é velho!

O Orador: Chama-se Porto Novo, mas é velho. Portanto, não temos que confundir aqui as questões.

Eu apresentei a requalificação do Porto Novo com três argumentos. O primeiro tem a ver com uma situação conjuntural, e a situação conjuntural, os senhores podem verificar através desta fotografia, que foi tirada ontem.

(Neste momento, o Orador mostra uma fotografia à Câmara)

Esta fotografia...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... demonstra...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Está ao contrário!

O Orador: ... que a requalificação do Porto da Casa já começou. É uma obra de enorme dimensão, que irá acrescentar, no Porto da Casa, cerca de 40 metros ao cais e que criará outras condições de operacionalidade. Está previsto que envolva 50 a 60 trabalhadores e é uma obra absolutamente fundamental para o desenvolvimento da ilha do Corvo.

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Quem é que está a fazer?

O Orador: Não é muito importante saber quem é que a propôs,...

Deputado Francisco César (PS): É importante referir quem é que fez!

O Orador: ... mas, já que os senhores pedem, eu digo-vos, foi o PPM que propôs, neste Parlamento, apresentou este projeto de resolução, que foi aprovado, e muito bem, e o mérito é, portanto, de todas as forças políticas que votaram favoravelmente, votaram este projeto de resolução do PPM para a requalificação e o Governo, e muito bem, está a executar.

Portanto, há um conjunto de meios, em relação ao Porto da Casa, que estão, neste momento, instalados na ilha do Corvo e que estão a permitir que esta obra, que é uma obra muito significativa, esteja a ser concretizada.

Nesse sentido, o sentimento das pessoas no Corvo é que se deveria aproveitar a existência e a permanência, agora, durante algum tempo, de um conjunto de meios muito significativos no Corvo e um conjunto de mão-de-obra também especializada para realizar uma obra de muito menor dimensão no Porto Novo. Portanto, isto significa aproveitar os meios que, neste momento, do ponto de vista conjuntural, lá estão, porque a despesa de uma obra no Corvo, como todos sabem, e os Membros do Governo têm essa experiência, fica sempre muito mais cara, exatamente devido à ultraperiferia da ilha do Corvo. Portanto, é muito mais difícil mobilizar os meios para a ilha do Corvo. Portanto, aproveitar esta situação conjuntural.

Em segundo lugar, aproveitar aquela que também foi uma aposta do Governo Regional, em 2008,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade!

O Orador: ... e que estava no Plano de Ordenamento, no POOC do Corvo de 2008. E o que estabelecia é que existem no Corvo três zonas balneares. Atenção, não fui eu que as criei! Foi o Governo Regional que as criou!

Deputado André Bradford (PS): Vá lá!

Deputado Francisco César (PS): Mas foi o senhor que provavelmente as sugeriu!

O Orador: Foi o Governo Regional que assim as classificou. E devo dizer que para o PPM, neste momento, a nossa perspetiva é, tendo em conta o aumento do

fluxo turístico para os Açores e do fluxo turístico para a ilha do Corvo, também consideramos que a requalificação das nossas zonas balneares, tal como estava prevista num instrumento normativo do Governo, deve ser implementada tendo em conta também esta conjuntura e aproveitar este aumento do fluxo turístico, que espero que continue a incrementar-se.

Portanto, esta é a segunda motivação, o segundo argumento.

O terceiro argumento tem a ver também com algo que tem vindo aqui, reiteradamente, nesta Assembleia, ao longo destes anos, a ser implementado nas diversas ilhas dos Açores, que é, realmente, aproveitar, recuperar o património baleeiro, nas diversas ilhas. Isso tem vindo a ser feito, nomeadamente, por exemplo, agora mais recentemente, na ilha de São Miguel. Nós também temos um património baleeiro, que tem a ver, sobretudo, com a experiência histórica do Porto Novo, também chamado Porto da Baleação, portanto, nós consideramos que também essa vertente, do ponto de vista cultural, da recuperação do património, nós a deveríamos considerar neste conjunto dos argumentos. Portanto, são três argumentos desta índole.

Bem, a questão foi apresentada no âmbito da Comissão e o que me disse o Sr. Secretário, a mim e a todos os membros da Comissão, foi que já tinham pensado nisso. Como? Não existia nenhum comunicado, nenhuma intenção, nenhuma comunicação de nenhuma intenção, do ponto de vista prévio, não havia nenhum conhecimento deste tipo, na ilha do Corvo, eu, desconfiado em relação a este tipo de informações,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E bem!

Orador: ... solicitei, através de um requerimento, ao Governo Regional, que me remetesse o conjunto de documentação já criada por parte do Governo Regional em relação a esta matéria. E o que me respondeu o Governo, através de um requerimento, foi o seguinte: “Em relação ao pedido referido no ponto 2...” e o ponto era cópia dos ofícios trocados entre a Administração Regional, o Governo Regional e a Câmara Municipal do Corvo a propósito da

requalificação do Porto Novo, isto tendo em conta o que foi afirmado pelo Secretário Fausto Brito e Abreu, na reunião da CAPAT, acima referenciada, cópia de todos os documentos, mesmo que provisórios, que desenham e descrevem a intervenção já projetada no Porto Novo... A partir do momento que me disseram que isto já estava planeado, perguntei, e a resposta é esta: “Em relação ao pedido referido no ponto 2, informa-se que todos os contactos entre a Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, através da Direção Regional dos Assuntos do Mar, têm vindo a ser efetuados pessoalmente...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... ou por via do telefone. Informa-se que a reunião presencial entre o Presidente da Câmara Municipal e o Diretor Regional dos Assuntos do Mar aconteceu no dia 5 de janeiro de 2016...”, blá, blá, blá, blá.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em Ponta Delgada!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Blá-blá-blá! Etc.! Etc.! Etc.!

Deputada Zuraida Soares (BE): Blá blá blá!?

O Orador: Sim, outros assuntos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Etc., etc., etc. ...

O Orador: Etc., etc., etc., etc..

A questão é esta, ou seja, não existe nenhum documento escrito, nenhum projeto, nenhum desenho, nada que comprove que, de facto, o Governo Regional tinha alguma coisa decidida em relação ao Porto Novo, a não ser umas conversas pessoais e uns telefonemas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto agora é assim!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Agora é assim!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Infelizmente, é assim!

O Orador: Meus senhores, isto não é assim.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, agora é assim!

O Orador: Isto não é forma, isto não é assim!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O problema é que é! O problema é que é assim!

O Orador: Porque, vamos ver, então, como é que se tratam destes assuntos? Eu já estou a ver. Telefona ao Secretário, o Presidente da Câmara, “Temos aqui um projeto bom para desenvolver”, “Aonde?”, “No Porto Novo”, “Está certo! Avança!”. Então, e a documentação que mostra a racionalidade daquilo? E os planos? E a descrição de como é que vamos fazer a intervenção? Quanto é que vai custar, já agora? Também é uma preocupação legítima. É que isto não pode ser assim. Então, decidiu-se, “Não, não, tal! Tivemos uns telefonemas, decidiu-se, avance!”. O que é isto? Isto não pode ser assim. Quer dizer, eu achei que não.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a democracia musculada!

O Orador: Portanto, na verdade, eu acho que há um momento de decisão. Há um momento de decisão, de interesse em relação a este assunto,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): E há um momento prévio à decisão!

O Orador: ... há um momento em que o PPM apresenta esta iniciativa, há um problema e não se decide que se vai fazer uma intervenção sem nenhum suporte documental, com um telefonema e uma conversa. Isto não se decide assim.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas há um deputado desta Casa que decide assim!

O Orador: Eu não sei como é que decidem... Eu sei como é que decidiam estas coisas no século XIII e no século XIV, mas isto! Eu não acredito...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eram sinais de fogo!

O Orador: Por telefone não era, de certeza absoluta. Tinham que ser conversas e a carta demorava muito tempo a chegar. Mas não acredito que isto funcione assim.

Portanto, meus senhores, o mérito da iniciativa é evidente, não é a mim, é da população que a defende, há muito, a racionalidade da medida é também evidente e o Governo Regional aqui não pode querer estar à frente, porque não está, há um documento escrito, um único documento escrito e esse documento é do PPM e depois, tudo o resto, em relação à iniciativa do Governo, é a seguir. Portanto, se os senhores estão de acordo, se o Partido Socialista está de acordo, faça o favor de votar favoravelmente esta iniciativa e assim servir o interesse público, na ilha do Corvo, ou seja, servir o interesse público nos Açores e em Portugal.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso mesmo! O senhor está a esquecer-se que a palavra vale mais do que uma escritura!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa que o PPM, hoje, aqui, nos traz prende-se com o facto da zona balnear do Porto Novo ou da Baleação ter sido classificada pelo POOC, que é o Plano de Ordenamento da Orla Costeira, como uma zona do tipo 1, e as zonas balneares do tipo 1 têm que estar dotadas de uma série de equipamentos e infraestruturas que, claramente, esta zona balnear do Corvo não tem.

O Sr. Secretário, aquando da audição da Comissão, começa por dizer que não se justifica esta zona balnear continuar a ser do tipo 1, porque não tem adesão, porque não é frequentada e, portanto, que passaria para tipo 3.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso! Passava por cima do 2, logo para 3!

A Oradora: E mais! Que, se fosse fazer estas intervenções todas para dotar esta zona balnear com estas infraestruturas, ia descaraterizar aquela zona balnear. A pergunta que se impõe é que, no entendimento do Governo, o que é que se alterou desde 2008 para 2016?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Na altura, achava que devia ser tipo 1, que deveria ter estas infraestruturas todas e, em 2016, já não tem esse entendimento. Eu explico-lhe por quê. É que, em 2008, aquilo que o Governo estava a fazer era a regulamentar o POOC, mais um dos planos que este Governo apresenta com pompa e circunstância...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): A senhora é contra a existência de POOC! Vou tomar nota!

A Oradora: ... e que sistematicamente se esquece de implementar, que é o que a oposição sistematicamente critica aos planos deste Governo, que são planos muito bem-feitos, mas que depois não são implementados.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): A senhora não tem noção do que é um Plano!

A Oradora: E a prova de que não são implementados é que, passados oito anos, esta zona balnear continua sem ter as infraestruturas que uma infraestrutura do tipo 1 deveria ter. Mais! Mais uma prova de que este plano não foi implementado é que o POOC devia ser sujeito a ações de avaliação bianual, foram perguntados pelos relatórios destas avaliações, na altura, em sede de Comissão, o Sr. Secretário disse que não sabia se existem, mas que ia averiguar.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isso!

A Oradora: Depois, o PPM faz um requerimento ao Sr. Secretário, na resposta ao requerimento não vêm os relatórios, porque esses relatórios, claramente, não existem, porque estas ações de avaliação bianuais para verificar da eficácia do plano não existem. E não existindo, Sr. Secretário, lamento informar-lhe, mas não vai poder fazer a reclassificação de uma zona do tipo 1 para uma zona do tipo 3, porque o artigo 50.º do POOC diz claramente que, para fazer esta reclassificação, para fazer uma avaliação, uma reavaliação, isso teria que ser feito com base nestes relatórios da avaliação bianual, que não foram feitos.

Em último recurso, o Sr. Secretário diz, “Ah, mas de qualquer maneira, de acordo com o DLR que regulamenta as zonas balneares, teria que ter sido feita, durante os últimos cinco anos, uma consulta pública, que não foi feita, nesta zona balnear do Corvo. Portanto, esta zona balnear já deveria até estar extinta”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Autoextingue-se!

A Oradora: Eu devo lembrar-lhe, Sr. Secretário, que a identificação anual das águas balneares é da responsabilidade do Governo e, portanto, se não foi feita, é da sua responsabilidade. Mais! Pergunto-lhe: como é que o senhor pode reclassificar uma zona balnear do tipo 1 para o tipo 3 uma zona balnear que, na sua opinião, já nem sequer existe?

Muito obrigada.

Deputado Luís Garcia (PSD): Grande caldeirada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Eu relação ao projeto de resolução que estamos aqui a debater, é necessário salientar que a identificar-se o Porto Novo, o porto mais antigo da ilha, como zona balnear (embora se chame Novo, mas é o porto mais antigo da ilha) de tipologia 1, teria que estar verificada uma diversidade de requisitos, como a Sra. Deputada já disse.

Referimos a água potável, saneamento básico, balneários, abastecimento de energia elétrica, entre outros, e, ademais, seria necessária a construção de infraestruturas e instalações próprias neste local.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por que é que não fizeram?

O Orador: Apesar desta zona estar, efetivamente, identificada com esta tipologia, a legislação aplicável refere que esta zona seria extinta se não fosse classificada...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Também já disse isso!

O Orador: ... como zona balnear de tipo 1 durante 5 anos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu já disse isso!

O Orador: Todos os corvinos sabem que não há registos de este porto, algum dia, ter sido utilizado como zona balnear.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Pois não tem infraestruturas!

O Orador: Com esta iniciativa do PPM estaria implicada a construção de infraestruturas que alterariam por completo toda aquela zona, que se pretende que seja o mais intocável possível, em termos ambientais e mesmo históricos.

Esta é uma pretensão dos corvinos, corroborada por muitos deles, que me transmitiram a sua opinião...

Deputada Cecília Pavão (PS): Muito bem!

O Orador: ... sobre a realização dessa transfiguração do espaço que pretende a iniciativa do PPM.

No entanto, numa coisa estamos de acordo. Quer o Sr. Deputado do PPM, quer o Grupo Parlamentar do PS, quer os próprios corvinos, quer o Governo Regional concordam que é necessário requalificar aquela zona.

Como diz o parecer da Câmara Municipal do Corvo, pedido pela CAPAT, existe uma pretensão da autarquia, em parceria com o Governo Regional, de requalificar toda a zona envolvente aos moinhos. Aliás, esta pretensão faz parte do manifesto eleitoral dos autarcas eleitos, datado de 2013.

No mesmo parecer, aquela autarquia informou que já está em curso a elaboração de um projeto de execução da requalificação de toda aquela zona, a qual engloba o Porto Novo.

Existe já também um anteprojecto elaborado pela autarquia, que foi enviado para análise e aprovação da Direção Regional dos Assuntos do Mar. Este anteprojecto engloba a requalificação de toda a zona envolvente aos moinhos, com especial atenção à segurança e acessos ao Porto Novo e à recuperação deste porto.

Em relação a zonas balneares, o Corvo, para além da zona do Boqueirão, bastante utilizada, no verão, pelos corvinos e turistas, dispõe da zona da Areia,

com excelentes condições, munida de todas as infraestruturas necessárias, sendo também uma zona considerada de excelência por muitos.

Deste modo, e apesar de concordarmos que é necessário a requalificação do espaço, consideramos que o presente projeto de resolução é extemporâneo, uma vez que esta pretensão já existia, quer pela Câmara Municipal, quer pelo próprio Governo Regional, e já se encontra mesmo em curso, pelo que o Grupo Parlamentar votará contra a iniciativa.

Para terminar, ainda bem que o Sr. Deputado do PPM fez referência ao começo da obra do Porto da Casa, e até mostrou a foto da chegada da plataforma, e com isto, mais uma vez, provou que o Governo Regional está a cumprir aquilo que prometeu no manifesto eleitoral de 2012, uma obra avaliada em mais de 10 milhões de euros.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Iasalde, vamos lá a ver se nos entendemos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nunes!

O Orador: Sr. Deputado Iasalde Nunes.

Quem é que fez o Plano de Ordenamento da Orla Costeira da ilha do Corvo? Quem foi? Fui eu. Quem é que presidia o Governo? Eu acabei de fazer aqui uma crítica, é algo grave, ao Sr. ex-Presidente do Governo Regional, Carlos César. Não é bom fazer críticas ao Sr. ex-Presidente, para quem está no Partido Socialista. Oiça, isso é uma insensatez.

O que eu lhe quero dizer é o seguinte. O senhor está a criticar quem? Não está a criticar-me a mim. Mas quem é que classifica como zona balnear? O que o senhor acabou de dizer é: “Isso foi (vou utilizar uma linguagem, um

vocabulário parlamentar, porque a palavra que me lembrei foi uma estupidez, mas isso não é aceitável) um erro! Isso foi um erro, diz o senhor. Isso é lamentável! Alguma vez aquilo foi uma zona balnear ou podia ser uma zona balnear?”, diz o senhor. Mas fui eu que fiz isto? Então, mas isto é do Governo! Foi o Governo do Partido Socialista que fez isto. O senhor está a criticar quem? Está a criticar-me a mim? Não fui eu. Eu não estava no Governo, na altura. Nem na altura, nem agora! Nem no futuro! Mas a questão é esta. Portanto, não fui eu que fiz. Portanto, esse argumento em relação à crítica, que isto foi um erro enorme, ter-se criado a zona balnear, então, os técnicos... E depois diz, segundo ponto, escrevi aqui: “Temos que manter a zona intocada”. Eu tenho ali uma fotografia, daqui a bocadinho, vou buscar aquela fotografia que mostra como a zona está intocada! Só tem a maior casa do Corvo, uma casa de enorme dimensão, que tapa completamente o porto. E eu digo assim, “Uma casa, um sítio intocado?”. Um sítio intocado, aquilo? Quer dizer, todo o porto está obstruído por uma mansão de enormes dimensões. Quem é que autorizou? É que, de acordo com o POOC, isto não podia ter sido construído; aquela casa não pode existir na orla costeira. Quem é que autorizou? Está intocada? Não, não está intocada, foi construída uma casa de enorme dimensão. Agora, a questão é a seguinte. Não é muito utilizada. Eu penso que o que se pretende é que não seja muito utilizada,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O porto ou a zona?

O Orador: ... o porto não deve ser muito utilizado; aquilo é mais uma praia privativa. Mas eu lembro-lhe, aquilo é mais uma praia privativa, que é o que se pretende ali, mas o que defendo é que a zona balnear seja de todos, de todo o povo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por isso é que os senhores não querem!

O Orador: ... de toda a gente, com acesso de toda a gente.

Portanto, intocada, Sr. Deputado, sabe que não está. Eu já pedi aqui ao meu secretário para mostrar a fotografia, para mostrar até que ponto é que não está intocada. Portanto, esse argumento é falso também.

A segunda questão. É extemporâneo, porque o projeto estava feito. Então, agora vamos às provas. Vamos ter que voltar, outra vez, àquela conversa do telefone e das reuniões presenciais. Sabe uma coisa? É a vantagem de fazer muitos requerimentos, porque tem aqui um requerimento, de fevereiro, que também pergunta outra coisa. Diz assim, 4 de fevereiro de 2016, veja bem. Eu peço cópia de todos os documentos, mesmo que provisórios, que desenham e descrevam a intervenção já projetada para o Porto Novo (porque eu já sabia qual era o seu argumento e preparei isto com cinco meses de antecedência, é a vantagem de estar aqui há oito anos). Portanto, a questão que lhe quero dizer é a seguinte. Sabe qual é a resposta do Governo? Não existe! Portanto, ainda não existe nenhum documento. Então, o que é que é extemporâneo? Extemporâneo são as suas afirmações, agora, a dizer que já existem documentos, que já estavam projetados documentos, que já estava tudo construído, quando a verdade é que é o próprio Governo Regional a desmentir V. Ex.^a, porque o Governo Regional diz que não tem documento nenhum; que não existe, nesta data, nenhum documento. Portanto, o Sr. Deputado está a faltar à verdade, porque, veja bem. Isto entrou quando? No dia 17 de novembro de 2015, Sr. Deputado, a minha iniciativa entrou em novembro; em novembro, existia algum plano de intervenção? Não. E em fevereiro de 2016, existia algum plano? Não. E o senhor diz-me assim: “Não é extemporâneo, porque nós já temos os documentos”. Então, o que é isto? Mas que argumento é este? Não é possível. Extemporâneo é uma coisa que surge fora de tempo, quando tudo já está feito e não existia nada à data. Portanto, veja bem no dicionário o que é que significa a palavra extemporâneo, porque é algo que o senhor não pode aplicar aqui, neste momento. O significado não se adequa, da palavra extemporâneo.

O que lhe quero dizer, Sr. Deputado, é o seguinte. Esta obra é uma obra absolutamente fundamental. Aquela que foi a visão do Governo, do Governo de Carlos César, dos Governos presididos por Carlos César em relação à ambição de criar três zonas balneares, que, na altura, não tinham essas condições, mas criar estas três zonas balneares, pensando num crescimento turístico, pensando, como eles próprios dizem, todas as infraestruturas, está aqui no POOC, têm de ser dimensionadas à escala existente no Corvo em relação à preservação ambiental também. Está aqui esse cuidado. Portanto, não está previsto, em relação à construção de zonas balneares e de zonas de apoio, nada de megalómano. Não quero dizer que o Partido Socialista fez isso, que o Governo Socialista pensou em construir infraestruturas desproporcionadas; o Governo Socialista não fez isso; o Governo Socialista constrói aqui um limite, o limite tem que respeitar, tem que preservar o contexto ambiental. Esse limite já está feito. Portanto, Sr. Deputado, quando o senhor diz que vai descaracterizar, vai como, se os limites são definidos pelo próprio Governo Regional? Não vai, Sr. Deputado, a menos que o senhor me diga que o Governo agia de má-fé e queria construir coisas megalómanas e desproporcionadas. Não queria, porque o próprio documento circunscreve essas razões.

Portanto, o Sr. Deputado, o conjunto de argumentos que apresentou são argumentos que não servem,...

Deputado Iasalde Nunes (PS): Para si!

O Orador: ... ou são falsos, Sr. Deputado. E a questão é esta. Evidentemente, esta obra é uma obra que faz falta à ilha do Corvo e, mais do que isso, a verdade é esta, o Governo Regional até considera que é necessária. Então, qual é a discordância, aqui, nesta matéria? Qual é a discordância, nesta matéria, então? É o que eu pergunto. A discordância é, mais uma vez, eleitoralismo.

Eu preocupei-me com esta questão, em novembro, fiz entrar esta proposta, acompanhei com vários requerimentos, acompanhei com vários pedidos de informação e o senhor, em relação a esta matéria, sabe perfeitamente que a

informação que foi recolhida apontava no sentido de fazer uma obra de pequena dimensão, aproveitando os meios que lá se encontram instalados. O Sr. Secretário acabou de dizer, “Concordo que se faça”; então, qual é a discordância? Então, por que é que vão votar contra? Qual é a discordância entre o projeto de resolução do PPM e aquilo que o Governo pretende fazer? Qual é a discordância, Sr. Deputado?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

Peço desculpa. Era o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Uma questão muito rápida. Em 2008, foi classificada a zona balnear como zona tipo 1.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que é uma zona tipo 1?

O Orador: Sr. Secretário, eu não sei se o senhor sabe, porque, na altura, não fazia parte, ainda antes de V. Ex.^a tomar posse, como é óbvio, mas foi ou não foi assumido o compromisso perante os açorianos do Corvo para requalificar a zona balnear em tipo 1? Sim ou não?

Segunda questão. De 2008 até agora, o que é que se alterou? Quais foram os factos que se alteraram para dar origem àquilo que, hoje, se está aqui a discutir e alterar a tipologia da zona balnear?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem mais inscrições.

(Pausa)

Deputado André Bradford (PS): Os senhores não concorreram ao Corvo!

Presidente: Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Fausto Brito e Abreu*):

Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Começando por aquilo em que concordamos, Sr. Deputado Paulo Estêvão, estamos de acordo que vale a pena requalificar a zona do Porto Novo, estamos de acordo que aproveitar os meios disponíveis na ilha do Corvo a propósito da obra do Porto da Casa é uma boa ideia e valorizamos aquela zona como parte do património cultural baleeiro de Vila do Corvo. Qual é o ponto de discórdia? Por que é que é extemporânea a proposta do Sr. Deputado, nesta fase? Eu achei divertida a explicação que faz de ser tudo feito pelo telefone. Como sabe, o Governo teve, na sua visita estatutária, em que o Sr. Deputado esteve presente, no dia 7 de abril, um Conselho de Governo, no Corvo, em que anunciou precisamente que vai avançar com esta obra. Portanto, neste momento, fazer uma recomendação à Assembleia Regional, fazer uma recomendação ao Governo Regional para fazer algo que está publicado em comunicado em Conselho de Governo, em abril passado, agora em junho de 2016, parece-me absolutamente óbvio por que é que é extemporânea a proposta, nesta altura.

E o Conselho de Governo diz, cito, “Lançar o procedimento para a contratação da empreitada de reabilitação do Porto Novo e zona envolvente,...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Acabou de dizer que não se fazia! Os senhores não falam uns com os outros!

O Orador: ... a realizar em parceria com a Câmara Municipal do Corvo”. O Sr. Deputado tem uma carta da Câmara Municipal do Corvo a informá-lo que, desde quase há um ano, julho de 2015, estão a decorrer conversações entre a Direção Regional dos Assuntos do Mar e a Câmara Municipal do Corvo. Portanto, se não leu o comunicado do Conselho de Governo da visita estatutária em que esteve presente no Conselho de Ilha, lamento, mas não percebo a surpresa que lhe causa agora ser considerada pelo Governo extemporânea uma recomendação que faz aquilo que o Governo já anunciou que ia fazer.

Voltemos atrás...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas o PS diz que não quer!

O Orador: Não, o que não quer é aprovar uma recomendação redundante.

Segundo aspeto. Aqui há uma grande confusão entre o que faz um plano de ordenamento e o que são promessas eleitorais. Eu desconheço as promessas eleitorais dos anos de 2008,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Rejeita o passado, é?

O Orador: ... não estava envolvido na política regional, na altura, mas participei, ao longo de outra encarnação profissional que tive, na elaboração de vários planos de ordenamento.

Deputado Bruno Belo (PSD): É uma salvaguarda!

O Orador: Um plano de ordenamento não é um programa eleitoral, é uma identificação de uma área de potencial para uma determinada atividade, que se prevê, no futuro, possa vir a ter esse desenvolvimento. Se nós pusermos num plano de ordenamento uma zona de produção aquícola, porque aquela zona tem potencial para isso, e oito anos depois não estiver lá nenhuma instalação de aquicultura naquele local, o Governo Regional não é responsável porque prometeu fazer aquicultura e não ter lá nada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, não? Somos nós!

O Orador: Não! Um ordenamento do território é assim que se faz. Desculpe, se não sabe o que é um plano de ordenamento, recomendo que aprenda. Mas toda a confusão que é feita aqui, especialmente pela Sra. Deputada Graça Silveira, não tem claro o que é que é o ordenamento do território.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores não investiram lá! Não cumpriram a promessa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: O ordenamento do território não garante absolutamente nada de que vai ser feito isto ou aquilo. Identifica a vocação de uma área para um determinado tipo de atividade.

Dá-se o caso que, depois do Plano de Ordenamento, foi aprovado por esta Assembleia um DLR que regulamente e gere, portanto, é um regime jurídico para a gestão das zonas balneares. E este DLR tem uma cláusula de extinção automática, que me parece avisada, faz sentido zonas que não são identificadas, que não têm relevância, independentemente de terem sido criadas por portaria, por planos de ordenamento, seja por que razões, até podia ser por falta de investimento, não acredito que seja o caso aqui, mas imagine que era, por razões objetivas, é extinta se não tiver sido identificada.

Primeira falácia grave na intervenção da Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Falta de vontade política!

O Orador: Não é responsabilidade do Governo Regional identificar, ou melhor dizendo, a iniciativa não parte do Governo Regional. Portanto, há um procedimento que parte por proposta...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Vou ter a deselegância de lhe ler o artigo!

O Orador: Não, mas desculpe, não é! Parte das entidades gestoras fazerem uma proposta. Aliás, há um calendário, que lhe posso dar, se tiver interesse, com todo o nível de detalhe. Portanto, no mês de novembro de cada ano, as entidades gestoras fazem, preparam uma proposta de identificação de zonas balneares, as que consideram relevantes. Depois, abre-se um processo de consulta pública, tipicamente entre 15 de dezembro e 31 de janeiro.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Leia o artigo 23.º, porque, se não ler, eu vou ler-lho!

O Orador: Até aqui, o Governo não participou em nada. Oh, Sr. Deputado, aproveite para se informar, assim pode fazer críticas mais avisadas.

(Aparte inaudível)

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Em sumário, há um processo de consulta pública em que qualquer cidadão pode opinar, qualquer entidade, e dizer, “Os senhores esqueceram-se aqui do Porto Novo, que é muito importante”.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ao contrário da Sra. Deputada Zuraida Soares, não preciso que o Sr. Secretário venha de anexo!

Deputada Zuraida Soares (BE): Atrelado!

O Orador: Portanto, em qualquer altura, nos últimos cinco anos, esta proposta podia ter sido feita. E, depois, cabe ao Governo olhar para estas propostas, a Direção Regional dos Assuntos do Mar identifica as áreas e, depois, tem a responsabilidade, naquelas onde estão identificadas, de fazer testes de qualidade da água.

Dá-se o caso que a Direção Regional dos Assuntos do Mar faz testes de qualidade da água em mais sítios para além daqueles que estão identificados e, portanto, muitas áreas que tenham sido ou extintas automaticamente ou que se venha a achar que no futuro têm potencial, podem ser ou repriminadas, no caso das que foram extintas automaticamente, ou classificadas de novo, porque a Direção Regional dos Assuntos do Mar tem dados para poder justificar os últimos... [*impercetível*].

Portanto, a acusação de que o Governo Regional é que é responsável por não ter identificado a água balnear do Porto Novo é completamente descabida.

Depois, eu não sei bem como responder à aparente crítica do PPM de que a iniciativa ou o mérito... Aqui estamos todos de acordo, mas o PPM parece que estimulou o Governo, com os seus requerimentos, a fazer algo que não teria feito e inventamos uns telefonemas que não existiram. Não sei se é o espírito da crítica que está a ser feito, mas, como sabe, desde julho de 2015, há conversações da Câmara com a Direção Regional dos Assuntos do Mar para fazer esta obra. A obra. Aliás, integra-se numa obra de requalificação mais vasta, que inclui a Casa do Bote, que já está concluída, a reabilitação da Zona dos Moinhos, e o que ficou combinado, e ficam os Srs. Deputados a saber

também, foi que o Governo pagaria a requalificação do porto, propriamente dita, sendo o resto da área envolvente responsabilidade da Câmara Municipal, com mais um detalhe, a Câmara Municipal será responsável pelo projeto. Já fez o estudo prévio, já o enviou à Direção Regional dos Assuntos do Mar, a 7 de junho, recebeu, esta semana, parecer favorável e está a avançar com o projeto de execução.

Prevê-se, aproveitando os meios disponíveis na ilha (estamos de acordo, como já disse), que a obra arranque no segundo semestre deste ano. O valor da obra exato ainda não o sei, mas estará, julgo eu, confortavelmente, dentro da barreira do ajuste direto, dos 150 mil euros.

Portanto, como vê o Sr. Deputado, há muito mais aqui do que apenas telefonemas, há um comunicado do Conselho de Governo e há um projeto que já está numa fase avançada de elaboração.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está a brincar comigo! Um comunicado do Conselho de Governo?

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, não sei como é que não podem considerar extemporânea uma recomendação ao Governo Regional para fazer aquilo que está a ser feito.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou refugiar-me aqui de uma tábua cronológica, em relação à questão da extemporaneidade. Vamos lá a ver se a gente se entende.

Sr. Secretário, o meu projeto entra em 17 de novembro de 2015, é o primeiro. Então, como é que a primeira iniciativa pode ser extemporânea? O senhor diz assim: “Depois, temos uma reunião a 5 de janeiro de 2016”. É depois do projeto! Vamos continuar a seguir o desenho.

Em abril, o senhor diz assim: “Comunicado do Governo, em abril de 2016”. Abril de 2016? É depois de 17 de novembro de 2015. Oh, Sr. Secretário, isto é uma tábua cronológica. E o meu é que é extemporâneo? Então, o meu é o primeiro, o seu é o último e eu é que sou extemporâneo? Oh, Sr. Secretário!

Eu penso que, em relação à tábua cronológica, ficamos aqui resolvidos. Não me fale mais nisso, por amor de Deus.

A questão agora é o seguinte.

Não são só telefonemas. Então, eu peço, a 4 de fevereiro de 2016 (veja bem), cópia de todos os documentos, mesmo que provisórios, que desenham e que descrevem a intervenção já projetada. Porque o que diz é, “Telefonámos e decidimos avançar com a obra”. E eu digo, “É pá! Isto deve haver qualquer coisa no meio, quanto é que custa, como é que vamos fazer, isto tem que se inscrever no POOC”, é verdade, tem que se inscrever no POOC, o POOC está lá, diz que não se podem fazer alterações, tem que se inscrever. Eu peço também, veja bem como eu sou previdente, também faço essa pergunta, “Cópia dos documentos referentes à monitorização e avaliação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, no âmbito dos quais, certamente, se fundamente a referida intervenção”. Eu peço o que é que foi feito em relação ao POOC, faço-lhe essa pergunta. O que é que o senhor responde? Não temos nada disso, temos é uns telefonemas. O que é isto? Quer dizer, eu não... E o senhor diz que é extemporâneo? O meu projeto é que é extemporâneo? Não! Extemporâneo, Sr. Secretário, é a forma como está a agir aqui, neste Parlamento.

É evidente que nós apresentamos um projeto a este Parlamento, recomendado ao Governo para fazer isto, o Governo começa a fazer logo, antes disto vir aqui a ser votado, o Governo começa logo a fazer. Pronto, até agradeço, agradeço a forma como estão já a fazer uma coisa que ainda não foi votada. E agora o senhor acha que com esse procedimento, com certeza, de trabalhar depressa, de ter tudo feito, portanto, eu recomendo uma coisa que os senhores já estão quase a fazer, melhor ainda, mais contente fico e os corvinos também e os açorianos

também. Até acho que é eficácia. Podemos, neste caso, falar de eficácia na execução de uma recomendação que quando é votada está quase, quase a ser feita. Mas, meus senhores, é evidente que esta recomendação é tudo menos extemporânea, como aqui ficou demonstrado em relação às datas que lhe apresentei e, Sr. Secretário, tenha a bondade de ler, por fim, aquilo que é a recomendação. Veja bem. A parte deliberativa, e acabo já com esta intervenção. “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que realize os procedimentos necessários para que as obras de requalificação do Porto Novo, na ilha do Corvo, se iniciem ainda no decorrer da atual legislatura.”

Diga-me uma coisa, qual é a palavrinha com que V. Ex.^a discorda em relação a isto? Não discorda de nada, então, está de acordo, votem a favor, por amor de Deus.

(Risos da Câmara)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretários Regionais:

Eu peço imensa desculpa, Sr. Secretário, mas vai obrigar-me a fazer uma coisa que eu acho extremamente desagradável, mas eu vou ler-lhe.

Deputado Manuel Pereira (PS): Não faça!

A Oradora: O DLR n.º 16/2011, no seu artigo 23.º, que diz, “Identificação das águas balneares” diz tão simplesmente isto: “O procedimento de identificação anual das águas balneares inicia-se com a elaboração, pelo Departamento da Administração Regional Autónoma competente em matéria de ambiente,...” (sei que não é a sua, mas é do seu Governo), “... em colaboração com as autarquias,...”.

Não, ele é do mar, o ambiente é do Sr. Secretário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a mesma coisa!

A Orador: É do seu Governo; eu disse que era do Governo, não disse que era daquela Secretaria.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Que são as entidades gestoras!

“...inicia-se com a elaboração, pelo departamento competente, de uma proposta de identificação de águas balneares”.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Vou ter que me sentar ao seu lado e lhe explicar!

A Oradora: Aquilo que está aqui dito é que o processo inicia-se com o pedido, com a proposta que é feita pelo departamento competente, para que seja feita a identificação das águas, e em colaboração com...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Com as entidades gestoras! E quem são as entidades gestoras?

A Oradora: ... as autarquias locais...

Sra. Secretária, digo-lhe o que costuma dizer às pessoas: quer vir a debate, inscreva-se!

Deputados Bruno Belo e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: Eu estou a dar uma resposta ao Sr. Secretário!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Em relação ao POOC,...

(Burburinho geral)

A Oradora: ... que o Sr. Secretário quer vir aqui dar lições do que é que é um plano de ordenamento, eu digo-lhe que no, artigo “sexuagémio”, diz, “Caducidade e revisão do POOC”.

Deputado Aníbal Pires (PCP): *Sexuagésimo!!*

A Oradora: Sim!

Como é que diz, Sr. Secretário?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sexagésimo!

A Oradora: Sexagésimo, para ninguém ficar aqui...

Presidente: Sra. Deputada!

A Oradora: Como queiram!

Eu sei que estamos todos cansados, que o debate já vai longo, mas aquilo que se está aqui a discutir são questões sérias, que, sistematicamente, o Governo vem apresentar planos, os quais não implementa e este é um exemplo crasso disso.

Sr. Secretário, não fez a avaliação bianual que o Governo devia ter feito da eficiência e da eficácia deste plano. Na ausência desses relatórios, que foram pedidos no requerimento, ao qual o senhor não respondeu, porque não os tem, não pode fazer a revisão do POOC. Diz aqui claramente: “A caducidade e a revisão do POOC só pode ser feita com base no decurso das ações de monitorização e avaliação da implementação e execução do POOC”, coisa que o Governo não fez e, portanto, agora, por muito que queria voltar atrás, porque acha que não concorda, devia ter feito, de dois em dois anos, a tal avaliação que o senhor acha que se devia fazer para voltar atrás, se já não concordavam com o que estava feito, não fizeram. Não há relatório, portanto, agora o senhor não pode voltar atrás e, se tem os relatórios, faça-os chegar a esta Casa.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tal carrete!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Sr. Secretário Regional:

O PCP não tinha ideia de vir a debate, até porque tinha deixado claro, em sede de Comissão, o apoio a esta iniciativa do PPM. Não havia nenhuma reserva para Plenário, declarámos o nosso apoio a esta iniciativa do PPM, em sede de Comissão. E aquilo que estamos aqui a discutir, de facto, está envolto, não em brumas, mas em algumas contradições, em algumas inconsistências por parte quer do Partido Socialista, quer do Governo Regional.

Tanto quanto se entende, e parece-me que isso está perfeitamente comprovado pelo debate, é que o Governo acatou a recomendação do PPM, ainda antes deste projeto de resolução subir a Plenário, isto é, a matéria que estamos a discutir, ou seja, uma recomendação ao Governo sob a forma de projeto de resolução sobre a requalificação do Porto Novo, na ilha do Corvo, já foi acatada pelo Governo. Portanto, tem tudo a ver com uma questão de datas.

Ora, se o Governo já acatou a recomendação do PPM, qual é que é o problema em aprovar o projeto de resolução...

Deputada Zuraída Soares (BE): Esse é que é o problema!

O Orador: Esse é que é o problema? Ah, ah!

Deputada Zuraída Soares (BE): É isso! Se já acatou, não é preciso!

O Orador: A questão é a seguinte. Sras. e Srs. Deputados do Partido Socialista, Srs. Membros do Governo, a questão é a seguinte. Quer V. Ex.^{as} queiram, quer não, a requalificação do Porto Novo fica-se a dever à iniciativa do Deputado do PPM, tão somente isto. Fica-se a dever à iniciativa do PPM e o Deputado Paulo Estêvão, com toda a legitimidade, pode colocar isso, em termos da apresentação de contas ao eleitorado, agora, no fim da legislatura,...

Deputado André Bradford (PS): O senhor já está em campanha!

O Orador: ... como uma iniciativa sua, que foi concretizada ou está a ser concretizada no Corvo.

(Diálogo inaudível)

O Orador: Portanto, eu ainda não percebi muito bem esta posição do Partido Socialista, se já todos percebemos que o projeto de resolução foi acatado pelo Governo Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, dou-lhe os meus parabéns, basta que a iniciativa entre e a obra se concretize.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Abreu): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Agora é a minha vez de mostrar um papel com letras pequeninas aos Srs. Deputados, ao Sr. Deputado Paulo Estêvão e ao Sr. Deputado... *[impercetível]*. Também não vejo aqueles, nem as fotografias.

É o ofício da Câmara Municipal do Corvo a dizer quando é que começaram as conversações com a Direção Regional dos Assuntos do Mar sobre... Há, porque foi pedido por esta Assembleia. Julho de 2015. Portanto, a sua tábua cronológica, Sr. Deputado, julho, Câmara Municipal do Corvo.

(Neste momento, o Sr. Secretário Regional mostra um relatório à Câmara)

Não está a ver aqui? Câmara Municipal do Corvo, 15 de julho. Foi quando começaram as conversações com a Direção Regional dos Assuntos do Mar, não foram telefonemas com o Secretário Regional Fausto Brito e Abreu, decorreram desde 15 de julho. Tem esse documento?

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão, não o tinha em novembro, mas a sua tábua cronológica começa no dia 15 de julho e não começa com uma iniciativa do PPM e isto dá resposta a tudo o que disse o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não me parece!

O Orador: Segundo ponto.

É ou não é esquisito, é ou não é suspeito, Sr. Deputado, que o Governo não tinha nada para mostrar e agora, a partir de abril, começam a aparecer documentos?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu quero esse papelinho!

O Orador: Não, Sr. Deputado Paulo Estêvão, não é suspeito. Eu estava a fazer um exercício de memória de quantas obras tenho comparáveis a estas, em que fui eu o protagonista dos contactos entre o Governo e os respetivos autarcas e estou a pensar,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tenha cuidado! Ainda a gasta!

O Orador: ... de repente, só que estive em visita estatutária, há pouco tempo, São Jorge, Calheta de São Jorge, onde há uma obra de orla costeira e proteção costeira, que está a decorrer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já vamos a isso!

O Orador: Não sei de um único documento que exista. Está um projeto a ser feito pela Câmara Municipal, vai haver uma parceria entre a Câmara e o Governo, não há um documento que haja. Portanto, se o Sr. Deputado Paulo Estêvão tivesse sido eleito pela Calheta de São Jorge, estaria provavelmente a perguntar-nos e viria com o mesmo argumento, “Foi o PPM que fez a obra da orla costeira da Calheta de São Jorge”, e várias outras são assim, em São Miguel, na Terceira e em outros sítios.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): No tempo de Salazar também era assim! Ia tudo a despacho!

O Orador: Portanto, não há nada de bizarro em se ter falado pelo telefone. No séc. XIV, não havia telefones, mas agora há e é assim que se trabalha, até aparecer um pedido de licenciamento. Já apareceu o estudo prévio, Sr. Deputado, foi entregue na DRAM, no dia 7; já foi respondido, foi dado o parecer favorável, esta semana.

Portanto, sendo divertida a sua tábua cronológica e elenco, é uma fantasia, não foi o que se passou.

Segundo ponto. A Sra. Deputada Graça Silveira obriga-me a voltar à carga com a questão... Aliás, peço desculpa. Há duas questões aqui. A questão do requerimento que não foi respondido, porque não temos os relatórios. Eu fui confrontado na Comissão, como se lembrará, com um requerimento que eu desconhecia e, portanto, na altura, pedi desculpa às Sras. e Srs. Deputados, não tinha conhecimento, com embaraço meu,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já fiz essa pergunta, Sr. Secretário!

O Orador: ... constatei que não me tinha sido dirigido, os Srs. Deputados não dirigem requerimentos a membros do Governo, dirigem requerimentos ao Governo...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Disse que ia ver!

O Orador: ... e quem tem a tutela dos planos de ordenamento não é a Secretaria Regional do Mar. Portanto, eu não tenho documento nenhum, não sou eu que faço relatórios e não são relevantes...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Está ali a Sra. Secretária!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Então, não é o senhor que devia responder, devia ser a Sra. Secretária!

O Orador: ... para o que estamos a discutir aqui, neste sentido, porque a extinção da zona balnear não tem a ver...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... com a caducidade do POOC, não tem a ver com isso, Sra. Deputada; a extinção da zona balnear tem a ver com um DLR, que foi aprovado

nesta Casa, e que prevê a sua extinção automática. O Governo Regional não tem responsabilidade, porque, se informalmente... Já vi o que leu, já entendi o que leu, mas é a entidade gestora que faz essa proposta à Direção Regional do Ambiente. Portanto, o Governo, que governa nove ilhas, vai a cada uma das entidades gestoras e recebe esses contributos e conjuntamente com elas, dando-lhes o apoio, abre uma consulta pública, que, tipicamente, é aberta, portanto, a proposta de identificação é elaborada até 30 de novembro de cada ano, consulta pública, 15 de dezembro a 31 de janeiro, como já lhe disse,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O que diz aqui é muito claro. A sua interpretação não me interessa! A lei é clara!

O Orador: ... há uma apreciação dessa proposta pelo Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Direção Regional dos Assuntos do Mar recebe-os, pela primeira vez, e elabora uma proposta final de identificação e, depois, há uma portaria do Secretário Regional do Mar. Portanto, este é o processo. As entidades gestoras são quem decide, portanto, não é o Governo...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Cometi algum erro na leitura?

O Orador: ... que tem responsabilidade sobre a identificação de águas balneares.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretários:

Sr. Secretário, eu, há pedacinho, na minha intervenção, reconheci, claramente, que V. Ex.^a não estava no Governo na altura do compromisso, em 2008, mas o Sr. Secretário, quando toma posse, entrega a sua habilitação de herdeiros ao que estava para trás, faz parte. Não assume o que estava para trás?

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu): É evidente!

O Orador: Pronto!

Mas a minha questão é muito simples, é que isto, a partir de agora, o Partido Socialista vai prometer tudo a todos, o senhor tem que ter cuidado, então.

Sr. Secretário, o Sr. Deputado Iasalde acabou de dizer que havia um projeto da Câmara em parceria com o Governo. O Sr. Secretário corroborou essa ideia e disse que o projeto era da responsabilidade da Câmara. Muito bem. A minha pergunta é a seguinte, Sr. Secretário. Atendendo a que o Corvo é uma ilha com a sensibilidade económica que todos nós conhecemos, em que a construção de uma infraestrutura pode ser uma alavancagem para o turismo, designadamente neste caso, criando mais alojamento local, alguns postos de trabalho e criando riqueza às pessoas que lá residem.

A pergunta concreta, Sr. Secretário: O projeto que o Governo é parceiro com a Câmara é o projeto que foi prometido aos corvinos ou não?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Membro do Governo:

Confesso que estou um pouco confuso, porque fico sem saber se estamos aqui...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: É normal!

O Orador: Pois, é o normal é o que senhor acha, talvez. Talvez o senhor ache, principalmente nesta altura, deve achar que eu estou um pouco confuso e eu compreendo porquê. Eu compreendo porquê!

Deputado Bruno Belo (PSD): Eu também estava, se estivesse nessa posição!

O Orador: O que estamos aqui a discutir é a requalificação do Porto Novo ou é a criação de uma instância balnear de tipologia 1, uma vez que a mesma foi extinta?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi extinta como?

O Orador: Que é o que o projeto do PPM defende. É porque ninguém está aqui a dizer que o Porto Novo não deve ser requalificado, está a perceber?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Leu a parte deliberativa?

O Orador: Li, sim, senhor.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Leu? Não parece!

O Orador: E depois volto a lembrar. Esta requalificação está no manifesto eleitoral da Câmara Municipal de 2013...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... e que eu saiba o manifesto é para cumprir em quatro anos e o senhor, como já não tem projetos originais, apresenta os projetos da Câmara de 2013 e até, por vezes, os do PS de 2012.

Deputada Cecília Pavão (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Para terminar, pergunto ao Sr. Deputado: indique-me um corvino que esteja interessado em tornar aquela zona numa zona balnear to tipo 1.

E, já agora, aproveito para convidar todos os outros Srs. Deputados a visitarem o Corvo e questionarem os corvinos sobre este assunto. Que eu saiba, nós estamos aqui para defender os interesses dos açorianos e, neste caso, dos corvinos, e a verdade é que não existe ninguém interessado em que o Porto Novo se torne numa zona do tipo 1 e apenas seja requalificado.

Muito obrigado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não existe ninguém interessado?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra. Dispõe de cerca de dois minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Vamos ver se nos entendemos.

Em relação à tábua cronológica que eu lhe apresentei, a tábua cronológica está correta, porque eu peço-lhe, em fevereiro, documentos que mostrem que essas reuniões que o senhor alega que existiram, existiram mesmo. E o senhor está a dizer, “Não!”, e a Câmara Municipal, que é socialista, diz, mas depois já do requerimento, verificando que o senhor está colocado numa posição muito difícil, o que faz aqui é dizer, “ Não, isso já foi debatido em julho”. Eu não acredito em nada disso, e sabe por que é que eu não acredito? Porque os senhores não conseguem apresentar nenhuma prova documental de que essas reuniões existiram, a verdade é essa. Porque o senhor está a dizer, “Não, as reuniões, os telefonemas existiram”. Eu quero uma prova. Então, mas como é que é, como é que essas reuniões acontecem? Há uma reunião técnica, decide-se avançar para uma obra e eu pergunto-lhe: dê-me um desenho, dê-me qualquer coisa, um rascunho, dê-me qualquer coisa, e o senhor diz: “Nós não temos nada”. Mas é assim que o Governo Regional dos Açores governa nos Açores? É decidindo realizar obras em portos, sem ter nenhum documento? Nenhum documento? Eu pedi-lhe os documentos, os senhores dizem, “Nós e a Câmara reunimos”, e eu pedi-lhe que me remetesse, também está aqui, está a ver? É a vantagem de ter requerimentos. Documentos remetidos pela Câmara Municipal: nenhum. Então, o senhor decide apoiar uma Câmara Municipal sem que a Câmara Municipal remeta nenhum documento? Mas é assim que o senhor governa? É que eu estou a ficar muito preocupado com a forma como o senhor governa. Não existe um orçamento, não existe uma reunião que tenha as ordens de trabalho, não existe absolutamente nada e o senhor diz, “Não, não! Estava planeado, estava decidido, disse-se através do telefone”. Mas alguém acredita nisto?

É evidente que os senhores estão a faltar à verdade, porque...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado!

O Orador: ... quando se pede a documentação, os senhores não conseguem remeter nada.

Mas há algo que é absolutamente decisivo. Sabe o que é? Novamente, uma lei, liderada por Carlos César, uma lei de 2008, diz assim: “Devem ser realizadas, de dois em dois anos, preferencialmente coincidentes com a liberação do relatório do estado do Ordenamento do Território da RAA”. Devem ser referenciados o quê? As ações de avaliação referidas, que são realizadas de dois em dois anos, devem dizer o seguinte: “Devem, de forma expressa, concluir pela caducidade das regras do POOC ou fundamentar e informar a necessidade da sua manutenção ou revisão”. Caducidade, manutenção, revisão. Eu pedi-lhe, mais uma vez, através de um requerimento, uma verificação documental, que alguma coisa destas foi feita, porque não se pode realizar nenhuma intervenção sem que ela...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado!

O Orador: Eu termino já!

... seja documentada.

Oiça, é capaz de me dizer em que página da documentação que me foi enviada sobre o POOC foi feita a avaliação, foi prevista alguma alteração, foi prevista alguma obra? Quer dizer-me qual é a página? Eu tenho aqui, faça o favor de me dizer, qual é o número da página onde está prevista esta obra. Não tem, Sr. Secretário. Portanto, tudo aquilo que o senhor tem para me dizer é: “Nós já tínhamos isto previsto, tínhamos uns telefonemas”.

E termino, Sra. Presidente, já estou a exagerar. Termino mesmo, só para responder ao Sr. Deputado Iasalde e dizer-lhe o seguinte. O Sr. Deputado é omnisciente, está na mente de todos os corvinos. Não há nenhum corvino, eu digo-lhe já. Um, aqui, e o meu secretário também está de acordo. Pelo menos dois.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Peço desculpa!

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo de terminar! Tem de terminar.

O Orador: Pronto! Provei! O desafio era esta, já provei. Mais alguma prova? Pronto!

A questão é a seguinte. Portanto, em relação ao desafio...

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo de terminar!

O Orador: Oiça, o senhor pediu um, eu dei dois; se o senhor me pedisse dez, eu dava-lhe vinte.

A questão é a seguinte. Já fiz a prova que o senhor queria.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem mesmo de terminar!

O Orador: Termino.

O senhor diz, o senhor é onisciente, “Ah, nós queremos”.

E, depois, em relação ao programa eleitoral, termino mesmo, Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado! Mas já quase que dobrou o seu tempo!

O Orador: Está no programa eleitoral do PPM, desde 2000, eu dou-lhe um exemplar.

Portanto, em relação aos projetos, muitas das coisas que foram pensadas, foi o PPM que apresentou, nesta Câmara, e foi o PPM que colocou, nesta Câmara, e, além disso,...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem mesmo de terminar!

O Orador: ... quando não estava aqui, no programa eleitoral do PPM, em 2000. É a vantagem de concorrer nas últimas cinco eleições regionais, ganhei duas, perdi duas, espero desempatar favoravelmente, agora, nesta ocasião.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Secretário:

Eu também não ia intervir neste debate, porque considerei que o projeto de resolução apresentado pelo PPM relativamente à requalificação do Porto Novo era pacífico, era claro, no seu objetivo, vou votar favoravelmente, não tinha mais nada a dizer, mas o Sr. Secretário Regional teve a capacidade de me tirar deste sossego. A pergunta já foi feita, mas eu gostaria de lhe dar alguma solidez, que é assim.

Eu não lhe vou falar da barra cronológica, já nem vou falar no porto, nem novo, nem velho, nem da requalificação, eu já não vou falar nos documentos que estavam, mas não estavam, dos telefonemas, do blá-blá, já não vou falar em nada disso, eu só lhe vou falar de uma coisa, Sr. Secretário Regional: como é que é possível, na RAA, haver obras pagas pelo dinheiro de todos e de todas as açorianas, de todos os bolsos desta região, e o Governo não tem um papelinho que justifique a obra, que tenha um orçamento, que tenha um projeto, que tenha alguma coisa, Sr. Secretário Regional, que nos tranquilize a todos? E é evidente, Sr. Secretário Regional, que, depois de lhe fazer esta pergunta, eu tenho que acrescentar o seguinte: agora o Bloco de Esquerda percebe as derrapagens nas obras públicas, nesta região.

(Burburinho geral)

A Oradora: Tal e qual! É que sem projeto, sem nenhum papelinho, cada um faz o que quer, como quer, decide e o Governo Regional não tem nada, as obras, já não é derrapagem, é vilanagem, fartai-vos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

A Oradora: É verdade!

Portanto, Sr. Secretário Regional,...

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, mas o que é que isto tem a ver?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... far-me-á a gentileza de aceitar que a dúvida é legítima,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Não é! É abusiva!

A Oradora: ... foi o Sr. Secretário Regional que disse que não havia, nem nesta nem noutras de que, de repente, se lembrou, nomeadamente em São Jorge, não havia, e, Sr. Secretário Regional, concordo que é preocupante, poderá haver outra explicação, poderá o Sr. Secretário Regional dar outra explicação, aquela

que o Sr. Secretário Regional deu permite, com toda a legitimidade, tirar esta conclusão e todas as elações a seguir.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Eu só venho, de novo, ao debate, porque o Sr. Secretário Regional serviu-se ali de um expediente para contrariar a afirmação que eu fiz relativamente à cronologia dos acontecimentos. Parece-me (aliás, eu gostaria de ter esse documento) que não há nada, por aquilo que aqui já foi dito, que comprove que, efetivamente, antes da iniciativa do Deputado Paulo Estêvão tivesse acontecido o que quer que fosse, sinais de fumo, transmissões por telex, qualquer coisa, mas não há,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Sinais de fumos!

O Orador: ... não há uma prova física que, efetivamente, tivesse havido reuniões, tivesse havido qualquer iniciativa em que o Governo estivesse envolvido para a requalificação do Porto Novo ou da Baleação, na ilha do Corvo.

Portanto, Sr. Secretário, parece-me que V. Ex.^a se pode servir de melhores argumentos do que propriamente esse expediente que, comprovadamente, é apenas um expediente e que não comprova rigorosamente nada.

Portanto, Sr. Secretário, eu julgo que admitir que efetivamente o que fez despoletar a iniciativa do Governo foi a proposta do Deputado Paulo Estêvão não tem nenhum problema e pode o Governo refugiar-se na ditadura da maioria absoluta do Partido Socialista para chumbar a iniciativa do Deputado Paulo Estêvão. Mas a verdade é que não há argumento que colha, designadamente aquele que foi utilizado pela bancada do Partido Socialista, pela voz do Deputado Iasalde Nunes, colega a quem muito prezo e respeito, mas que há

uma questão que é a seguinte. A parte resolutiva da proposta do PPM, ela pode não dar grandes indicações sobre o que é que pretende com a requalificação, mas isto diz, o que pretende é a requalificação do Porto Novo ou da Baleação, com todos os efeitos que nós todos percebemos também que terá em termos da qualidade de vida e da oferta para os corvinos, mas também de quem visita a ilha do Corvo e que, aliás, Sr. Deputado, certamente, não quererá que quem vai à ilha do Corvo faça apenas o circuito do Caldeirão e que quanto mais equipamentos e mais capacidade de atração tiver o Corvo, para além do Caldeirão ou daquele segmento temporal do *bird watching*, portanto, quanto mais capacidade de atração tiver o Corvo, mais turistas não fazem apenas o circuito Flores/Corvo e regressam três horas depois às Flores. Parece-me que não é isso que serve ao Corvo, e, eventualmente, a requalificação do Porto Novo ou da Baleação, na ilha do Corvo, seria... Não é a solução para o Corvo, pois não, mas é mais um acrescento. E reconhecer que foi a iniciativa, quer dizer, esse reconhecimento será feito, certamente, pelos corvinos.

Agora, uma coisa é certa, esta atitude do Partido Socialista é incompreensível, até do ponto de vista eleitoral. Sr. Secretário, Srs. e Sras. Deputadas do Partido Socialista, até do ponto de vista eleitoral, estão a cometer um erro.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sem prejuízo dos esclarecimentos que o Sr. Secretário continuará a prestar sobre este assunto em concreto, Sra. Deputada Zuraida, as suas afirmações são completamente abusivas e nem o clima de pré campanha eleitoral justifica a leitura que a senhora fez a propósito daquilo que se está aqui a discutir, hoje.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: E o Governo não pode admitir que, a propósito das divergências, dos desacordos que existam, hoje, a propósito deste assunto, a senhora venha aqui, à semelhança daquilo que é o seu estilo e que é o estilo do Bloco de Esquerda, lançar uma suspeição sobre tudo quanto são obras realizadas pelo Governo.

Deputada Zuraida Soares (BE): É um estilo que serve o Governo da República. Pelos vistos é um estilo que incomoda uns e serve outros!

A Oradora: Sra. Deputada, dê-se à maçada de acompanhar as notas públicas que vão sendo divulgadas, dê-se à maçada de consultar o portal base, dê-se à maçada de ler as respostas que damos aos requerimentos e...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah, dão?! Olha que essa de dar resposta aos requerimentos é uma grande novidade!

A Oradora: ... verá...

Olhe! Nessa matéria, não têm de que se queixar!

Não, não! Não é novidade nenhum, sempre fizemos um enorme esforço para responder a eles.

Deputado Bruno Belo (PSD): Mas a senhora tem que responder sem esforço!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É a sua obrigação!

A Oradora: O que a senhora não pode é, a propósito de um assunto, do qual a senhora discorda e tem dúvidas, e tem toda a legitimidade para as ter, lançar uma suspeição sobre toda a atividade governativa. E eu não ficaria bem com a minha consciência se não fizesse esta intervenção.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): É a senhora no seu melhor estilo!

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu):**

Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Sr. Deputado Bruno Belo, pergunta-me se o projeto que vai ser desenvolvido no Porto Novo é exatamente o mesmo projeto que foi, aliás, prometido, lembrou bem, nas eleições autárquicas ou antes até, portanto. A iniciativa ser do PPM de fazer uma intervenção no Porto Novo, julgo que, na tábua cronológica, vamos ainda mais para trás, sendo já uma promessa da Câmara Municipal do Corvo, nas últimas autárquicas, ao que eu entendi. Portanto, acho abusiva a interpretação do Sr. Deputado Aníbal Pires de que era justo atribuir ao PPM a espírito dessa iniciativa.

A resposta, Sr. Deputado Bruno Belo, é a mesma que dou aos compromissos eleitorais de 2008: desconheço quais são os compromissos da Câmara Municipal do Corvo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor desconhece, mas conhece o que lhe convém!

Deputado Bruno Belo (PSD): E os do Governo?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é um compromisso da Câmara! É um compromisso do Governo que está em causa!

O Orador: ... não considero ser entendimento meu, o meu papel vai ser avaliar o projeto que vai ser apresentado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, não há um papelinho, porque não existe a obra, não houve obra nenhuma feita. É óbvio que não se gastam dinheiros públicos nem se candidatam obras a fundos comunitários sem ter papelinhos.

Portanto, estamos a fazer um estudo prévio e vai depois avançar um pedido de licenciamento e tudo será feito em absoluto rigor, como calcula. Portanto, sei que a despertei do seu sossego, lamento, mas a crítica, como, aliás, já foi refutada, está deslocada, neste caso.

A obra é, de facto, importante para a economia do Corvo, aí estamos todos de acordo, Sr. Deputado Aníbal Pires, Sr. Deputado Bruno Belo. Mais atrações turísticas, algo que respeite, não é ser intocado, a traça e a riqueza cultural daquele lugar é algo com o qual, obviamente, o Governo concorda...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor nunca lá pôs os pés!

O Orador: ... e daí ser o Governo que fará a parte da obra que respeita ao porto propriamente dito. A zona envolvente está com a Câmara Municipal e, por isso, faz o projeto de tudo e o Governo pagará a obra concreta. Quando tiver o projeto de execução, os senhores saberão, haverá um processo de licenciamento e tudo avançará como deve ser.

Eu lamento que o Sr. Deputado Paulo Estêvão já não tenha mais tempo, mas entendo que prefira acreditar que foi a sua ação que fez com que o Governo fizesse isto e não quer acreditar na carta...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): São factos!

O Orador: ... que esta Assembleia recebeu da Câmara Municipal do Corvo.

Eu não posso ir ter com o Presidente da Câmara Municipal do Corvo e pedir-lhe a conta do telemóvel e ver lá os números de telefone para ele ter direito a entrar...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ouça bem! É um facto que o senhor não tem argumentos!

O Orador: ... na tábuca cronológica do PPM. Não vou fazer isso. Eu não alego nada, porque eu não estive nas reuniões, não fiz os telefonemas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor teve uma conversa de café e fez primeiro!

O Orador: Portanto, a informação que tenho é a mesma que as Sras. e os Srs. Deputados têm sobre o que se passou em julho. Tenho a carta que foi enviada à CAPAT e estou a fazer fé que não me estão a mentir a mim, como Secretário Regional; o senhor prefere acreditar que lhe estão a mentir, é uma opção sua.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mostre o documento!

O Orador: Não tenho forma de o convencer melhor do que isto.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E então as reuniões?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Sra. Secretária Regional, eu aceito que a Sra. Secretária Regional fique agoniada com o meu estilo, mas acho curioso que fique agoniada com o estilo do Bloco de Esquerda, como a senhora disse, que é exatamente o partido que suporta o Governo do seu partido na República.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: E a senhora vai ter que se decidir se a agonia ou se a serve, porque não se pode ter sol na eira e chuva no nabal.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Cheira a ameaça!

A Oradora: Depois, Sra. Secretária Regional, dizer-lhe ainda uma outra coisa. O Bloco de Esquerda ou eu não tenho legitimidade para questionar o Governo sobre papéis,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Tem toda e eu disse-o!

A Oradora: ... documentos? Oh, Sra. Secretária Regional, nesta Casa, qualquer um de nós, deputados e deputadas, tem toda a legitimidade para pedir e perguntar ao Governo o que muito bem entender, e não é com a sua autorização, nem com a sua avaliação.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Ninguém questionou isso!

A Oradora: A senhora protesta depois, mas nós perguntamos primeiro e a minha pergunta vai ser repetida, Sra. Secretária Regional. Não há nada, não há nenhum papel (vai haver), não há o registo de uma reunião (vai haver), não há coisíssima nenhuma, o senhor diz que vai haver e que será tudo feito na legalidade, mas, Sr. Secretário Regional, neste momento, não há, portanto, a

legalidade foi adiada para o futuro e eu pergunto, com toda a legitimidade, quantas vezes é que ela já foi adiada, nas obras, dentro desta região?

E agora proteste, Sra. Secretária.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Já lhe disse há bocadinho que não fiz protesto!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa, de momento, não tem mais inscrições.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há inscrições.

O Sr. Secretário da Mesa diz que já não há inscrições, por isso...

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Fausto Brito e Abreu*):

Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Sra. Deputada Zuraida Soares, há documentos, a Sra. Deputada não ouviu a minha intervenção inicial.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Ouvi, ouvi, Sr. Secretário!

O Orador: Entrou no dia 7 de junho o primeiro estudo prévio. É assim que começa. Entrou na entidade que tem que o emitir.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): A minha proposta é de novembro!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, a tábua cronológica já foi discutida.

O que é que existe? Houve uma série de contactos, houve uma decisão do Conselho de Governo e houve uma entrada de um estudo prévio no dia 7 de julho de 2016. E entrou onde? Entrou onde tem que entrar, na entidade licenciadora que é a DRAM. Esta semana foi dada a resposta. É assim que começa uma intervenção na orla costeira, com um estudo prévio, um pedido de

parecer prévio e, depois, um projeto de execução. Não há nada de anormal, não há nada de bizarro nesta sequência de eventos, Sra. Deputada Zuraida Soares.

Portanto, não há nenhum adiamento de legalidade, está tudo a decorrer em perfeita legalidade, Sra. Deputada. Não entendo aqui o que é que causa confusão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mesmo sem papéis nem nada!

O Orador: Há papéis, 7 de julho, entrou um papel; saiu outro papel esta semana.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, é esta semana!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Julgo que não há.

Vamos então passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Venho aqui justificar por que é que votei favoravelmente.

Em primeiro lugar, votei favoravelmente, porque o projeto é meu; em segundo lugar, porque ficou aqui demonstrado que não existia nenhum processo de

decisão tomado. Bom, existiam uns telefonemas, se tivéssemos boa-fé, umas conversas, mas isto não é uma forma de decidir de forma racional, em sítio nenhum do mundo.

Quando foram pedidos documentos, não existiam. Em fevereiro, foram pedidos documentos, cópias, rascunhos, o que existisse, uma ata, seja o que for. Em fevereiro, não existia nada. Mas não existia nenhum documento, quanto é que custa, quais são os materiais, é de bom gosto, é de mau gosto, mas, não existindo absolutamente nada, o Sr. Secretário chega à Comissão e diz, “Acho bem, vou concretizar a obra”. Mas qual obra? Não havia maquete, não havia obra. O senhor não sabia absolutamente nada,...

Presidente: Sr. Deputado, não vamos retomar o debate!

O Orador: ... mas já sabia que o ia fazer.

E a Sra. Presidente, em relação a esta chamada de atenção, tem toda a razão. Por isso, nesse sentido, eu vou afastar-me desta argumentação.

Portanto, meus senhores, eu votei favoravelmente, porque acredito que este tipo de obras, como o Governo Regional as tinha pensado, em 2008, e muito bem, são absolutamente fundamentais para quem pensa a médio e longo prazo em relação ao futuro dos Açores e de cada uma das suas ilhas. E quem o pensou, em 2008, em termos de zonas balneares, e quem o pensou em termos de desenvolvimento, de proteção da costa, de valorização do Porto Novo, pensou-o muito bem, em 2008; o problema é que o pensou e não o executou.

Portanto, nesse sentido, obviamente, a iniciativa do PPM faz todo o sentido, e faz tanto sentido que os senhores a vão concretizar. O projeto pode não ter sido aqui aprovado, já não foi muitas vezes. Em lembro-me do ensino secundário, que não foi aqui aprovado, foi chumbado, mas, afinal, existe, sim, ensino secundário. Portanto, nesse sentido, muitas vezes, nós temos projetos que são chumbados, mas são concretizados e, no fundo, no fundo, isso é o que interessa às pessoas, isso é o que interessa às comunidades, que as coisas se façam.

Portanto, eu não me sinto aqui derrotado, pelo contrário, eu considero que prestei um bom serviço à comunidade, à ilha do Corvo, com visão do futuro, valorizando aquilo que é um património fundamental e diversificando as possibilidades que a ilha do Corvo terá, no futuro, para triunfar. E isso, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, é o que interessa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Iasalde Nunes, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Membro do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra este projeto de resolução por considerar que o mesmo é extemporâneo e, para além disso, por não se enquadrar nas necessidades nem nos interesses dos corvinos em criar uma zona balnear tipo 1, mas, sim, fazer uma requalificação do Porto Novo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então, para que é que vão fazer?

O Orador: A mesma já se encontra em curso...

(Risos da Câmara)

... pela Câmara Municipal do Corvo, com parceria com o Governo Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então, se não é necessário, para que é que o vão fazer?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, eu peço alguns minutos da vossa atenção.

Temos aqui três autorizações para votar. Penso que o podemos fazer de uma forma muito rápida e adiantávamos aqui algum do nosso trabalho (também ainda temos 15 minutos).

O ponto 11 da nossa Agenda é a **autorização para que o Deputado Miguel António Moniz da Costa possa prestar depoimento escrito.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de autorização foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O ponto 12 da nossa Agenda é um pedido de **autorização para que o Deputado José António Vieira da Silva Contente possa prestar depoimento.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de autorização foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O ponto 13 da nossa Agenda é **autorização para que o Deputado Duarte Manuel Braga Moreira possa prestar depoimento.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de autorização foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, eu não lhe vou conceder o intervalo, porque eu própria ia encerrar os trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã, às 10 horas, com a Agenda.

Eram 19 horas e 47 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio **Bradford**

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Paulo Henrique **Parece** Batista

A redatora: *Sónia Nunes*